

GOVERNADOR DO ESTADO
José Wellington Barroso de Araújo Dias

SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO
Sérgio Gonçalves de Miranda

FUNDAÇÃO CEPRO
Presidente
Oscar de Barros Sousa

**GERÊNCIA DE ESTUDOS E PESQUISAS
SOCIOECONÔMICAS**
Carlos Ferreira Lima

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA
Natildes Lima Verde

GERÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÃO
Elias Alves Barbosa

PUBLICAÇÕES
Inizete Roberta de S. Meirelles

CARTA CEPRO: Publicação semestral, criada em 1974

DIRETOR-GERAL **GRÁFICOS**
Oscar de Barros Sousa Eduyges Martins da Silva

DIRETORA EXECUTIVA **COLABORAÇÃO**
Inizete Roberta de S. Meirelles Marcos Emiliano da S. Cordeiro

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Ferreira Lima
Elias Alves Barbosa
Inizete Roberta de S. Meirelles
Joana D'arc Fortes P. Barbosa
Rosário de Fátima F. Bachelar

SETOR DE PUBLICAÇÕES
Eva Maria Evangelista Leal
Ilma Araújo Vêras e Silva
Inizete Roberta de S. Meirelles
Teresa Cristina Moura Araújo Nunes

JORNALISTA RESPONSÁVEL **CORREÇÃO DA DIGITAÇÃO**
Ana Cláudia Amorim Barbosa Maria das Graças Nunes Osternes
RP - 1212 - DRT - PI **PROGRAMAÇÃO VISUAL
E PAGINAÇÃO**
Eclética!

CORRESPONDÊNCIA
FUNDAÇÃO CEPRO
BIBLIOTECA PÁDUA RAMOS

Av. Miguel Rosa, 3265/Sul • CEP: 64001-490 • Teresina-PI
Fones: (86) 3221-4809 / 3215-4252 • Fax: (86) 3221-5846
cepro@cepro.pi.gov.br
www.cepro.pi.gov.br

**Secretaria do
Planejamento**



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que mencionada a fonte. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação CEPRO.





Organização das
Nações Unidas



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Princípio 1: Relevância, Imparcialidade e Acesso Universal

"As estatísticas oficiais representam um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público, dados sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem reunir e disponibilizar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública".

Princípio 2: Normas Profissionais e Ética

"Para manter a confiança nas estatísticas oficiais, os órgãos de estatística devem tomar decisões de acordo com princípios estritamente profissionais, inclusive os científicos e éticos, para a escolha dos métodos e procedimentos de coleta, processamento, armazenagem e apresentação de dados estatísticos".

Princípio 3: Responsabilidade e Transparência

"Para facilitar a correta interpretação dos dados, os órgãos de estatística devem apresentar informações de acordo com padrões científicos referentes a fontes, métodos e procedimentos de estatística".

Princípio 4: Prevenção do Uso Incorreto

"Os órgãos de estatística têm direito de comentar interpretações equivocadas e uso incorreto das estatísticas".

Princípio 5: Custo-Benefício

"Dados para fins estatísticos podem ser obtidos a partir de diversos tipos de fontes, sejam levantamentos estatísticos ou registros administrativos. Os órgãos de estatística devem escolher as fontes levando em consideração qualidade, oportunidade, custo e ônus para os informantes".

Princípio 6: Sigilo

"Dados individuais coletados por órgãos de estatística para elaboração de estatísticas, sejam referentes a pessoas físicas ou jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos".

Princípio 7: Legislação

"As leis, regulamentos e medidas que regem os sistemas estatísticos devem ser divulgadas ao público".

Princípio 8: Coordenação Nacional

"É indispensável a coordenação entre os órgãos de estatística de um país, para que se obtenha um sistema estatístico consistente e eficiente".

Princípio 9: Padrões Internacionais

"A utilização de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de estatística de cada país promove consistência e eficiência dos sistemas de estatística oficial em todos os níveis".

Princípio 10: Cooperação Internacional

"A cooperação bilateral e multilateral na esfera da estatística contribui para melhorar as estatísticas oficiais em todos os países".



Sumário

ESPAÇO CEPRO **09**

POBREZA **12**

As múltiplas faces da pobreza

PROJETOS **16**

PCPR – Origem e trajetória no Piauí

Segunda fase do PCPR II investe US\$ 22,5 milhões no Piauí **22**

DESENVOLVIMENTO **24**

Um novo Piauí está surgindo – O sertão vai virar mar

DEBATE CARTA CEPRO **30**

Oportunidades de emancipação

RELAÇÕES INTERNACIONAIS **44**

Rumo ao mercado europeu

ARTIGOS **47**

1 – Saneamento básico no semiárido do Piauí – saúde e cidadania também se faz com infraestrutura e tecnologias leves **48**

*Adriana Lima Barros, Izabel Herika
Gomes Matias e Lúcia da Silva Vilarinho*

2 – Projeto de combate à pobreza rural – PCPR situação e perspectivas – período 2002-2007 **56**

Alejo Lerzundi Silvera

3 – Conselhos Municipais do FUMAC – mecanismos de controle social na implementação das ações do projeto de combate à pobreza rural – PCPR II no Estado do Piauí **86**

Francisco Batista Pontes

4 – Formação do capital social nas comunidades pelo projeto de combate à pobreza rural – PCPR no Estado do Piauí **102**

Leoni Quaresma de Melo

5 – Tecnologia Social PAIS – Produção Agroecológica Integrada Sustentável: uma estratégia de promoção do desenvolvimento rural sustentável no semiárido do Piauí **112**

*Maria Elza Soares da Silva e
Cristiane Lopes Carneiro de Souza*

Ao leitor

As causas da pobreza e sua eliminação são questões controversas. Essa problemática começa quando tentamos definir o que é pobreza e percebemos que não há um conceito fechado em si. Isso porque a pobreza é entendida em vários sentidos, é multidimensional.

A pobreza está presente em todos os lugares e varia de acordo com aspectos econômicos, culturais, sociológicos, entre outros. Talvez por isso, o combate à pobreza não tenha uma receita única e ideal que sirva a todos os povos e nações.

Nesta 25ª edição da Revista Carta Cepro, fazemos um recorte da pobreza relacionada ao meio rural. O objetivo foi mostrar como a pobreza é encarada pelo poder público e suas estratégias para combatê-la, por meio do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), executado no Piauí pela Coordenadoria de Combate à Pobreza Rural (CCPR).

Esse Programa surgiu para beneficiar famílias rurais pobres de estados do Nordeste brasileiro com projetos comunitários, visando à melhoria das condições de vida dessa população. No entanto, focalizamos apenas o caso do Piauí, mostrando não só um relato sobre as ações do PCPR no Estado, desde a sua origem, como também opiniões controversas quanto ao seu desempenho para o desenvolvimento rural do Piauí.

Isso e muito mais, o leitor vai encontrar ao longo das matérias, no debate Carta CEPRO e em diversos artigos relacionados ao tema.

Boa leitura.

Oscar de Barros Sousa
Presidente da Fundação Cepro



**FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS
ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ**

Carta CEPRO, Teresina, Fundação CEPRO – v.1 – nov. 1974 –

“A periodicidade varia”

A publicação não circulou nos anos de 1979, 1985, 1989-90, 1992-93, 1996-98, 2004, 2006, 2008.

ISSN 0101-5532

1. Situação socioeconômica – Piauí – Periódicos.
2. Economia do Piauí – Periódicos. I. Fundação CEPRO.

CDU 308+338 (812.2) (05)

Demografia

A Fundação Cepro agora tem um Núcleo de Estudos Demográficos que vai integrar um grupo de trabalho com o objetivo de consolidar metodologias voltadas para estudos populacionais, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Cepro vai trabalhar com o Sistema de Projeção da População para Pequenas Áreas (SIPROJ) do IBGE, em que já atuam alguns estados como São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná.

De acordo com o presidente da Cepro, Oscar de Barros, a equipe da Cepro está em fase de treinamento, mas o Piauí já participa das discussões há três anos, durante encontros realizados pela Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística



Arquivo CEPRO

(ANIPES), além do próprio IBGE. Ele informou que os estudos populacionais para pequenas áreas são de competência dos estados e municípios, “por isso a Cepro está se estruturando para fazer a sua parte, antes, inclusive, da realização de capacitações dos estados pelo IBGE”, diz.

Turismo

A Fundação Cepro vai elaborar uma nova edição do guia turístico do Estado *Polos Turísticos e Roteiros*. Para isso será firmado convênio entre a Fundação e a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR). O órgão tem outros trabalhos na área como a pesquisa *Demanda Turista*, realizada quatro vezes ao ano

em Teresina, São Raimundo Nonato e Litoral do Piauí (Parnaíba e Luís Correia); *Cadastro da Rede Hoteleira em Teresina*, produzido anualmente; *Levantamento da Oferta Turística*, realizado em 2006 na região de São Raimundo Nonato; e *Polos Turísticos e Roteiros*, elaborado em 2002.



Serra da Capivara

Aureliano Müller

IDGM

Todos os 11 Territórios do Estado do Piauí têm conceito regular em relação ao desempenho da gestão dos municípios. Foi o que verificou a Fundação Cepro por meio do Índice de Desempenho da Gestão Municipal (IDGM), mecanismo criado pelo órgão com o objetivo de avaliar a administração municipal.

Variando de zero a um, o IDGM avaliou os municípios com os conceitos de péssimo (0/0,200), ruim (0,201/0,400), regular (0,401/0,600), bom (0,601/0,800) e ótimo (0,801/1.000) por meio de 18 indicadores e os fatores de desempenho fiscal, emprego formal, saúde, educação e cultura, meio ambiente e assistência social, nos anos de 2002 e 2006.

Potencialidades e qualificação

O turismo está entre as novas tendências de atividades econômicas a serem desenvolvidas em sete dos 11 territórios piauienses, assim como a apicultura. Foi o que constatou a pesquisa *Identificação das Potencialidades Econômicas e Áreas Carentes de Qualificação de Mão-de-obra no Estado*, realizada pela Fundação Cepro, a pedido da então Secretaria Estadual do Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo (SETDETUR). Essa tendência para o turismo apontou a necessidade de qualificação de mão-de-obra nas áreas de hotelaria, bares, comércio, preparação de alimentos, guias turísticos, taxista e mototaxista.

A pesquisa revela o potencial econômico e as carências de qualificação de mão-de-obra específicas de cada um dos territórios. Entre as potencialidades identificadas, a agricultura (tradicional, irrigada, de subsistência ou familiar) está presente em todos os territórios. No entanto há carência de qualificação de mão-de-obra na área de operadores e manutenção de máquinas agrícolas em todos eles.



Arquivo CEPRO

Reunião técnica

Em 2008, o Piauí sediou o *Encontro de Técnicos da Área de Pesquisa, Planejamento e Estatísticas dos Estados do Nordeste*, com o objetivo de discutir e nivelar a metodologia de pesquisas e mensuração de agregados turísticos da região Nordeste. O evento foi uma ação conjunta da Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI-NE) com a Fundação Cepro e Secretaria Estadual do Turismo.

Emprego formal

O número de trabalhadores com carteira assinada no Piauí passou de 130 mil em 1985 para 293 mil em 2006, uma variação de 124%. Esses dados foram revelados pela pesquisa *Evolução do Emprego Formal no Piauí*, realizada pela Fundação Cepro. O trabalho faz uma abordagem quantitativa e qualitativa do emprego formal no Estado e nas cidades de Teresina, Campo Maior, Floriano, Parnaíba, Picos, Piri-piri, São Raimundo Nonato e Uruçuí no período de 1985 a 2006. A pesquisa refere-se aos estabelecimentos, vínculos empregatícios, faixa etária, escolaridade e salário médio.



Arquivo ALEPI

Deputado Estadual Paulo Martins

Emenda

A Fundação Cepro agradece aos deputados estaduais Paulo Martins (PT) e João Madison (PMDB) que apresentaram emenda, a título de “reserva de contingenciamento” ao Projeto de Lei Orçamentária Estadual de 2009, em favor da Fundação, no valor de R\$ 30 mil, destinado ao custeio de estudos e trabalhos realizados pela Fundação como a Carta CEPRO e o Piauí em Números. Isso mostra o comprometimento desses parlamentares com a socialização de conhecimentos da realidade social, econômica e financeira do Estado.



Arquivo ALEPI

Deputado Estadual João Madison

História Oral

Comprometida com o resgate da história do Piauí, a Cepro gravou depoimentos de diversas personalidades do Estado através do extinto Núcleo de História Oral do órgão. Atualmente, todo o material como fitas, microfimes com jornais piauienses e com manuscritos sobre o Piauí estão sob os cuidados da Fundação Cultural do Estado por meio de contrato firmado entre os dois órgãos.

Homenagem

A Fundação Cepro presta homenagem ao eterno amigo e ex-servidor do órgão, Almir Cassimiro Queiroga, falecido em abril de 2008. Muitas foram suas contribuições para que a Cepro divulgasse estudos e pesquisas sobre a área socioeconômica do Estado do Piauí. Almir será sempre lembrado com carinho pela alegria e exemplo de pessoa que foi em vida.



Marcos Condeiro

Biblioteca

A Biblioteca Pádua Ramos, da Fundação Cepro, existente há 38 anos, agora está com novo endereço, situada na Avenida Miguel Rosa, 3265, próxima à sede do órgão. Aberta ao público para consultas de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30 às 17h30, a biblioteca passa por um processo de reorganização em local acessível e ambiente confortável para melhor atender ao usuário.

O acervo é composto por milhares de livros e periódicos sobre temas ligados às áreas de socioeconomia, história, geografia, turismo, estatística, planejamento, demografia, política, direito, agricultura, administração, meio ambiente, entre outros. A maioria deles relacionados ao Estado do Piauí, resultado de estudos produzidos pela Cepro e, também, por outras instituições do Governo. Existem ainda publicações adquiridas pelo órgão junto a outros institutos de pesquisas e autores diversos.

Por Ana Cláudia Amorim

As MÚLTIPLAS FACES DA POBREZA

O que é pobreza? O que determina a qualificação de uma pessoa, grupo, comunidade ou sociedade como pobre? Indagações como essas são, há muito, feitas e refeitas todos os dias por aqueles que desejam acabar com a pobreza no mundo.

Antes de qualquer elucidação de conceitos, é preciso dizer que as causas primeiras da pobreza e a sua eliminação são ques-

tões controversas e causadoras de muitos debates.

Organizações internacionais consideram o problema da pobreza para além da economia, tendo as relações sociais como elementos-chaves para compreendê-la.

O Banco Mundial, organismo internacional multilateral, criado em 1944, que integra o Sistema das Nações Unidas

com o objetivo de ajudar a sustentar a ordem econômica e financeira mundial, define a pobreza extrema como viver com menos de 1 dólar por dia e pobreza moderada como viver com 1 e 2 dólares por dia.

A União Europeia identifica a pobreza em termos de “distância econômica” relativamente a 60% do rendimento mediano da sociedade.

No Brasil, a pobreza ganha vários significados entre os estudiosos da área:

“É um estado habitual de privação de bens supérfluos, carência de bens necessários à condição e desempenho social e estrita suficiência dos bens necessários à subsistência”.

(BASTOS DE ÁVILA).

* * * *

“É destituição, marginalidade e desproteção: destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do processo e no aces-

so às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar”.

(SÉRGIO ABRANCHES).

* * * *

“Expressa-se não só pela impossibilidade de suprir as condições mínimas de sobrevivência, mas também pela frustração de expectativas pela falta de acesso a certos privilé-

gios que o modelo de produção de bens especiais (bens de luxo) geraram na população”.

(ALDAÍZA SPOSATI).

* * * *

“É privação de cidadania, ou seja, é pobre também a pessoa que vive em estado de manipulação, ou destituída de consciência de sua opressão, ou coibida de se organizar em defesa de seus direitos”.

(PEDRO DEMO).

Percebe-se que a pobreza não é definida apenas como carência de rendimento. Ela pode ser entendida em vários sentidos como carência material de bens e serviços essenciais à vida cotidiana como alimentação, assistência à saúde, vestuário e habitação; ca-

rência social, expressa na falta de acesso à educação, por exemplo; carência subjetiva, vista como a falta de atendimento de anseios e desejos.

A pobreza, então, é multidimensional com aspectos sociológicos, econômicos, pedagógicos,

culturais e subjetivos, sendo este último entendido como frustração de expectativas.

De acordo com Zita Alves Vilar, assistente social e mestra em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), se um programa de

Marcos Cordeiro



Professora Zita Alves

combate à pobreza for aplicado numa localidade cuja realidade é diferente daquela onde foi elaborado o conceito de pobreza utilizado por esse programa, as possibilidades de acertos são mínimas. “Isso porque cada região, grupo, comunidade ou sociedade têm suas peculiaridades que não são encontradas em nenhum outro lugar.”

Ela sugere a construção de conceitos de pobreza coerentes com realidades específicas. “A gente discute pobreza, mas não se pergunta quem é o pobre. Precisamos pesquisar e entender quem é o pobre para podermos ter uma ideia dessa pobreza, para criarmos estratégias que realmente atendam essa pobreza. Os vários conceitos de pobreza que existem hoje até o do Banco Mundial ainda não aten-

dem a determinadas necessidades”, diz Zita Alves.

No entanto, a assistente social observa que é preciso trabalhar ações focais sem perder a visão da universalidade, ou seja, aliar projetos universais de combate à pobreza com projetos compensatórios.

O que isso significa? Segundo ela, isso denota adaptar projetos mais amplos a necessidades locais. “Os diversos conceitos teóricos não abarcam a realidade, pois existem pobreza, nada é homogêneo. Portanto, devem-se construir conceitos de pobreza, incluindo o conhecimento conjetural específico da localidade a ser beneficiada na elaboração desses conceitos e conseqüentemente ações de combate à pobreza que devem ser transversais”, orienta.

Brasil

Para fins de políticas públicas, oficialmente, no Brasil, tem-se, em geral, considerado que os indivíduos em situação de indigência ou de extrema pobreza são aqueles cuja renda mensal domiciliar *per capita* é inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, renda que não é considerada suficiente para garantir-lhes o acesso diário a uma alimentação adequada.

O grupo identificado como pobre é aquele cuja renda domiciliar mensal situa-se abaixo do patamar de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, renda reconhecida como insuficiente para cobrir suas necessidades básicas tais como moradia, transporte, saúde e educação.

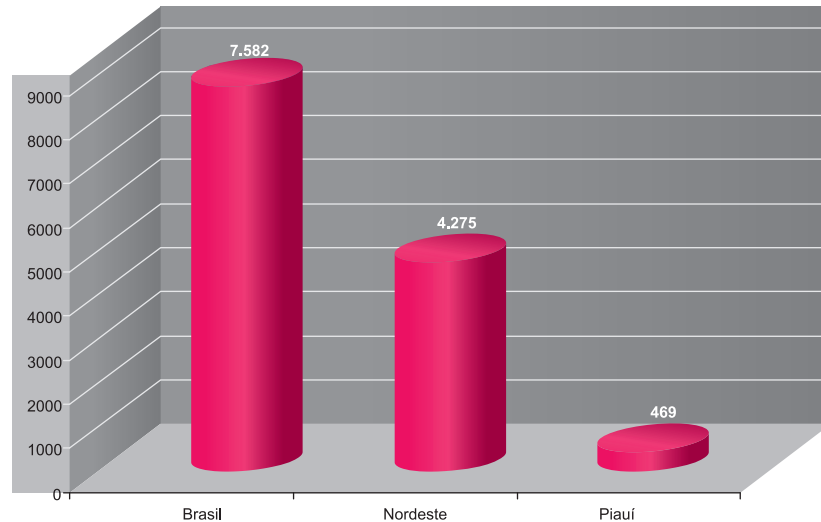
Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), referente ao ano de 2007, revelam que no Brasil 7,5 milhões de pessoas sobrevivem com rendimento mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o Nordeste concentra a metade delas e, no Piauí, 469 mil pessoas têm renda domiciliar mensal de até meio salário mínimo.

A Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para beneficiar famílias no programa social de transferência de renda Bolsa Família, estima que no Estado do Piauí existem 352 mil famílias pobres, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2004. Famílias essas cuja renda mensal *per capita* é de até R\$ 120,00.

Esforços internacionais de combate à pobreza

A mobilização de apoio político e financeiro para a erradicação da extrema pobreza e da fome está no centro da agenda mundial. Tal ação, inclusive, é o primeiro dentre os oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU), pactuado durante a reunião da Cúpula do Milênio, realizada em Nova Iorque, no ano de 2000, com líderes de 191 nações, entre as quais o Brasil, para tornar o mundo mais solidário e mais justo até o ano de 2015.

Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade (mil pessoas), Ocupadas na Semana de Referência, Segundo a Classe de Rendimento Mensal de até 1/2 Salário Mínimo – 2007



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (tab. 1871).

Nota: 1) Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. 2) A categoria sem rendimento inclui as pessoas que receberam somente em benefícios. 3) Para a variável valor do rendimento médio mensal: exclusive as pessoas sem declaração do valor do rendimento.

De acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, feito pela Presidência da República, no ano de 2007, sob a coordenação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria do Planejamento e In-

vestimentos Estratégicos (SPI/MP), o Brasil caminha para atingir, em 2015, todas as metas propostas pela ONU, sendo que algumas delas já foram alcançadas, como as que estabelecem a redução à metade, no período entre 1990 e 2015, da extrema pobreza e da fome.

Metas para Erradicar a Extrema Pobreza e a Fome

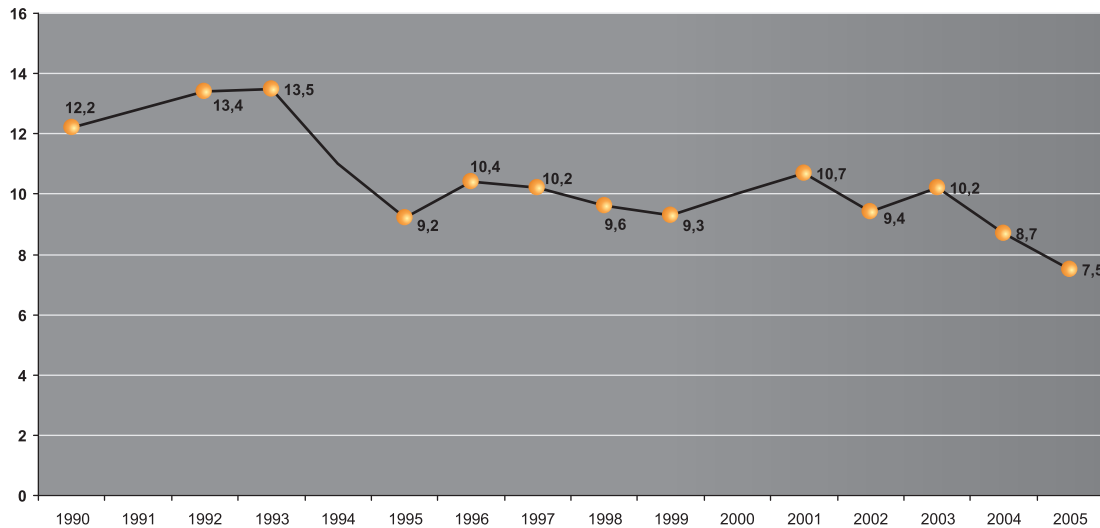
ONU	BRASIL
<p>Meta 1 - Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar ponderado pela Paridade do Poder de Compra (PPC) por dia.</p> <p>Meta 2 - Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.</p>	<p>Meta 1A - Reduzir a 1/4, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 dólar PPC por dia.</p> <p>Meta 2A - Erradicar a fome entre 1990 e 2015.</p>

Segundo o relatório, o Brasil já ultrapassou a meta de reduzir pela metade a proporção da população que vive com renda inferior

a 1 dólar ponderado pela PPC (Paridade do Poder de Compra) por dia. Embora cerca de 7,5 milhões de pessoas ainda tenham renda do-

miciliar *per capita* inferior a 1 dólar PPC por dia, 4,7 milhões deixaram a condição de extrema pobreza entre os anos de 1990 e 2005.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS EM POBREZA EXTREMA NO BRASIL*
1991 a 2005 (em milhões)



Fonte: IBGE, (PNAD).

* Excluída a população rural dos estados de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Obs.: Gráfico extraído do 3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM.

No entanto, milhares de pessoas ainda morrem por ano no país devido às chamadas “doenças da pobreza”. De acordo com o relatório Indicadores e Dados Básicos, Brasil 2007 (IDB), publicado pelo Ministério da Saúde, somente no ano de 2005, morreram no Brasil 46.628 pessoas devido a doenças infecciosas e parasitárias, entre as quais dengue, febre amarela, hanseníase, tuberculose e diarreia. Na região Nordeste, esse número foi de 12.262 e no Estado do Piauí foram registrados 579 óbitos no mesmo período.

A maioria dos países desenvolvidos envia ajuda aos países em desenvolvimento. O 3º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) observa que tão relevante como os seus avanços obtidos no alcance das metas propostas pelo país são as ações para

as quais o Brasil tem dado suporte, com o objetivo de permitir que outras nações de menor desenvolvimento relativo também alcancem os ODM. Dessa forma, o Governo brasileiro tem implementado medidas estruturais, como a firme defesa de uma política de comércio exterior mais aberta e menos assimétrica, e também de cunho mais direto, como cerca de 200 projetos de cooperação técnica internacional que o Brasil financia.

No entanto, o mesmo relatório, ressalva que apesar de entender que os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio não substituem os compromissos assumidos por todas as nações do planeta durante o Ciclo de Conferências das Nações Unidas, ocorrido durante a década de 1990, o Governo considera essa estratégia pró-desenvolvimento da ONU um fórum apropriado

para apresentar importantes demandas internacionais, tais como a necessidade de menor volatilidade no sistema financeiro internacional e de redução no protecionismo comercial das nações desenvolvidas, assim como de um substancial aumento da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e da cooperação técnica internacional.

De acordo com o presidente da Fundação Cepro, Oscar de Barros, isso se torna necessário porque a ajuda internacional tem sido alvo de críticas no que diz respeito às reais intenções dos doadores. “Será que estão realmente empenhados no desenvolvimento econômico e social dos países mais pobres ou essa ajuda tem ligação com o passado colonial, visando à perpetuação de suas estratégias de interesses comerciais e políticos?”, indaga.

Por Ana Cláudia Amorim

PCPR: ORIGEM E TRAJETÓRIA NO PIAUÍ

A pobreza é mais expressiva no meio rural brasileiro, mais da metade das pessoas que vivem no meio rural do país estão abaixo da linha de

pobreza, ou seja, tem renda mensal per capita inferior a ¼ de salário mínimo. Dados do IBGE revelam que no Brasil, em 2007, existiam 2,4 milhões

de famílias rurais vivendo abaixo da linha de pobreza. No Nordeste, são 1,5 milhão de famílias. No Piauí, a soma chega a 141 mil famílias.

Famílias Residentes em Domicílios Particulares (mil unidades), por Situação do Domicílio e Classe de Rendimento até 1 Salário Mínimo – 2007

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	BRASIL	NORDESTE	PIAUI
Urbana	6.046	2.683	142
Rural	2.427	1.569	141
TOTAL	8.473	4.252	284

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (tab. 1940).

Nota: 1) Até 2003, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. 2) A categoria sem rendimento inclui as pessoas que receberam somente em benefícios. 3) Exclusive as famílias sem declaração do valor do rendimento. 4) Exclusive os rendimentos das pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente de empregado doméstico.



Arquivo CCPR

O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) surgiu para beneficiar famílias rurais pobres de estados do Nordeste brasileiro com projetos comunitários, visando à melhoria das condições de vida dessa população. Iniciado em 1993 com o nome de Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais (PAPPs) que partia do princípio de que a família pobre do meio rural necessitava de meios de produção para poder produzir, utilizando os componentes de acesso a terra, ao crédito, à assistência técnica e à comercialização.

Financiado pelo Banco Mundial, o PCPR adota a abordagem *Community Driven Development (CDD)* que pode ser entendida como Desenvolvimento Comandado pelas Demandas das Comunidades.

A metodologia do PCPR até dezembro de 2007 definiu três formas de intervenção para viabilização dos projetos comunitários:

1. Programa de Apoio Comunitário – PAC

A comunidade se reúne, define prioridades, classifica-as por ordem de importância, elege sua associação e submete diretamente o projeto à aprovação. Uma vez que o projeto é aprovado, 90% dos recursos são entregues à associação da comunidade, que adiciona os 10% restantes em forma de trabalho ou dinheiro. A associação executa o projeto, presta contas e se encarrega da operação futura.

2. Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC

A comunidade se reúne, define prioridades, classifica-as por ordem de importância, elege sua associação e submete os projetos ao Conselho Municipal. Este, do qual participam representantes das comunidades, examina os projetos de todas as comunidades, atesta se essas são realmente elegíveis, ou seja, se são pessoas pobres, com baixo nível de renda, sem alternativa; em seguida, faz a seleção das propostas e as envia à Unidade Técnica (UT) para financiamento. A UT faz visitas prévias, analisa a viabilidade técnica e social do projeto e libera os recursos diretamente para a associação comunitária que executa o projeto, presta contas e se encarrega da operação futura. A supervisão do projeto é feita pela UT e o Conselho, que preparam a ata e entregam o projeto à associação comunitária para uso e operação.

3. Fundo Municipal de Apoio Comunitário-Piloto – FUMAC-P

Nas regiões em que o Conselho está mais desenvolvido, ele mesmo financia o projeto, com base no FUMAC-P gerido por ele, com recursos do projeto. Para isso, o Conselho deverá ter responsabilidade jurídica, habilitada por cartório, tendo, ainda, a obrigação de elaborar planos de desenvolvimento municipal, para viabilizar a aplicação dos recursos. Compete à UT liberar os recursos a uma conta do Conselho, cabendo-lhe o papel de supervisionar o processo.

No futuro, espera-se que todos os municípios passem para a categoria de FUMAC-P. Essa estratégia tem cinco características que estavam ausentes na sistemática anterior:

- 1 - Cada projeto tem endereço claro que pode ser localizado e visitado (antes, como não havia integração na prática, era difícil localizar as comunidades beneficiadas);
- 2 - A comunidade se sente dona do projeto porque foi ela que decidiu o que fazer, executou e continua administrando, o Governo só ajudou;
- 3 - É mais fácil atribuir responsabilidades em caso de problemas porque se sabe exatamente quem recebeu o dinheiro e como foi gasto;
- 4 - O processo é transparente e participativo;
- 5 - A questão da sustentabilidade. Porque o projeto é da comunidade, ela tem motivação para mantê-lo. Isso representa uma grande diferença em relação à situação anterior, quando o Governo construía os projetos e, se havia algum problema, a comunidade ficava aguardando que o Governo mandasse resolvê-lo. Isso, às vezes, nunca acontecia. A comunidade é soberana para buscar apoio técnico onde queira. Em alguns estados, o Governo se coloca disponível para prestar essa assistência, se solicitado. Mas a comunidade pode preferir uma Ong ou um técnico independente.





Piauí

Os projetos comunitários, em geral, são conhecidos como PAPP ou PCPR, mas, nos vários Estados do Nordeste onde são executados ganham denominações locais. No entanto, seguem a mesma sistemática, com pequenas variantes. No Piauí, por exemplo, recebeu os nomes de Programa Dom Avelar e posteriormente, Dar as Mãos.

No Piauí, de 1998 até dezembro de 2007, o Programa beneficiou 170.117 famílias com 2.174 projetos comunitários, definidos e mantidos por elas próprias, organizadas em associações comunitárias. Nesse período, o PCPR do Piauí investiu R\$ 129.277.422,00, com os empréstimos do Banco Mundial e contrapartidas do Estado.

Atualmente, o PCPR está em todos os 223 municípios do Estado e adota uma linha de pobreza relacionada ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em que 70% dos recursos são destinados aos municípios com IDH abaixo de 0,590 e os 30%

restantes para aqueles que estão acima desse índice.

Os projetos são variados, atendendo às necessidades específicas de cada comunidade e são dos tipos produtivos, infraestruturais e sociais, como os listados a seguir.

- **Produtivo:** matadouro público, casa de mel, piscicultura, equipamentos agrícolas, fábrica de roupa com equipamentos e acessórios como máquina de costura, ferro elétrico, tábua de passar e tesoura, unidades de beneficiamento de cereais e equipamentos, mercado público comunitário, canoas e material de pesca.
- **Infraestrutura:** eletrificação, poço tubular, reservatório, barragem, chafariz, sistema de abastecimento d'água, passagem molhada, pontão, galeria pluvial subterrânea e ponte de concreto.
- **Social:** posto telefônico, posto de saúde, fossa séptica, creche comunitária e cisterna.

Maior transparência com o poder dos conselhos e associações

Nem sempre o PCPR destinou recursos aos municípios tendo como referência o IDH. Até 2005, não existia uma linha de pobreza e os projetos eram executados de acordo com a demanda.

Segundo Alejo Lorzundi, Consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), desde 1992, a participação das associações comunitárias é uma característica marcante das políticas e programas de desenvolvimento rural. Apesar das propostas se encontrarem calcadas num discurso democrático e participativo, alguns pesquisadores têm mostrado que a participação, no antigo PAPP, tendia a assumir a conotação de dádiva, criando espaço para o favor e a troca. "Os produtores através de seus representantes, pediam o que eles achavam que estavam precisando naquele momento e o programa atendia, ocorre que as demandas por determinados sub-projetos, obedeciam menos a necessidades objetivas da vida daque-



les produtores, do que a desígnios alheios ao seu cotidiano.”

Nos momentos atuais, a horizontalização das informações, as campanhas de divulgação e a educação com uso de métodos participativos, voltadas ao resgate da cidadania por parte do PCPR, bem como as novas formas de articulação e intermediação de interesses instituídos através dos conselhos e as próprias associações, têm como principal característica o desenvolvimento local sustentável. Nesse sentido, as associações, assim como, os sindicatos, os partidos políticos e os movimentos sociais, se constituem como novos atores da sociedade civil, viabilizam exigências emergentes no âmbito das relações cotidianas, visando sua transposição do “mundo da vida” para o plano público e constitui um contraponto fundamental dos interesses particularistas levados ao sistema político.

O consultor diz que, nessa perspectiva, a principal função das associações é negociar com o Governo. “Tais entidades apresentam-se, portanto, como ‘sistema

paralelo, para-político’, que aglutina mais que os partidos políticos e a partir do qual se estrutura a ação política. Para isso, importa, certamente, uma convivência mais ativa e igualitária dos associados na própria organização. Importam, igualmente sua capacitação e formação democrática. A importância de pensar no outro”.

O modelo associativo e a representação municipal através de conselhos, orientados pelo Estado, resultam em organizações com duplo objetivo: prestação de serviços de promoção humana e social aos moradores da localidade e repasse de recursos oficiais. Com variações de uma para outra, suas ações se orientam, assim, para infraestrutura básica, os serviços

de educação, saúde e para a modernização da base produtiva.

Associações e conselhos municipais se constituem em duas organizações chaves para o desenvolvimento local, aquelas gerando capacidades para tornarem-se efetivamente o centro de atuação de qualquer empreendimento e estes para dar oportunidade à sociedade civil organizada de participar do desenvolvimento municipal sustentável. Promover essas capacidades é o principal objetivo do PCPR no Piauí.

Mas foi a partir de 2003 que houve uma mudança de perfil para melhor, com uma participação mais democrática em que os órgãos governamentais têm, cada vez mais, menor participação, com o envolvimento maior da sociedade civil, conselhos e igrejas.

PCPR I

No período de 1998 a 2001, quando foi executado o PCPR I com a forma de intervenção do subprograma Fumac, foram liberados R\$ 44.371.486,99 para instalação de 793 projetos, beneficiando 87.111 famílias. É importante destacar que há comunidades com mais de uma associação e comunidades que receberam mais de um subprojeto.

NÚMERO DE PROJETOS LIBERADOS NO PERÍODO DE 1998 A 2001	793
PROJETOS DE INFRAESTRUTURA	628
PROJETOS PRODUTIVOS	54
PROJETOS SOCIAIS	111
NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS	87.111
RECURSOS APLICADOS	R\$ 44.371.486,99

PCPR II Fase I

Em 2002, o Banco Mundial assinou um contrato para a implementação do PCPR II no

valor de US\$ 60 milhões, sendo US\$ 45 milhões financiados pelo Banco, US\$ 12 milhões do Governo do Piauí e os US\$ 3 mi-

lhões restantes (10% dos recursos) dados como contrapartida pela comunidade através de mão-de-obra.

O PCPR II atua em 221 municípios. Para a primeira fase, foram destinados US\$ 30 milhões, dos quais US\$ 22,5 milhões oriundos do empréstimo e US\$ 7,5 milhões referente à contrapartida estadual e contribuição dos beneficiários.

O resultado é que, de 2002 até o final de 2007, foram beneficiadas 83 mil famílias de 1.131 associações com 1.381 projetos em 209 municípios.

NÚMERO DE PROJETOS LIBERADOS NO PERÍODO DE 2002 A 20/12/2007	1.381
PROJETOS DE INFRAESTRUTURA	1.156
PROJETOS PRODUTIVOS	130
PROJETOS SOCIAIS	95
NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS	83.006
RECURSOS APLICADOS	R\$ 84.905.935,01
MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	209
ASSOCIAÇÕES BENEFICIADAS	1.131



Fernando Danda, Diretor Presidente do CCPR no Piauí

Sustentabilidade e qualidade de vida

De acordo com o Diretor Presidente da Coordenadoria de Combate à Pobreza Rural (CCPR), que executa o PCPR no Piauí, Fernando Danda, os projetos proporcionam melhoria quantitativa e qualitativa do contexto social e organizacional das comunidades beneficiárias. “Isso porque reduz índices de doenças e de mortalidade infantil, levam às comunidades melhoramento educacional, de infraestrutura e de emponderamento e, conseqüentemente, elevam a autoestima.”

O Programa trabalhou muito na área da infraestrutura com abastecimento d’água e eletrificação. Hoje com os projetos produtivos, o foco é a sustentabilidade, fazendo com que as famílias consigam uma renda familiar mensal mínima de R\$ 500,00. “Estamos tentando de alguma forma manter o homem no campo com infraestrutura, projetos produtivos e educação. E os resultados podem ser vistos, pois, na proporção em que os projetos são implementados, percebemos um retorno de pessoas e até famílias para o Piauí. O desejo do piauiense é estar na sua terra”, comenta.

Gênero, geração e etnia

Segundo um relatório elaborado pelo Instituto Civitas, das populações indígenas que habitavam o Piauí resta tão somente uma memória difusa e quase apagada na sociedade piauiense atual. Determinados costumes e hábitos indígenas ainda permanecem, mas não são assimilados como tais: a população desconhece de onde vêm. As

estatísticas sobre a população indígena são muito contraditórias e não há um consenso sobre quantas tribos teriam existido no Piauí.

Quanto às populações remanescentes de quilombos, o PCPR tem se articulado com movimentos sociais representativos das populações negras com o intuito de se institucionalizar uma estratégia direcionada para atender essas

populações. Até junho de 2005, pelo menos oito subprojetos foram financiados em comunidades eminentemente negras dos municípios de Paulistana, Redenção do Gurguéia, Queimada Nova, Amarante, Esperantina, Isaías Coelho e Campo Largo, e, adicionalmente, seis subprojetos nos municípios de São Raimundo Nonato, São Lourenço, Coronel

José Dias e João Costa para construção de unidades habitacionais conjugadas com cisternas.

Com relação ao gênero, as mulheres participam das atividades laborais em maior ou menor grau de intensidade, contribuindo, assim, para a renda familiar. Relatórios de supervisão indicam que tanto mulheres como crianças e adolescentes, trabalham na lavoura ou em outras atividades.

Ação integrada

Uma determinação do governador Wellington Dias é a integração do PCPR com ações de outros órgãos do Estado como a Secretaria da Educação (Seduc), Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Programa de Convivência com o Semiárido. Mas também com outras instituições como a Caixa Econômica Federal, Sebrae–Pi até mesmo ONGs e igrejas.

Essas parcerias proporcionam melhor mobilização e capacitação. Desde o início da implementação do PCPR II foi executada uma ampla programação de capacitação/treinamento, entre os quais destacam-se:

1. Cursos para capacitação de conselheiros do Fumac e lideranças comunitárias;
2. Oficinas para capacitação de técnicos de ONGs, OGs e conselheiros do Fumac;
3. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Rural Sustentável para técnicos de ONGs, OGs e conselheiros do Fumac;
4. Eventos de capacitação para troca de experiências entre

conselheiros e lideranças comunitárias;

5. Seminários estaduais e regionais para técnicos e lideranças e representantes de poderes constituídos sobre Financiamentos Multilaterais, Avaliação do PCPR e Gestão de Conhecimento para Lideranças Sindicais, Políticas e Comunitárias;
6. Cursos para técnicos sobre Formação de Multiplicadores em Elaboração e Avaliação de Projetos no Âmbito do PCPR;
7. Oficinas para técnicos sobre Análise e Discussão de Projetos Produtivos;
8. Seminários para socialização das normas e procedimentos operacionais de projetos conjugados entre PCPR, Incra e Interpi;
9. Seminários de imersão e avaliação de projetos produtivos com a participação de técnicos e produtores rurais e oficinas para mobilização de lideranças políticas, sindicais e comunitárias e renovação dos conselhos municipais.

Um exemplo de interação com outro órgão do Governo é a parceria com o Programa Fome

Zero, que beneficia ambos os programas, tendo, para o PCPR II, o benefício de permitir focalizar suas ações em áreas de maior concentração da pobreza e, para o Fome Zero, as vantagens de estar associado a um programa de amplo reconhecimento junto às comunidades rurais e cujos mecanismos participativos de implementação são largamente conhecidos.

Dentre as parcerias com outras instituições, tem destaque a integração com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) desde 2007, através da qual essa instituição, realiza com recursos próprios, capacitações, trabalhando as potencialidades das comunidades. “Isso é necessário porque, muitas vezes, recebemos demandas de projetos produtivos como piscicultura, bacia leiteira, ovinocaprinocultura, apicultura, fruticultura, artesanato, cajucultura, entre outros, mas a população não está capacitada para tal”, argumenta Fernando Danda.

Outra parceria é a realizada com a Caixa Econômica Federal, por meio da qual é executado o projeto Semeando Moradias, que, desde 2007, já construiu 2.347 casas em 36 municípios.

ONGs prestadoras de Assistência Técnica

- Centro de Assessoria aos Movimentos Populares (Camp);
- Cooperativa de Desenvolvimento Humano e Serviços Técnicos (Carnaúba);
- Centro de Educação Popular Esperantinense (Cepes); Centro Piauiense de Ação Popular (Cepac);
- Cooperativa de Produção e Serviços de Técnicos Agrícolas do Piauí & Associados (Cootapi);
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetapi);
- Obra Kolping Estadual do Piauí;
- Centro Educacional São Francisco de Assis (Cefas);
- Colégio Agrícola de Bom Jesus (CABJ);
- Centro Educacional de Entidades Reunidas (Cermo), Mandacaru Centro de Formação;
- Instituto Civitas “Cidadania e Políticas Públicas”.

Por Sâmia Menezes

SEGUNDA FASE DO PCPR II INVESTE US\$ 22,5 MILHÕES NO PIAUÍ

Iniciada em 2008, a segunda fase do Programa de Combate à Pobreza Rural II (PCPR II) investirá mais US\$ 22,5 milhões em 222 municípios do Estado, excluindo somente a capital, Teresina. Os recursos, oriundos de empréstimo firmado entre o Governo do Estado e o Banco Mundial, devem ser aplicados até o ano de 2010.

De acordo com o Diretor Presidente da Coordenadoria de Combate à Pobreza Rural (CCPR), Fernando Danda, as associações interessadas já podem enviar carta-consulta para a sede do Programa. “Os recursos não podem ser

aplicados em aquisição de máquinas agrícolas, construção de creche ou escolas, e produção de bebidas destiladas”, alerta.

Nessa nova etapa, o Governo do Estado aposta em investimentos em projetos produtivos e, principalmente, na comercialização e até exportação dos produtos produzidos através das associações beneficiadas. “É lançado um grande desafio às comunidades”, afirma Fernando Danda.

Duas experiências do Piauí serão integradas neste processo: Casa Apis, com a produção de mel; e Cocajupi, com castanha. “A Casa

Apis foi avaliada pelo Banco Mundial como a melhor infraestrutura para o beneficiamento do mel da América do Sul. E trabalha com o mel dos pequenos produtores beneficiados pelo PCPR”, declara o diretor.

Para participar da segunda etapa do PCPR II, as associações precisam se cadastrar junto ao Programa, estar em dias com as obrigações sociais, diretoria renovada, propor a apresentação de carta-consulta com o projeto. “Nosso lema é plantar parcerias, fincar raízes e colher qualidade de vida”, acrescenta o diretor.

Arquivo CCOM



Governador do Piauí Wellington Dias em visita à Cocajupi



Todos os números do Piauí, agora em um só lugar.



No site da Cepro você encontra todos os nossos principais trabalhos, pesquisas e publicações. São números para quem quer conhecer a fundo o nosso Estado: Conjuntura Econômica, Índice de Preços ao Consumidor (IPC), Produto Interno Bruto (PIB) e Diagnóstico Socioeconômico dos Municípios Piauienses. E mais: Pesquisa de Demanda Turística, o livro Piauí em Números, revista Carta CEPRO, Índice de Desempenho da Gestão Municipal (IDGM) e Índice de Qualidade do Emprego Formal (IQEF). Todos os números do Piauí estão aqui: Acesse!



Por Sâmia Menezes

UM NOVO PIAUÍ ESTÁ SURGINDO – O SERTÃO VAI VIRAR MAR

“...o povo foge da ignorância
apesar de viver tão perto dela
e sonham com melhores tempos idos
contemplam esta vida numa cela
esperam nova possibilidade
de verem esse mundo se acabar...”

Versos cantados por Zé Ramalho, esse trecho da música Admirável Gado Novo expressa o sentimento, incontido, dos milhares de beneficiários pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) no Piauí. Para eles, o programa é essa “nova possibilidade”, uma esperança quase morta que ressurgue com o sucesso de experiências em diversas comunidades do Estado.

São eles, homens e mulheres do campo, os verdadeiros protagonistas de uma história que ficará marcada para sempre. Já profetizava Luiz Gonzaga em Nordeste pra Frente.

José Severino

Francisco Leal





“Sr. repórter já que tá me entrevistando vá anotando pra botar no seu jornal que meu Nordeste tá mudado publique isso pra ficar documentado

Qualquer mocinha hoje veste minissaia já tem homem com cabelo crescidinho O lambe-lambe no sertão já usa flash carro de praça cobra pelo relóginho

Já tem conjunto com guitarra americana já tem hotel que serve whisky escocês e tem matuto com gravata italiana ouvindo jogo no radinho japonês”

A possibilidade de retonar a São Paulo para “tentar” a vida não é nem de longe cogitada por Raimundo Nonato, do Assentamento Birindibinha, em Cocal do Piauí. Os sete meses de experiência no Sudeste do Brasil, trabalhan-

do em obras e ganhando apenas R\$ 450,00 na época, não se comparam à sua vida atual. “Aqui faço R\$ 600,00 só com a venda de leite. Crio galinhas, abelhas, caprinos, tenho minha roça, estou com a minha família e não corro risco de vida”, afirma.

Raimundo Nonato é um dos beneficiários do Projeto Crédito Fundiário, uma das vertentes do Programa de Combate à Pobreza Rural no Estado. A Associação da qual participa, composta por 14 famílias, é destaque em gestão associativa e foi agraciada, em 2005, com o Prêmio Piauí de Crédito Fundiário. “Tem que estar sempre aprendendo”, revela ele.

Aprender e ousar talvez sejam os segredos. “Quem tá dentro de um projeto já tá danado pra

entrar em outro”, comenta o agricultor Antônio Wilson, beneficiário desde 2004. E tudo é decidido na coletividade. Com o dinheiro ganhado no Prêmio eles construíram uma sede para a Associação, onde se reúnem uma vez por mês para discutir todos os assuntos relacionados ao assentamento.

Entre eles, as histórias se repetem. Não tinham terra, alguns nem casa. Água e luz só a dos rios e do sol, respectivamente. Trabalhavam para os outros. Hoje, contam as cabeças de ovelha, bode, gado, galinha caipira, entre outros, espalhados em 177 hectares de terra. “Aqui cada um cuida do que é seu. E, quando precisa, todos ajudam”, afirma Israel Cardoso de Araújo, também beneficiário.

A cada dia uma nova ideia é colocada em prática. Com o dinheiro das galinhas, compraram um carro para transportar a produção. Na última safra, comercializaram R\$ 2 mil em farinha quebradinha e goma. Há poucos dias, venderam mais 600 galinhas para o Programa Compra Direta Local. Através do Pronaf A, seis dos avicultores fizeram curso de galinha caipira (corte e postura).

E eles não param: através de parceria com o Banco do Nordeste vão adquirir um refrigerador de leite para comercializar em grande produção. Um dos beneficiários está fazendo o curso de técnico agrícola na Escola Família Agrícola de Pedro II e outros estão aguardando a instalação da escola no município de Cocal.

Raimundo Nonato



Francisco Leal

Abc do Sertão, letra de Zé Dantas e Luiz Gonzaga

Lá no meu sertão pros caboclo lê
 Têm que aprender um outro ABC
 O jota é ji, o éle é lê
 O ésse é si, mas o érre
 Tem nome de rê
 Até o ypsilon lá é pissilone
 O eme é mê, O ene é nê
 O efe é fê, o gê chama-se guê
 Na escola é engraçado ouvir-se tanto “ê”
 A, bê, cê, dê,
 Fê, guê, lê, mê,
 Nê, pê, quê, rê,
 Tê, vê e zê.

Exemplo em educação

Se Luiz Gonzaga ainda fosse vivo, teria que começar a pensar em outra letra para essa música. Ainda mais se conhecesse o entusiasmo que permeia a creche do Assentamento Santo Antônio, em Piracuruca. Coordenado pela professora Lúcia Maria de Araújo Sampaio, com a participação ativa das mães, o projeto está transformando a desenvoltura das crianças do assentamento, quer seja através da fala, da coordenação motora e até mesmo do comportamento. “Ficando só em casa, as crianças ficam até matutas”, retruca Maria do Socorro, mãe das gêmeas Rayssa e Raylane, de 3 anos, alunas da escolinha.

A instalação da creche, que hoje atende 12 crianças de 0 a 3 anos, foi construída também com dinheiro recebido através do Prêmio Piauí de Crédito Fundiário, por ser exemplo em gestão associativa. A decisão foi das próprias mães, que tinham dificuldade em ajudar os maridos porque não havia onde deixar as crianças. “A prefeitura do município se recusou a instalar uma unidade no local por se tratar de um assentamento. Como já era professora, trabalhei um ano como voluntária, com a ajuda das mães. Cada dia uma trazia a merenda”, relata a professora.

Hoje, através da Secretaria Estadual da Educação, a creche recebe merenda, material escolar e de planejamento. “É um trabalho muito gratificante. Eu já tinha 11 anos de serviço. Tenho um imenso amor pelas crianças”, afirma Lúcia, que hoje vive ainda mais feliz porque o marido morava em São Paulo para garantir o sustento da família e, com o assentamento, estão todos unidos.

Um dos braços direito da creche, a mãe Luzia de Oliveira Santos, não esconde o contentamento. “Batalhamos e conseguimos. A educação dos filhos depende muito da gente. A minha filha já faz as vogais. Se outras comunidades tivessem uma creche, as crianças



Professora Lúcia Maria de Araújo Sampaio

chegariam na escola bem melhor”, observa.

Enquanto as crianças estudam, as mães já fazem novos planos. Estão apostando na plantação de abacaxi. Um grupo de quatro mulheres vai iniciar a plantação em três hectares de terra. “Começa com quatro, mas as outras com certeza logo vão se animar. Como todo começo, é difícil. Mas a melhora vai depender de cada uma das 30 famílias que aqui vivem. Nem todos são iguais, claro. Uns trabalham mais, outros menos. Estamos aprendendo”, declara Francisco das Chagas Carvalho Filho, presidente da Associação.

“Alguns ainda querem trabalhar do jeito dos pais e dos avós. Açam que é do jeito que Deus cria macaco, diz o ditado. Depois, vão se orientando e mundando. Às vezes teimam achando que só é do jeito deles, mas logo se arrependem e voltam. Aí é que tá o negócio”, comenta. “O único meio de sossegar num lugar é esse. Tem gente que não dá valor, mas quem é da roça mesmo não se adapta com outra vida”, acrescenta o presidente Francisco das Chagas.



Creche do Assentamento Santo Antônio



Francisco Leal

Hermínio da Silva



Maria do Socorro

Caprinos e hortaliças

Em Jatobá do Piauí, a criação de caprinos é o destaque. No Assentamento Baixão dos Tucuns, composto por 22 famílias que ocupam uma área de 520,17 hectares, são mais de 1.500 cabeças de apriscos, além da produção de hortaliças, outro referencial.

“A vida mudou!”, diz seu José Severino, 45 anos, que antes de participar do projeto, nas palavras dele, terra só tinha mesmo nas unhas. “Antes só vivíamos de um lado para o outro. Viver nas terras alheias é meio ruim. Tem muita gente boa, mas

também têm outros... aqui estamos no sossego”, observa Hermínio da Silva, contemplando os 8,8 hectares de pasto para alimentar as criações.

Lá também eles não perdem tempo. Um quarto da terra é destinada à produção de legumes. Estão produzindo mandioca, de onde sai a goma e a farinha. E, ainda, mantêm seis caixas de abelha, de onde tiraram 14 litros de mel, e que neste semestre vão ser usadas para a recuperação ambiental e para garantir a polinização das plantas.

“Cada um tem que fazer sua

parte”, afirma dona Maria do Socorro, que já tem em seu quintal frutas e legumes das mais variadas espécies. “Quando falta o café e o açúcar já sei de onde tirar”, acrescenta ela, que vende na cidade alguns legumes para ajudar nas despesas da casa.

Para dar certo, a receita é muita conversa. “Temos que nos reunir e conversar sempre. Também não adianta pensar em fazer nada só. Todos têm que decidir o que acham melhor”, afirma a tesoureira da Associação, Raimunda Rodrigues de Carvalho.

União

Já dizia Raul Seixas, que sonho que se sonha só é só um sonho, e sonho que se sonha junto é realidade. E se depender dos moradores do Assentamento Alto dos Quirinos, em União, muitos outros sonhos serão reais num curto espaço de tempo. Inovando, o grupo aposta na criação de cutia e já fala em explorar turisticamente a área assentada.

Destaque em Associativismo e Educação Ambiental no Prêmio Piauí de Crédito Fundiário, o as-

sentamento foi implantado em 2004 e conta com 22 famílias. Produzem melancia (120 toneladas na última safra), milho, coco babaçu, feijão, caprinos, entre outros.

A ideia de criar cutias surgiu a partir da necessidade de preservar a área de 388 hectares adquirida através do Projeto Crédito Fundiário. “Era uma área muito devastada por caçadores da região. Então resolvemos executar o projeto, inicialmente liberando parte para a natureza e, posteriormente, começar a comercializar”,

afirma Genivaldo Marques dos Santos, primeiro presidente da Associação.

Com o dinheiro adquirido com o prêmio, eles construíram um galpão adequado para a criação, com capacidade para 40 matrizes e cinco reprodutores. E não faltam novas ideias. “Já estamos começando a criação de galinha caipira e queremos preservar a área para fazer turismo rural, ideia que iniciamos numa capacitação e ainda estamos elaborando”, comenta.

A proposta é, de além de tri-lhas, oferecer um pesque-pague, aproveitando um riacho e um tanque com capacidade de 70 mil litros de água para a criação de alevinos. Com a água do tanque, que precisa ser renovada, eles vão investir numa horta irrigada. “Começamos a acreditar quando corremos atrás e conseguimos a propriedade e recursos. Antes, pensávamos apenas em trabalhar para ter pelo menos uma roça. Hoje, conseguimos tudo isso e vamos sonhar mais para realizar”, afirma Genivaldo.

A certeza de conseguir é única e mostra uma nova mentalidade em pleno sertão. “Acreditamos porque já conseguimos parte. Pela



Francisco Leal

Criação de cutia no Assentamento Alto dos Quirinos

necessidade do mundo estar se desenvolvendo, acredito que esse desenvolvimento também vai chegar aqui”, declara o atual presiden-

te Domingos Marques. “Mudamos um pouco de vida e porque não melhorar mais?”, completa o agricultor Manoel de Jesus.

Mais participação

As estatísticas revelam que quase 1,1 milhão de piauienses vivem na zona rural. Os dados, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos ao Censo 2007, apontam um crescimento da população rural, nos últimos oito anos, de 3,12%. São pessoas que há vários anos viviam em precárias condições de habitação, fornecimento de água, luz, emprego, entre outros.

Executado no Estado desde o ano 2000, o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR) está trabalhando em parceria com as associações comunitárias de todo o Estado através de conselhos constituídos pela sociedade civil. As associações são compostas por no mínimo 12 famílias.

Todos os projetos possuem a participação direta da população, do seu desenvolvimento à contrapartida com o trabalho. No que se refere à

melhoria da qualidade de vida, avaliação feita pelo Banco Mundial revela que 30% dos projetos piauienses resultam na melhoria na questão financeira das comunidades beneficiadas. Outra pesquisa, coordenada pela Universidade de Campinas (Unicamp) e pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), revela que, no Piauí, a renda das famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário aumentou em 147%, o maior índice do Brasil.

A seguir, trechos de uma apresentação realizada pelas estudantes Viviane Larisse, de 11 anos, e Ana Rakel, de 12, de Acauã:

“Olá, meu irmão, minha irmã
Vamos chegando para cá
Pois quando a coisa é boa
Temos que comemorar
Vamos todos de mãos dadas
Esse momento festejar
São tantos que contribuem

Alguns até no anonimato
Para que nossas famílias
Aqui no meio do mato
Na vida sofrida e amarga
Possa ter um melhor trato
A Deus o autor supremo
Estamos a bendizer
Pois água limpa e pura
Agora vamos beber
E a todos que colaboraram
Queremos agradecer”

E mais à frente:

“Se ficarmos desunidos
A luta é desigual
Cada um lá pro seu lado
Esse é um grande mal
Pois o individualismo
É um sentimento banal
Deixemos de lado o egoísmo
Vamos juntos caminhar
Diga não ao comodismo
Vamos todos participar
Temos que aprender a ouvir,
A opinar e dialogar”

Por Ana Cláudia Amorim

OPORTUNIDADE DE EMANCIPAÇÃO

O combate à pobreza sempre se pautou como principal foco das ações dos poderes públicos em todo o mundo. No entanto, diversas políticas de combate à pobreza se mostram controversas diante dos olhos de muitos críticos, ou por não condizerem com a realidade vivida pela população onde a ação é executada ou por viciá-la em receber “esmolas”, impedindo-a de melhorar de vida de forma independente de políticas públicas ditas por aqueles assistencialistas.

Por isso, a Fundação Cepro levou para o debate Carta CEPRO, realizado no início de 2008 em parceria com a Rádio Pioneira de Teresina, dentro do Programa Pannel da Cidade, conduzido pelo radialista Joel Silva, o tema:

Oportunidades de emancipação/desvinculação do Programa de Combate à Pobreza Rural e de outros programas sociais: os projetos produtivos como porta de saída de programas sociais como o Bolsa Família.

O desligamento por opção própria dos beneficiários do principal programa social do Governo Federal acontece em todo o país, inclusive no Piauí. A emancipação dos beneficiários se dá a partir de investimentos do Governo em iniciativas de geração de trabalho e renda própria superior à do Bolsa Família.

A seguir, os momentos principais do debate que teve como participantes a professora Rosângela Sousa, doutora em Assistência Social; Alejo Lertzundi, consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA e representante do PCPR; Manoel Simão, secretário de políticas agrícolas da Federação dos Trabalhadores em Agricultura (FETAG). Todos estes foram convidados pela Cepro.

Para a ocasião deste debate, o advogado Gilberto Ferreira foi convidado pela Rádio Pioneira, surpreendendo a Cepro que até então era quem, exclusivamente, convidava os participantes.

Arquivo CEPRO







Joel Silva – Oportunidades de emancipação/desvinculação do PCPR e de outros programas sociais: os projetos produtivos como porta de saída de programas sociais como o Bolsa Família. Esse é o assunto que vamos discutir hoje, ouvindo as palavras iniciais do presidente da Fundação Cepro, Oscar de Barros.

Oscar de Barros – Quando a Rádio Pioneira acata o convite da Fundação Cepro para promover uma série de debates sobre diversos temas em que a gente costuma chamar de Debate Carta CEPRO e discute uma temática como a que vamos discutir hoje dos programas sociais do governo mais focado para a questão do homem do campo, no Programa de Combate à Pobreza Rural, a Rádio Pi-

oneira de Teresina e seus dirigentes e profissionais estão dando um exemplo do que é fazer comunicação em função da educação e de uma educação crítica para a cidadania. É com muita satisfação que a Fundação Cepro está aqui agradecendo a abertura da Rádio Pioneira.

Joel Silva – Entre os convidados de hoje está o nosso colaborador permanente da Rádio Pioneira, doutor Gilberto Alves Ferreira, advogado criminalista, professor de Direito Penal. Gostaríamos de ter a sua impressão inicial sobre esse tema.

Gilberto Ferreira – A produção elegeu um tema de grande importância que é a discussão do Programa de Combate à Pobreza Rural. A fome,

Joel Silva, é uma companheira do brasileiro há muitos anos. E, há muitos anos, se fala em acabar com a fome, mas a fome continua sendo campeã no Piauí que, com mais de três milhões de habitantes, tem um terço da população que não sabe o que vão comer no dia seguinte. Não há uma política nacional de segurança alimentar. Então espero que nesse debate de hoje se vejam as questões mais importantes e que as autoridades públicas adotem políticas públicas no sentido de que essa história de combater a fome chegue em um momento em que nós vejamos que todos os nossos irmãos terão a segurança de que almoçarão, jantarão e tomarão café no dia seguinte.

Joel Silva – Estão abertos os microfones para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, na pessoa do doutor Alejo Lerzundi.

Alejo Lerzundi – Estou aqui representando Fernando Danda, Diretor Presidente do Programa de Combate à Pobreza Rural, que não se encontra em Teresina, por questões de trabalho.

Joel Silva – É com enorme prazer que vamos ouvir a professora Rosângela Sousa, doutora em Assistência Social.

Rosângela Sousa – Queria dizer da nossa alegria em participar deste debate Carta CEPRO e, principalmente, poder cumprimentar a todos os outros que estão conosco neste processo. Lembrar também ao Gilberto que essa tarefa de resolver o problema da fome não é uma tarefa exclusiva dos governos, mas uma tarefa da sociedade como um todo e, assim como ele mesmo coloca, é uma tarefa secular porque a fome no Brasil, no mundo e no Piauí também é uma fome secular.

Joel Silva – E agora nosso outro convidado o secretário de políticas agrícolas da Fetag, Manoel Simão.

Manoel Simão – A gente veio em nome da Fetag participar deste debate para discutir a agricultura familiar como um todo no Estado do Piauí, vendo a situação do Programa de Combate à Pobreza Rural.

Joel Silva – Vi em um jornal hoje dando conta de que países, em uma medida preventiva, estão concentrando alimentos nas suas estruturas com temor pela sua escassez. Mas me veio aqui um conceito que se diz que a fome no mundo tem duas características: a fome da África por escassez e a fome do Brasil por concentração. Então se essa escassez parece não ser tão somente um caso africano que possa se estender para o resto do mundo, eu quero saber do doutor Gilberto se há condições de fazer com que o homem do campo permaneça no meio rural, não no sentido de aprisioná-lo, mas de ter vontade de ficar lá com condições de produzir para si e para os demais cidadãos.

Gilberto Ferreira – A questão do abandono da zona rural é histórica, assim como o fenômeno do êxodo rural que teve seu desencadeamento, aproximadamente, na década de 40. Para se ter uma ideia, em 1940, 26% da população brasileira residia nas cidades, as zonas urbanas, e 74%, na zona rural. Mas esse povo foi abandonado, não houve políticas públicas no sentido de fixar o homem no campo com todas as condições necessárias para que ele sobrevivesse com dignidade e lá produzisse.

Hoje, nós temos uma realidade muito diferente, 75% da população estão na zona urbana, em todas as cidades, apenas 25% insistem em ficar no campo. Agora o abandono desse povo é gritante. O Piauí é o exemplo

maior, na época da seca é choro pra todo lado. O próprio secretário de Defesa Civil do Estado declarou que tinha 1.380 poços tubulares perfurados, mas sem estar equipados. E o povo passando sede e o Governo comprando água e distribuindo nos carros-pipa.

Chega o inverno e não tem a semente, as escolas são de péssima qualidade. Eu estava vendo um determinado projeto onde há um avanço muito grande, mas a escola só tem duas salas de aula. Órgãos pra combater a fome, nós temos demais, temos o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), temos o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), temos tantos órgãos, entidades e recursos. Agora o recurso final sempre vai ficando nas empreiteiras. Existe o Programa Luz para Todos e as pessoas continuam na escuridão. Por que as pessoas vêm para a cidade? Atrás das luzes ou da ilusão porque na cidade na realidade é uma grande ilusão, porque aqui as pessoas se encontram amontoadas, vivendo a miséria no seu mais alto estágio.

Portanto, Joel Silva, a nossa opinião é no sentido de que as autoridades em todos os níveis tenham sensibilidade, entendam que têm a função de erradicar a fome, a miséria, e que essa é erradicada com programas de grande porte e grandes investimentos.

Joel Silva – Então o senhor vê saída, vê uma alternativa.

Gilberto Ferreira – Eu vejo que as pessoas estão fazendo de conta que estão fazendo.

Joel Silva – Mas o senhor vê uma saída. Vamos ouvir agora o consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Alejo Lerzundi.

Que possibilidades as autoridades têm de atender apelos para que o homem do campo não deixe o seu habitat, para que o êxodo rural deixe de ser prejudicial à qualidade de vida do camponês?

Alejo Lerzundi – Entendo que as autoridades em quase todos os países que têm problema de fome estão muito preocupadas em resolver esse problema. No caso do Brasil, o setor pobre, que é composto por pessoas que podem ter acesso a alimentos, mas não têm acesso a outros bens, atinge 35% da população, mas aquele grupo que não tem acesso à alimentação mínima necessária, são mais ou menos 15 milhões de pessoas.

Há alguns dias, houve um debate na Fundação Cepro, quando discutimos conceitos de pobreza. Vejo que o tema nos últimos tempos está na pauta e como consequência disso e de outras necessidades de discutir o problema também acontece esse debate. Eu creio que falta ainda entender um pouco o problema. Para nós objetivamente parece que foi uma coisa dada, que a fome está lá instalada e falamos de fome, mas, conceitualmente, não logramos definir como é ela. E mais que isso, ainda não conseguimos entender quais são as causas da fome. Historicamente, lendo a literatura a respeito, vocês podem perceber como é grande a dissimulação para mostrar o problema e de tentar justificar a existência dos pobres. Nos últimos anos, o entendimento do problema ficou um pouco mais aberto porque já que não pode mais ser ocultado nem suportado. Fica muito evidente nos meios de comunicação massiva, a internet e a globalização dão conta cada vez mais do problema.

Então é bom saber quais são as origens e a dimensão do problema. Não se pode curar simplesmente com políticas públicas focalizadas. Creio

Gilberto Ferreira



que tem que haver todo um processo que vai durar muitos anos e envolve também no final a saída, por exemplo, de medidas de políticas como o Bolsa Família que resolve o problema de maneira digamos conjuntural, temporal. Essas são necessárias e devem estar acompanhadas de políticas públicas que garantam sustentabilidade principalmente, em termo de geração de emprego e renda.

Dentro desse marco, o PCPR II Fase II é uma coisa pequena para a dimensão do problema. Para os últimos três anos, temos um projeto que tem o montante de 22,5 milhões de dólares e que vai atender mais ou menos cinco projetos em cada município, isso é pouco, muito pouco. Temos também agora o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que está apontando boa parte de

seus recursos orientados para resolver o problema da fome.

Joel Silva – Doutora Rosângela, tem-se a expectativa em torno das atitudes da senhora, do conteúdo que tem, da teoria tão eficaz, discutida, debatida nas salas de aula da universidade. A senhora, tendo a oportunidade de colocar em evidência agora de forma prática, como é que vê o papel cumprido até agora pelo PCPR em relação à manutenção do homem no campo?

Rosângela Sousa – Primeiro, acho importante a gente estar colocando que nós no Brasil temos, por exemplo, uma história de um país que é, como dizem os estudiosos, nascido pra fora, em que as pessoas vêm aqui, aspeadamente, os colonizadores, bus-

car o que a gente tem e levar pra outros países, outros povos. Então, isso também, de alguma forma, explica um pouco essa primeira colocação sua, Joel. Acho muito importante que, no nosso caso, temos uma diferença, por exemplo, em relação à África, pois temos como alimentar nosso povo, temos um país com essa capacidade e não temos a condição efetiva de fazer isso porque parece que continuamos ainda com a fome de concentração.

Mas aqui no Estado do Piauí, sobretudo, por uma iniciativa do Governo, a primeira medida foi de estarmos nos voltando para, independentemente do local onde as pessoas moram, se na zona rural ou na zona urbana, um cadastramento que permitisse localizar as famílias mais pobres. A ação concreta foi de fazer com que essas famílias com problemas de carecimento de todas as ordens e em situação de vulnerabilidade econômica e social pudessem ter um recurso de transferência de renda que lhes garantisse o acesso à alimentação básica.

Aliás, isso não foi nenhuma surpresa porque o próprio Presidente da República, após a eleição, anunciou que uma das lutas principais seria o de minimizar o problema da fome, até por ser ele um conhecedor dessa área. E obviamente que isso influenciou o governador Wellington Dias, na época, para começar um trabalho pioneiro antes inclusive de existir no país uma lei voltada para a segurança alimentar que só veio acontecer em 2006. Wellington Dias, ainda em 2003, estabeleceu um órgão no Governo para se dedicar sobre a compreensão da situação de fome, de carecimento alimentar e semelhante.

Qual a importância disso? É que a partir de então, começamos a compreender duas coisas as quais não avançamos. Não vamos ficar em política de acusação, vazia, oca que não leva a nada. Primeiro, como a dimensão do problema desse carecimento, não im-

porta se o homem está no campo ou na periferia das cidades, é uma responsabilidade, que precisa ficar clara, não apenas de uma ação exclusiva de Governo, seja ele de qualquer conotação que possa ser. É, portanto, a superação da pobreza o resultado de uma ação coletiva. Essa primeira concepção vai, no Estado do Piauí e no resto do Brasil, passar a ser uma preocupação quando se compreende que o programa de transferência de renda, por exemplo, no caso o Bolsa Família, não pode ser desenvolvido a não ser a partir dos Governos Municipais com uma tarefa de localizar as famílias pobres, os Governos Estaduais de monitorar o processo e o Governo Federal de repassar as condições financeiras objetivas para que essas famílias pudessem receber esse recurso de transferência de renda. E aí vem colado nas condicionalidades que é, como diz o próprio professor Gilberto, o que nos garante que uma outra ação que tem a ver com educação, com saúde possa ser considerada.

Tem um debate que não vou trazer agora porque acho que não é o momento oportuno, mas é o fato de saber se permanece o direito de cidadania com essas condicionalidades. No entanto, isso é um outro assunto que a gente pode discutir posteriormente. Agora, no caso do Piauí, temos a dizer que uma coisa começa a mudar neste Governo Wellington Dias no que diz respeito ao ensino médio. Concordo em gênero, número e grau que não vamos jamais fixar o homem no campo se ele não tiver condições mínimas de sobrevivência. Um dos pontos fundamentais passa pela educação. Precisamos não ser míopes e reconhecer que o Estado do Piauí fez um esforço tremendo para que o ensino médio pudesse chegar a todos os municípios. Chegou a todas as comunidades? Ainda não. Fizemos tudo? Não. Tem muito por ser feito? Tem. Mas esse é tam-

bém um passo para que possamos fixar o homem no campo. Também concordo que o homem que sai do campo sem nenhuma condição e vem pra periferia da cidade não vai melhorar sua qualidade de vida.

Quando eu estava na coordenação do Programa Fome Zero, desenvolvemos iniciativas em parceria com o PCPR como, por exemplo, a implantação de projetos produtivos na área da ovinocaprinocultura, na área da casa de farinha, da piscicultura, da apicultura que é uma grande vocação do nosso Estado. Estamos em condições de melhorar cada vez mais, temos condições de fixar o homem no campo através de projetos nessa área. São projetos que têm uma conotação fundamental que é o fato de respeitar as entidades, as associações comunitárias como sendo o grande centro da ação. Ou seja, quando o PCPR e seus parceiros, incluindo o Programa Fome Zero, chega na comunidade, o principal parceiro é a associação comunitária. Para quê? Para localizar as famílias que necessitam desse trabalho para, conjuntamente com elas e respeitando o que elas desejam, instituir a unidade de produção que elas devem instalar pela cultura do lugar, pelas condições, inclusive, que elas teriam para fazer funcionar aquela unidade de produção. Então temos na associação comunitária um grande parceiro para começar esse projeto. São iniciativas tímidas ainda? Tímidas em relação à necessidade do nosso povo. Agora já é uma experiência que precisa avançar. Não sei quando vamos resolver o problema, mas penso que estamos no caminho certo.

Joel Silva – Secretário da Federação dos Trabalhadores em Agricultura, Manoel Simão, diante do que o senhor ouviu, em que condições a Fetag se coloca?

Manoel Simão – Como defenso-

res dos movimentos sociais no campo, nós agricultores familiares no Estado do Piauí sabemos que se tivéssemos um acompanhamento técnico de acordo com as nossas necessidades com certeza teríamos como segurar nossos produtores rurais no campo. Hoje existem no Estado do Piauí várias entidades que têm como manter nossos agricultores no campo, mas ainda falta uma boa assistência técnica pra esse pessoal. Isso é o que mais precisamos, um acompanhamento da demanda de acordo com as necessidades.

A gente ouviu nosso colega falar de 1.380 poços perfurados e lacrados no Estado do Piauí. Que resultado têm esses poços? Quanto recurso foi aplicado na região de todo o semiárido do Estado e a gente não vê resultado? Quando começa o verão, já se começa lutar por carro-pipa. Não tem necessidade porque lá já existem poços que deveriam estar equipados. As propagandas são fortes, existe isso, existe aquilo, mas cadê do desenvolvimento daquele povo?

Joel Silva – Em poucas palavras, você inclusive reproduz o que ouvimos também ontem no mutirão da comunicação. Um colega nosso do interior fazia uma descrição das barragens que estão transbordando, jogando muita água no mar para logo depois, daqui a alguns poucos dias, essa população que assiste aquela paisagem ficar percorrendo os corredores das autoridades rogando por carro-pipa. É um paradoxo. E me vem também uma expressão de um sociólogo, médico José de Castro, pernambucano, recentemente falecido: “A natureza não é mesquinha, mas um certo tipo de homem que não faz com que a sua riqueza possa ser disseminada, possa ser distribuída.”

Gilberto Ferreira, depois da convocação que estava fazendo aos gestores para que tenham mais sensi-



Alejo Lertzundi

bilidade, por onde deve começar a demonstração de sensibilidade dos governantes?

Gilberto Ferreira – Todos aqui sabemos que no dia 5 de outubro de 2008 completou 20 anos da nossa Carta Constitucional que foi promulgada por uma Assembleia Constituinte e erguida pelo messiânico Ulysses Guimarães que a denominou de Constituição Cidadã. Essa Carta Constitucional de 88 no seu artigo 23, inciso X, diz que compete à União, estados, Distrito Federal e municípios o combate às causas da pobreza.

Então o que entendo, Rosângela, é que a política de combate à pobreza rural, à pobreza de qualquer aspecto, de combate à fome não parece ser uma política de Governo, deve ser uma política de Estado através das suas

três esferas porque, quando há política de Estado, a coisa é levada mais a sério. Veja o exemplo: quem foi aqui no Piauí que já viu uma crítica ao Antônio Neto, secretário da Fazenda? Ele exerce a política fiscal, a política de arrecadação que é uma coisa de Estado, ou o Estado arrecada, incrementa, cobra impostos ou então o Estado vai sucumbir porque isso é uma política de Estado. Então é preciso que os nossos entes federativos tenham essa compreensão, que os gestores públicos que estão governando a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios tenham consciência disso.

Não podemos viver, Joel Silva, brincando com dinheiro, não podemos ficar tomando dinheiro emprestado ao Banco Mundial para implementar políticas de combate à pobreza. E todos os anos a história se repe-

te: se é no inverno, é clamor, se é na seca, falta água, falta tudo. Não podemos ficar a vida inteira no Piauí em busca de uma saída para os nossos problemas.

No passado não muito afastado, o PCPR antes era chamado PAPP. Quem recebia os recursos era o presidente da associação dos moradores. Ele ia para o Banco do Brasil receber os recursos, mas entregava o dinheiro para o deputado e o deputado metia no bolso. E o deputado, com seu prestígio, ia ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), ia a outros órgãos do Estado e fazia a obra que era pra ser feita com o dinheiro que viera do BIRD e depois, quando eu estava no meu escritório, chega o presidente da associação dos moradores pedindo para eu fazer a defesa dele em juízo. Isso é uma verdade concreta, isso é uma realidade que nós temos que entender. Isso tem que ser passado a limpo, Joel. Os nossos homens públicos têm que deixar de ser cretinos, não podem pegar o dinheiro público que se destina a políticas públicas e meter no bolso. Então é preciso que nós, o Estado do Piauí, tenhamos seriedade. Como é que se pode o Estado ter 1.380 poços tubulares perfurados e nenhum está funcionando? Como é que se pode ficar atrás de carro-pipa e o Governo e os municípios gastando, vendendo água e o povo passando fome, o povo passando sede?

Joel Silva – Vamos voltar com o representante do PCPR, Alejo Lertzundi que é consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Um peruano que está aqui para nos ajudar no sentido de que entendamos e venhamos a quebrar os obstáculos que estão fazendo com que o que é construído não serve à população, está sendo inútil.

Alejo Lertzundi – Quero me refe-

rir a duas coisas. Em primeiro lugar há uma tendência mundial e histórica pela qual o setor agrário se esvazia de população. O problema não é esse. Os países desenvolvidos têm cada vez menos população rural e cada vez mais população urbana. O problema é que essa população que vem do meio rural para a cidade não encontra oportunidades de trabalho, nem de moradia e cria um problema maior porque a cidade não está dimensionada para receber essa gente que vem do meio rural. E, por outro lado, o meio rural fica esvaziado de população gerando um problema ainda de desocupação de terra e mau uso dos recursos.

Creio que a questão deve ser vista não somente do ponto de vista do problema rural, mas também urbano porque são dois problemas que se comunicam entre si e se condicionam muito bem. E claro, todo mundo sabe que no meio rural as pessoas deixam aquele meio porque não há oportunidades para elas permanecerem. A assistência técnica que o representante da Fetag falou é um dos pontos, a pobreza no meio rural e a somatória de um conjunto de fatores tem a ver com a reforma agrária, com moradia, educação, saúde, com conjunto de fatores pelos quais o habitante do meio rural tem aquele perfil de pobreza básica, elementar, muitas vezes, falta de luz, de necessidades mínimas. Muitos deles moram ainda na pré-história porque não têm luz, não têm água. Isso é uma coisa inconcebível no mundo atual. Esse era o primeiro ponto que queria frisar.

Por outro lado, eu gostaria de falar, quando se referiu ao PAPP, o doutor Gilberto. Os projetos de combate à pobreza rural no Piauí podem ser divididos em duas fases, uma antes do PAPP e outra depois. Antes, tinha aqueles projetos financiados pelo Banco Mundial, vinculados ao Polo Nordeste, à política do sertanejo que era mais uma política focada em áreas

de bacias e sua execução estava vinculada a ser feita através dos órgãos públicos, secretarias e autarquias. Por exemplo, a assistência técnica ia para o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); construção era com a Companhia de Desenvolvimento do Piauí (COMDEPI); a comercialização era com o Ministério da Agricultura e assim por diante. O problema é que esses recursos não chegavam diretamente ao agricultor beneficiário porque as instituições públicas tinham também necessidades para o funcionamento, então os recursos eram utilizados para se aperfeiçoarem melhor, para terem condições de operacionalidade.

Depois o PAPP foi redimensionado porque se pensou que os recursos vinculados à pobreza rural teriam que chegar diretamente na ponta, ao agricultor e não ao agricultor individualizado mas à associação comunitária. Depois do PAPP reformulado, PCPR, PCPR I, PCPR II fase I e agora estamos com o PCPR II fase II.

Esses PCPRs têm como foco o que Rosângela falou, a associação comunitária. O dinheiro vai para lá e eles sabem como aplicar esses recursos, eles definem os problemas, elaboram os projetos, se organizam para geri-los, prestam contas e têm que apresentar os resultados previstos.

Estamos garantindo que mais de 90% dos recursos cheguem na associação comunitária. Temos muitos problemas em todo esse processo porque sabemos que as associações comunitárias são entidades que muitas delas só se formaram para ter acesso aos recursos do Banco Mundial, elas não têm ainda aquela tradição histórica de mutirão, de funcionar como uma associação, é preciso tempo para que elas se consolidem. Mas junto a elas temos um arranjo fundamental em nível local que são os conselhos municipais, órgãos de representatividade

da sociedade civil organizada. 80% das associações organizadas fazem parte desse conselho. Este conselho serve para priorizar os projetos e fundamentalmente serve como um arranjo básico institucional para levar os serviços do Governo e de outras entidades públicas e privadas a associações comunitárias e ao mesmo tempo ser porta-voz destas perante os órgãos federais.

Joel Silva – Doutora Rosângela Sousa, ainda sobre esta necessidade que temos de combater todos os males da humanidade, sobretudo aquele que afeta a dignidade do ser humano que é a alimentação; e a questão dos elementos que priorizam a aplicação de recursos, mas que não há falta de recursos, e também, a partir da fala do Manoel, há uma necessidade de que tenhamos mecanismos que possam definir prioridades para evitar as extravagâncias ou mau uso?

Rosângela Sousa – Em relação à fala do Manoel, quando ele traz a necessidade de cada vez mais a assistência técnica ser uma ação incisiva dos municípios, isso como algo importante para também contribuir para a fixação do homem no campo, penso que ele traz um tema extremamente importante.

Ocorre que, com o passar dos tempos, a assistência técnica, os programas desenvolvidos nessa área foram passando por um desgaste muito grande. Tanto é que aqui no Piauí, quando o governador Wellington Dias assumiu, essa foi uma das grandes preocupações. E o Piauí inteiro sabe que hoje o Emater, responsável mais direto por esse tipo de programa, é um instituto que tem feito todo um trabalho para que possa atender melhor essa necessidade de homem do campo. Inclusive, com o esforço do governador Wellington Dias, com a própria Fetag participando no sentido de



estimular para que isso possa acontecer, atualmente há uma preocupação do Emater na perspectiva de acompanhar trabalhos na área do empreendedorismo, de revitalizar as unidades do Emater no Estado.

E continua o desafio. O que já foi feito é suficiente para fixar o homem no campo? Não é suficiente. O que estou dizendo é: este é um tema que está na pauta do Governo e que está na pauta dos municípios também, que está na pauta dos extensionistas na perspectiva inclusive de melhorar as condições dos extensionistas de fazer esse trabalho. Isso nós podemos testemunhar, por exemplo, no município de Campo Maior ou vários outros onde, via Programa Fome Zero, desenvolvemos trabalhos na perspectiva de hortas comunitárias que têm duas funções específicas no sentido de melhorar o padrão alimentar e nu-

tricional do nosso povo, e ainda de melhorar a questão da geração de renda das famílias que trabalham naquele projeto. Nós temos no Emater, na pessoa dos extensionistas, em Campo Maior e em tantos outros municípios, os profissionais na área da agronomia e técnicos agrícolas que são fundamentais para o processo de trabalho que deflagramos ali.

Devo reconhecer que tem muito por ser feito. Mas, também vamos reconhecer e admitir que um processo já vem sendo deflagrado no sentido de que essas pessoas possam desenvolver um trabalho mais incisivo. Também concordo com o doutor Gilberto quando diz que, ao longo do tempo, tanto homens públicos quanto mulheres, que deve ser um número menor porque sempre tiveram menos cargos, são capazes de muitos processos que a gente não concorda. E é

até bom porque como temos o doutor Gilberto dizendo que conhece, sabe quem são e pode provar, a gente pode convidar, inclusive, pra estar dizendo nomes, pra, como um advogado do porte que é, ajudar, inclusive, a população a estar denunciando. Enfim, que ele possa estar cada vez mais nos ajudando a melhorar também isso porque nos últimos anos a população brasileira e a população piauiense tem buscado várias formas de fazer valer seus direitos.

Precisamos entender, por exemplo, que o Ministério Público tem sido muito importante, que a Defensoria Pública passa por um processo inigualável, já aumentou consideravelmente o número de defensores públicos, os conselhos, as instâncias de participação social estão cada vez mais fortes, as pessoas estão cada vez mais participando, inclusive, a mídia com um programa como esse é um espaço fundamental não só de proposições, mas também de denúncias. Enfim, tudo isso nos ajuda a caminhar na perspectiva que é o fundamental, parece que todos os debates caminham numa mesma direção no sentido de que possamos estar, cada vez mais, fazendo ações que possam fazer com que as pessoas melhorem a sua qualidade de vida lá onde elas estão, que elas não precisem se deslocar para encontrar a escola, a educação, pra encontrar políticas essenciais que são responsabilidade do Estado e algumas responsabilidade do governo.

Reconheço alguns avanços, alguns resultados positivos extremamente importantes do ponto de vista da redução da desigualdade, nos últimos anos desse país, com melhoria do poder aquisitivo do salário mínimo, políticas universais de transferência de renda, correção de distorções históricas. Não podemos esquecer que estamos num processo de aprendizado que é difícil, mas que é um processo de correção de distorções his-

tóricas, um processo inclusive de apoio à economia solidária, um tema muito importante pra o homem que está no campo. Se ele viver de uma atividade que ele já sabe fazer e que lá na sua cidade ele tem condições e nós podemos apoiar, é muito importante que façamos isso, inclusive, dando atenção a populações historicamente excluídas, indígenas, negros, mulheres, portadores de deficiência e tantas outras.

Pra finalizar, gostaria de lembrar que um dos Objetivos do Milênio que é digamos uma movimentação internacional, é exatamente a erradicação da pobreza, porque ela continua sendo o grande desafio, seja nos grandes centros, seja nas pequenas cidades. No Piauí, podemos dizer que numa população de aproximadamente, três milhões de pessoas, tomando por base cinco pessoas por família, teríamos aí umas 600 mil famílias nos Estado, nós temos hoje no Piauí inscritas mais de 500 mil famílias no Cadastro Único das quais estão sendo atendidas por um programa de transferência de renda, aproximadamente, 360 mil famílias. Esse recurso que é correspondente a R\$ 30 milhões por mês que chega no Piauí e vai diretamente pras mãos das famílias mais pobres, não passa por nenhuma outra instância. Continuo repetindo, é pouco, mas é concretamente um dado que precisa vir para o debate, que precisa ser reconhecido que essa efetivamente é uma instância de luta que foi travada, que os recursos chegassem nas mãos das pessoas para que elas escolhessem a cor do feijão que iam comer, se era preto, vermelho ou branco, mas que tivessem essa oportunidade. Isso concretamente entre nós existe hoje.

Joel Silva – Acabamos de ouvir da doutora em assistência social, Rosângela Sousa, uma defesa do quadro atual do que se está construindo, de uma mobilidade, embora ainda não

tão contemplativa. Agora a senhora fala que os desvios parece por essas políticas estarem evitados, os recursos existem. O Manoel se ressentido da falta de assistência técnica. Peço aqui uma reflexão. O homem aqui do setor urbano tem a facilidade de comprar o veículo que quiser sem entrada pra pagar daqui a dois meses, um carro de passeio, de luxo, pode ser importado ou não, mas o último modelo. Enquanto, no campo, o cidadão não tem como comprar um trator por menor que seja a sua tração, seu porte. Isso é fato ou é mito? Manoel, a questão da assistência técnica para manter o homem no campo como se resolve na visão da Fetag?

Manoel Simão – Acredito que é uma coisa que já vem sendo desenvolvida, mas, quando a gente fala de assistência técnica no nosso Estado, a gente não se refere mais só à assistência técnica do Governo, do Emater, mas à assistência técnica como um todo. Inclusive, lutamos até por recurso pra o Emater na nossa pauta do Grito da Terra Brasil. Agora a gente sente que a dificuldade ainda é o grande vício que têm algumas pessoas e assistentes que fazem parte do quadro de não se dedicarem à responsabilidade que devem ter.

Quantos assentamentos do Crédito Fundiário nós temos hoje no Piauí, coordenado pelo PCPR, que é uma coisa muito bonita, muito importante, mas que já começam abandonados por falta de acompanhamento técnico de qualidade. Nós vemos isso, acompanhamos porque temos os técnicos que têm o período de acompanhar. Terminou os quatro anos, abandonam-se os trabalhadores. E aí, como é que a gente vai fazer? Nós temos assentamento do Instituto de Terras do Piauí, do Incra (INTERPI), quantos não temos que já estão abandonados. Tem muita infraestrutura construída, mas cadê a segurança pra dar pra es-

ses produtores se manterem lá?

Hoje, quantas e quantas barragens grandes nós temos no Piauí e cadê o incentivo para uma pequena irrigação da agricultura familiar? Falta também ainda nesse ponto. Quantos programas temos hoje no Estado como o Programa Garantia Safra para ajudar e segurar o agricultor familiar lá no campo? Por que não desenvolvem esse Programa Garantia Safra? O Bolsa Família que é um programa da nossa luta conquistado pelo nosso movimento, está aí no país, tem Estado que funciona tranquilo, mas têm estados, municípios que têm a grande preocupação. Quando chega a época do cadastramento, quem está tomando a frente? E pessoas que aceitam aquilo ali, são pessoas que podemos dizer que são irresponsáveis porque sabem pra quem é o Programa Bolsa Família. E aí é onde nós temos que ver a situação da nossa luta.

Na realidade, aqui no Piauí, hoje já temos muito como segurar os nossos agricultores familiares no campo. Agora está faltando é garantir que as pessoas que estão lá na base assumam a responsabilidade como deve ser feita. Então pra nós é um prazer que temos, estarmos discutindo isso diretamente, está na nossa pauta do Grito da Terra em Brasília deste ano de 2008. Agora a gente já se preocupa, hoje, com o Programa do Crédito Fundiário que temos no Estado do Piauí um dos melhores assentamentos, mas está faltando ainda assegurar a grande assistência técnica daquelas empresas que vão assumir os programas lá dentro. Isso é uma falta que temos e que é preciso acompanhar.

Joel Silva – Os projetos existem e há uma propriedade de conhecimento na elaboração desses projetos e por que eles não têm sustentabilidade, por que o homem se ilude que vai viver bem onde gostaria de estar e de re-



Manoel Simão

penete olha pra um lado e pra o outro e não vê saída?

Estamos debatendo esse tema que trata das oportunidades de emancipação/ desvinculação do PCPR e de outros programas sociais: os projetos produtivos como porta da saída de programas sociais como o Bolsa Família. Nós temos ouvido alguns produtores e investidores do campo dizer que hoje não se consegue mais um trabalhador porque eles estão todos ali “escanchados” no Bolsa Família. Existe um provérbio chinês que diz “não dê o peixe, ensine a pescar”.

Vamos ouvir o presidente da Fundação Cepro, jornalista Oscar de Barros.

Oscar de Barros – Eu não vou fazer a pregação do apocalipse e nem estou no reino da “terra arrasada”. É verdade que o benefício social pode dificultar a contratação de mão-de-

obra no interior, mas tenho dificuldade de registrar agora nos anos 2000 morte por fome de cidadãos, de homens e mulheres no interior. Então vamos debater, se eu quero um homem fragilizado, mendigo, que possa vender sua mão-de-obra a qualquer preço pra mim que sou proprietário e tenho uma lavoura pra desenvolver ou se eu quero evitar esse homem do registro da morte.

O governador Wellington Dias carrega com muita convicção o famoso provérbio que você citou. O governador faz um concerto nesse provérbio, ele dá o peixe ao mesmo tempo em que ensina a pescar porque se não der o peixe morre de fome e quem nos disse isso foi o Betinho com muita propriedade e chamou a atenção da esquerda brasileira e mundial que viveu um momento de terra arrasada e que queria mesmo era depor quem estivesse no coman-

do e Betinho chegou com muita propriedade e disse que independente disso a gente precisava cuidar de quem passava fome.

Wellington Dias tem reunido todo o seu “staff” de governo para dar ao piauiense condições de autonomia. Ele usa uma expressão que é mais ou menos a seguinte: “Eu posso até trazer as indústrias, mas as indústrias virão para cá e vão buscar mão-de-obra em outro lugar porque a mão-de-obra daqui não estará qualificada para atendê-la. Outra coisa, se eu trouxer indústria que ofereça a quantidade de empregos que o Piauí precisa, essa indústria tem que encontrar uma condição de comércio que eu não tenho condições de proporcionar. Eu posso até dar a infraestrutura pra ela com estradas, com água, energia, mas ela não quer só isso, ela quer mercado pra vender seus produtos e o mercado independe das condições do Governo, depende a energia, a água, mas o mercado, não. Nós somos três milhões de pessoas que temos um determinado poder de compra.”

Então o governador diz pra estruturas do Governo que é preciso, além de trazer os empregos, qualificar o povo piauiense para o empreendedorismo porque aqui nós temos muita capacidade de gerar riqueza, mas é preciso estar preparado. A partir de uma pesquisa da Cepro feita em 11 territórios do Piauí em que a gente indagava duas questões: qual é a vocação da cidade e qual o seu estado de qualificação da mão-de-obra, o secretário da Educação tem comido apertado, a reitora da Uespi tem comido apertado, assim como vários setores do Governo porque o governador está dizendo o seguinte: “Eu quero ver o povo preparado para trabalhar com conhecimentos suficientes, e isso vale pras cidades urbanas e rurais.”

E aí tem também a assistência técnica que a Fetag reclamava. O governador primeiro pegou um Emater completamente sucateado que obedecia a

um padrão que os governos anteriores, por uma filosofia política ligada ao neoliberalismo, tinham adotado de esvaziamento do Emater. O Governo está recuperando todo o Emater e tem mudado um pouco a sua visão. É pra prestar assistência técnica? É, mas o Piauí tem uma outra característica de muitos municípios, são 223, onde se espalha um enorme contingente populacional e que está dividido entre o setor urbano e o rural. Se você não preparar as pessoas do setor urbano dos municípios piauienses para em sintonia com a população rural fazer acontecer a economia daquela cidade, vai vir todo mundo para a periferia de Teresina e de outras capitais brasileiras.

Então o governador está dialogando com o Emater pra essa assistência ao empreendedorismo. Se o homem do campo produz arroz, feijão, milho, é preciso saber dar prosseguimento a isso na cidade através da comercialização desses produtos, mas, evidentemente, que gerando condições para isso. Então é esse alerta que o governador vem fazendo ao Emater.

Eu pedi, Joel, para fazer essa intervenção no debate, fazer essas observações, lembrando que a nossa temática é realmente como que esses benefícios sociais, o Programa de Combate à Pobreza Rural está atuando, o que ele vem fazendo, o que há de crítico na atuação dele, e como, efetivamente, a gente pode contribuir para a emancipação dessas pessoas.

Joel Silva – Vamos partir então para a conclusão desse debate. Parece que há uma questão de prioridades. Sempre houve recursos de natureza financeira. A questão que nos parece na fala de cada um é a pobreza de caráter do gestor público. O presidente da Cepro falou agora numa expressão “terra arrasada” que a princípio se pensa que o gosto pela “terra arrasada” é de grupos políticos adversários, mas entre os correligionários

os há aquele que por vaidade de outrem também deseja a “terra arrasada” e é preciso que o nosso foco seja o cidadão comum e as suas famílias onde quer que ele esteja.

Gilberto Ferreira, a sua palavra de conclusão.

Gilberto Ferreira – Meu caro amigo Joel Silva, sou um eterno indignado com as políticas públicas adotadas por este Estado ao longo da sua história. Sempre as pessoas se posicionam em defesa de seus governos. Quando o Mão Santa era governador do Estado do Piauí, foi a São João da Serra. Para dar uma puxada de saco no governador, o prefeito da cidade, Manoel Dantas, disse: “Nunca se fez tanto em tão pouco tempo”. Isso teve uma grande repercussão. Quer dizer, antes se falava que o governador quando entrava era para reconstruir o que o anterior tinha destruído. Mão Santa governou dois mandatos consecutivos, Wellington Dias também está no seu segundo mandato, mas diz que pegou o Estado arrasado, que pegou o Emater arrasado. Mão Santa em oito anos não conseguiu reconstruir o Emater que recebeu do governo anterior?

Pergunto: por que todo mundo diz que fez tanto e o Piauí continua sendo o Estado mais pobre da Federação? Por que o Estado tem a menor renda per capita? Por que a capital tem a menor renda per capita, apesar de estar entre as 100 cidades mais ricas do país? Por que os governantes dizem que fazem tanto e nós continuamos na miséria? Por que se diz todos os dias nas propagandas que se faz tanto aqui nesse Estado e o Piauí continua no seu sertão tendo água vendida em carro-pipa? Por que nós temos água acumulada, mas não serve para irrigação? Por que se fala tanto que se faz tantas barragens e o povo passa sede? Sou eu que estou errado, que estou mentindo, ficando louco?

Essa é a grande questão.

Não se pode, em um Estado com vocação agrícola, onde se fala em combate à pobreza rural, ouvir de um dirigente sindical como o Manoel Simão que falta assistência técnica, que os projetos começam, mas depois se acabam. É por isso que quando sai um governo fica tudo destruído porque na inauguração é uma festa, mas depois abandona. Essa é a grande realidade, Joel Silva, o Piauí não nasceu hoje não, é um Estado velho e que os políticos vivem a vida inteira fazendo isso, esse jogo. Os políticos vão para o Senado da República, para a Câmara Federal, para a Assembleia Legislativa, vão pra tudo e o povo que passa fome?

Nós temos, Rosângela, e me parece que foi uma entrevista que li você dizendo, se não foi você foi uma outra pessoa com a mesma capacidade que você tem, nós temos um milhão de piauienses que não sabem o que vai comer no dia seguinte, um terço da nossa população. E por que é que se diz a expressão “neste Governo foi feito isso, nunca se fez tanto”. Precisamos sair do discurso e ir pra prática. Reconheço que o combate à fome, dona Rosângela, não é a política apenas do governador do Estado não, é uma política do Governo do Estado com meta geral, mas é uma política também dos municípios. Os nossos prefeitos são altamente irresponsáveis, não fazem nada, se você for a uma cidade hoje e passar lá dez anos depois vai encontrar tudo da mesma forma, nada mudou.

Joel Silva – As considerações finais do representante do PCPR, Alejo Lertzundi.

Alejo Lertzundi – Não tenho respostas às perguntas que Gilberto faz e muitas delas estão feitas com muita propriedade. O que gostaria de falar é um pouco sobre o que o PCPR está

fazendo da sua parte para a solução do problema da fome. Estou consciente de que não basta fazer simplesmente apelo à ética quanto a necessidade de capacidades técnicas dos gestores em termos de gestão pública dos recursos públicos. Creio que há necessidade de se criar instrumentos que garantam a correta aplicação dos recursos. Parece-me que existem caminhos a respeito, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal foi um grande salto em termos de gestão pública porque fixa limites de atuação dos gestores públicos. Nós temos também a criação do Sistema de Financiamento Agrário Estadual (SIAF) que também cria normas, caminhos e rotinas, diante dos quais as possibilidades, tentações de fazer mau uso dos recursos se minimiza tremendamente.

Quanto ao PCPR, é bom lembrar que ele é um projeto de financiamento externo e tem critérios, normas, características e rotinas totalmente originais. Não se dá um só passo no PCPR se ele não está acompanhado de critérios e de procedimentos previstos. Muitas vezes, alguns gestores descumprem isso, mas também há mecanismos para punição em casos de inadimplência, por exemplo, no cumprimento de execução de projetos. Nós temos uma via para canalizar esses problemas para o sistema judicial. Encaminhamos muitas denúncias ao sistema judiciário em caso de inadimplência por parte das empresas encarregadas de fazer o trabalho, mesmo assim o número não é tanto como parece. Agora não ultrapassa os percentuais permitidos pela lógica operacional para esses casos.

Temos no projeto PCPR II fase II um grande interesse de nos integrar a políticas públicas do Governo e também através de mecanismos de parceria, principalmente, para evitar que os projetos parem de maneira isolada a beneficiar o mes-

mo público meta. Esse é um problema altamente debatido, principalmente, no sentido de que tenhamos que fazer parcerias, primeiro, integrando as políticas públicas. Isso é uma das prioridades e desenho estratégico desse projeto para essa nova fase. Além disso, temos também como prioridade, pelo menos, atingir 25% desses projetos com sub-projetos produtivos que deverão ter garantias, viabilidades econômicas, técnicas de mercado, de meio ambiente, financeiras e sociais. Tem que ser projetos bem feitos realmente para garantir sustentabilidade.

Dentro desse conceito, estamos pensando naqueles que formam as cadeias produtivas que garantem todo o serviço necessário à produção. Entendemos que a produção no meio rural tem que passar pela troca, pelo consumo e pela distribuição. Para muitos economistas, essa distribuição é um problema social e não um problema econômico. O ciclo da reprodução econômica passa pela distribuição para ela se reciclar. Não há possibilidade de reciclar um processo se não passar pela distribuição. Nesse sentido, creio que a assistência técnica tem que permear todo o processo de produção no meio rural. Esse quadro não é o que se tem atualmente.

O novo perfil do extensionista rural tem que ser o do facilitador junto a associação comunitária. Ela tem que facilitar o processo anteriormente acima indicado sem fugir da possibilidade de sustentação. Estamos construindo esse perfil, temos esse grande desafio com o PCPR II fase II, justamente em inserir os projetos produtivos, garantindo esse arranjo institucional que possibilite a reciclagem da produção, passando pela distribuição e os mercados.

Joel Silva – Senhor Manoel Simão, secretário da Fetag, suas considerações finais.

Manoel Simão – A Fetag tem o papel de estar reivindicando, cobrando, lutando e orientando os nossos agricultores. Sabemos que, dos 223 municípios do Estado, temos sindicatos filiados à Fetag em 222. Falta um só pra se filiar. A gente fica aberto pra, se necessário, num outro momento, estar discutindo a nossa luta de reivindicação, de luta no campo em todo o Estado do Piauí.

Joel Silva – Doutora Rosângela Sousa, suas considerações finais em torno dos elementos que tiram do campo o homem para vir à periferia dos grandes centros urbanos e a relação com o PCPR.

Rosângela Sousa – Ouvindo todos, ficava aqui me perguntando: onde estou fazendo a minha parte? Tenho 40 anos de opção por trabalhar para a redução da pobreza. E nesses 40 anos, você todo dia levanta e pensa: o desafio é maior do que o do dia anterior. Mas também tenho a convicção de que algumas coisas já feitas indicam um caminho, embora elas precisem ser melhoradas numa velocidade muito maior do que até hoje nós conseguimos fazer. Quero listar algumas dessas coisas que me parecem importantes e fundamentais para fixar o homem no campo, mas principalmente para homens e mulheres, onde quer que estejam, terem uma condição de dignidade até bíblica de sobreviver e de existir.

Tenho a convicção plena de quanto trabalhei junto com toda uma equipe do Programa Bolsa Família e a equipe da Secretaria de Assistência Social e Cidadania a qual tive a honra de coordenar todo o trabalho. Juntos, conseguimos transformar um número de 29 mil famílias que eram atendidas com o Programa de Transferência de Renda no Estado do Piauí, em outubro de 2003, para um número de 370 mil, sempre repetindo, é pouco? É pouco.

Agora é uma ação concreta que dinamiza a economia local.

Quero dar o testemunho de Guaribas. Quando cheguei pela primeira vez naquele município em que, quando a gente falou em recurso de transferência de renda, as pessoas ficaram tontas. Teve uma senhora que disse pra mim: “eu nunca participei de uma reunião e você vem me ouvir, eu nem sei direito o que é uma reunião”. Isso numa escola. Então hoje temos a convicção plena de que 223 municípios do Piauí, todos eles, independente de qual é a situação político-partidária do governante municipal, estão contemplados com o Programa Bolsa Família.

Sei o que as pessoas dizem, Joel, quanto ao que você nos coloca aqui a respeito do que elas não querem mais trabalhar. Isso se dá devido às condições que oferecem para o povo trabalhar, a pessoa passa o dia inteiro na roça e não recebe nada a não ser quando troca o que produz. Qual é a relação que contempla o trabalhador? Como não quero dizer exatamente com as minhas palavras o que penso sobre isso, vou recorrer a uma fala do nosso grande historiador do Estado que é o professor Fonseca Neto se referindo a esse mesmo processo, Joel, que você nos traz sobre o fato de a elite dizer que o homem do campo não quer trabalhar. No entanto, ele nos diz o seguinte: “esta fala da elite, espocando de barriga cheia, que não adianta dar comida para esses vagabundos preguiçosos que agora é que eles não querem mais trabalhar”. Aí, se referindo ao Bolsa Família, ele diz o seguinte: “é a típica fala da casa grande, mirando a senzala da qual odeia”. Quero dizer que concordo com o meu nobre professor, companheiro e amigo Fonseca Neto. Infelizmente não temos tempo aqui pra fazer este debate.

Quero dizer também sobre ação concreta. Ninguém desconhece aqui no Piauí como foi melhorado o siste-

ma de água. Guaribas, por exemplo, não tinha nenhum sistema de água, hoje toda a sede do município e mais dois povoados estão contemplados 100%. Não se pode desconhecer as cisternas que foram construídas. É o sistema que nós queremos? Não, não é definitivo, mas também não podemos imaginar que nossos irmãos no período de seca tenham que sair morrendo estrada afora. Essa é uma ação concreta, enquanto a gente não pode ter um sistema definitivo. E não estou aqui apenas defendendo o Governo, não sou disso, sou uma profissional. Antes de ser governo, eu já era uma profissional da área por uma opção que fiz com 14 anos de idade, estou defendendo a verdade, é diferente, estou dizendo é que barraginhas são construídas e que nós precisamos conhecer melhor nosso Estado.

O doutor Gilberto disse, muito propriamente, e já falei inúmeras vezes, que um milhão de pessoas têm esse problema de carecimento no nosso Estado. Quero dizer, doutor Gilberto, que não é um milhão não, é aproximadamente um milhão e seiscentas mil porque, segundo os dados oficiais do IBGE, é algo em torno de 352 mil famílias e se você multiplicar por cinco vai dar um pouco mais.

Como estudiosa na área dos movimentos sociais, da política social e das políticas públicas, fico inquieta quando a gente fala que tem que exigir condicionalidades para as famílias pobres receberem uma renda mínima das mínimas para elas continuarem sobrevivendo porque que direito é esse que é obrigado a pessoa ter um dever de cobrir condicionalidades? Eu proporia que a gente fizesse um debate sobre isso porque não há tempo pra tratar dessa questão neste momento.

Quero fazer um carinho muito especial pra o doutor Gilberto, recorrendo às palavras do sábio Fernando

Sabino, e essa é uma palavra rápida pra todos nós, mas particularmente para o doutor Gilberto Ferreira. E ele diz assim: “De tudo ficarão três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que ele seria interrompido antes de terminar. Fazer, portanto, da interrupção um caminho novo, da queda um passo de dança, do medo uma escola, do sono uma ponte e da procura um encontro”. Vamos fazer todos nós uma cidade melhor e um Estado melhor e consequentemente uma vida no campo com mais dignidade.

Joel Silva – Para encerrar, vamos ouvir a palavra da Cepro, na pessoa do senhor presidente Oscar de Barros para quem não existe mais morte no Piauí por inanição.

Oscar de Barros – Joel, o que poderia dizer senão obrigado a você por este espaço, obrigado ao Rosemiro da direção da Rádio Pioneira, obrigado aos ouvintes por ouvir nossas palavras. Acho que a gente vem pra Terra pra desempenhar um papel que o Soberano nos determina, a vida é isso. E neste debate nós também cumprimos o nosso papel, convidados sejamos nós por quem quer que seja. Eu confio muito no poder dos argumentos. Cada um de nós nesse debate desempenhou um papel, eu desempenhei um papel de governo, sou presidente de um Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais, tenho encontradas abertas as portas da Rádio Pioneira para discutirmos a temática que a gente sugere e vim aqui desempenhar este papel. Confio muito na audiência da Rádio Pioneira, ela ouviu e sabe discernir o que é certo e o que é errado. Acho que esse é que é o sentido da democracia, somos três milhões de cidadãos no Estado do Piauí e sabemos como bem conduzir nosso Estado.

Por Sâmia Menezes

RUMO AO MERCADO EUROPEU

Dos 10 estados brasileiros beneficiados pelo Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), o Piauí é o que possui maior capital social. É uma referência nacional, principalmente com relação às parcerias firmadas. “Hoje, o PCPR do Piauí é referência tanto em nível nacional como internacional. Nos seminários que são realizados sobre o Programa, sempre mostramos os resultados que são obtidos no Estado como modelo”, enfatizou o diretor do Banco Mundial, Jorge Muñoz, que esteve em missão no Piauí, em outubro de 2007.

Por seu destaque, o Piauí já participou de uma conferência mundial, através da Rede Vida do Banco Mundial, no ano de 2005.



Arquivo CCPR

Mas a atuação real do Programa no cenário internacional começará somente este ano, com a comercialização de produtos das comunidades beneficiadas no mercado internacional, através da Casa Apis e Cocajupi. “Os beneficiários do PCPR, reunidos em cooperativas, estão comercializando o mel que produzem para as duas centrais, que fazem a ligação direta com o mercado externo”, esclarece o Diretor Presidente do CCPR, Fernando Danda.

Essa nova etapa, segundo ele, é resultado do Seminário Internacional de Integração, Parcerias e Perspectivas de Acesso aos Mercados, realizado em abril de 2007. “Outros países e redes de supermercados do Brasil participaram. A Ong holandesa *Istrong* também participou. E hoje, como resultado, temos um primeiro contato com a Casa Apis e a cooperativa Cocajupi para exportação”, afirma.

Casa Apis e Cocajupi – A Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido (Casa Apis) e a Cen-

Jorge Muñoz – Diretor do Banco Mundial

tral de Cooperativas de Cajucultores do Estado do Piauí (Cocajupi) constituem um complexo industrial e tecnológico para beneficiar o mel e o caju do Piauí, com investimentos de R\$ 4,9 milhões, através de parceria entre o Governo do Estado e a Fundação Banco do Brasil.

O complexo cooperativo inclui 20 casas de processamento de mel para receber, centrifugar e filtrar o mel diretamente dos apicultores, na sua maioria beneficiários do Programa de Combate à Pobreza Rural. No total, 1,6 mil famílias de 32 municípios piauienses e cearenses estão ligadas à Casa Apis e outras 8 mil famílias participam indiretamente do projeto.

A Casa Apis reúne 10 entidades localizadas em diferentes cidades, como Picos, Pio IX, Itainópolis, Simplício Mendes, Piripiri, Esperantina e São Raimundo Nonato, no Piauí, além de Horizonte e Barbalha, no Ceará. “Somente na Comapi, Cooperativa de Simplício Mendes, são mais de 800 produtores distribuídos em várias comunidades”, destaca o diretor-geral da Casa Apis, Antônio “Sitônio” Leopoldino Dantas.



Arquivo CCOM

Cocajupi em Picos

A Cocajupi reúne 478 famílias de produtores e outras 285 pessoas atuam diretamente nas minifábricas de caju e na central. A Cocajupi tem 10 cooperativas filiadas, nos municípios de Altos, Vila Nova do Piauí, Francisco Santos, Ipiranga do Piauí, Itainópolis, Jaicós, Campo Grande do Piauí, Monsenhor Hipólito, Pio IX e Santo Antônio de Lisboa.

Sem atravessadores – As duas centrais de cooperativas – Casa Apis e Cocajupi – lançam novos desafios aos beneficiários do PCPR por retirarem do cenário uma figura chamada de “atravessador”. Agora, comercializando diretamente, eles agregam valor aos produtos e ganham na melhoria da renda.

Antônia Evangelista de Andrade, viúva e moradora da comunidade Serra Aparecida, em Pio IX, tem três filhos e participa do

projeto de cajucultura há dois anos. Atualmente, é presidente em exercício da Cocajupi. “Antes, vendíamos para o atravessador por um preço muito barato. Agora, vamos poder beneficiar nossa própria castanha e ter o nosso próprio lucro”, diz.

“Todo mel do Piauí será processado aqui. A importância dessa iniciativa para mim, como produtor de mel, é que esta é a única saída para valorização do produto. Já tava quase desistindo da migratória com as colmeias, no período de estiagem, e agora vejo uma alternativa. Sem falar que antes da Casa Apis a gente estava que nem ‘bola’ na mão do atravessador. Agora, vemos que exportar é a saída” diz o apicultor Antonio Carlos Sales, que há 20 anos atua no ramo.

O atravessador adquiria o quilo de mel por R\$ 2,28. Com o produto processado, os apicultores po-

dem obter, pela mesma quantidade, R\$ 3,50. Além de eliminar o atravessador, será possível aumentar a qualidade do mel beneficiado e embalado para atender as exigências do mercado nacional e internacional.

Agregação de valor – O mel produzido no Piauí é diferenciado e tipificado, produzido em matas nativas, sem defensivos agrícolas e tóxicos. A Casa Apis já conquistou certificado de orgânico e de controle de qualidade e está implantando, ainda, o programa de georeferenciamento e de rastreabilidade do mel, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e a Confederação Brasileira de Apicultura (CBA).

Os primeiros negócios já começaram a ser formalizados. Em janeiro deste ano, a Cooperativa comercializou 72 toneladas de mel para os Estados Unidos.



artigos

Todos os artigos foram escritos antes do ano de 2009.



Arquivo pessoal

Adriana Lima Barros* / Izabel Herika Gomes Matias
Lúcia da Silva Vilarinho*****

* Assistente Social/especialista/Professora Substituta UFPI

**Assistente Social/especialista/Professora Substituta UFPI/

***Assistente Social Sanitarista/Mestra/Profª. UFPI –
Consultora Nacional do PROSAR – PI.

SANEAMENTO BÁSICO NO SEMIÁRIDO DO PIAUÍ – SAÚDE E CIDADANIA TAMBÉM SE FAZ COM INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIAS LEVES

1 O PROGRAMA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO NA ÁREA RURAL DO PIAUÍ – PROSAR– PI E O SANEAMENTO BÁSICO NO CONTEXTO BRASILEIRO E PIAUIENSE

O Programa de Saúde e Saneamento Básico na Área Rural do Piauí – PROSAR–PI é resultante da Cooperação Financeira Oficial entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, através do contrato de empréstimo firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW, tendo o Ministério da Saúde (MS), como mutuário do empréstimo e coordenador-geral na execução do Programa e a Secretaria da Saúde do Estado do Piauí (SESAPI) na qualidade de Unidade Executora (UE), responsável pela implantação do mesmo, assessorada pelo Consórcio GWK/AQUACON, contratado como consultoria para a operacionalização técnica do programa, acompanhamento na área social e, também, para o trabalho de Educação Sanitária e pela MACS Consult, consultoria responsável para o programa de capaci-

tação e treinamento em associativismo e pela formação do Sistema Integrado de Saneamento Rural do Piauí – SISAR–PI.

O programa tem como objetivo superior o melhoramento da situação de saúde da população nas regiões do programa, mediante abastecimento confiável da população com água potável em condições satisfatórias do ponto de vista sanitário, assim como a eliminação de dejetos e esgotos sanitários em condições adequadas, mediante ações de sensibilização e mobilização da população alvo e, ainda, trabalho de Educação Sanitária, em conjunto com medidas de capacitação dessa população em associativismo para a formação do sistema autossustentável de operação e manutenção do SISAR, integrando medidas de investimentos físico e social para assegurar a sustentabilidade dos resultados a longo prazo.

O PROSAR–PI teve início em julho de 2001 e o valor total do “empreendimento” é de E\$ 12.600.000,00 (doze milhões e seiscentos mil euros), sendo 3,58 aportados pelo Governo Brasilei-

ro e 8,02 pelo Governo Alemão (destes, 1,32 a fundo perdido).

O programa tem como área de atuação parte do semiárido piauiense, abrangendo as macrorregionais dos municípios de Valença, Oeiras, Picos, Fronteiras e Paulistana, onde foram selecionadas, a partir de um estudo técnico (estudo Kittelberger-1994) que constatou um quadro lastimável da situação dos serviços de saneamento básico, caracterizado pela grave deficiência nos níveis de atendimento, pela inexistência ou precariedade das alternativas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário existentes, com repercussões negativas nas condições de vida e de bem-estar da população e, conseqüentemente, no seu grau de desenvolvimento, 48 localidades, sendo 11 sedes municipais e 37 comunidades rurais.

Para enfrentar esta situação o PROSAR-PI desenvolve de forma conjugada, três eixos de ação: Implantação de Infraestrutura Física de Água e Esgoto, Ações Sociais (de sensibilização, mobilização comunitária e capacitação em associativismo) e Educação Sanitária, com o uso de metodologias participativas visando ao desenvolvimento sustentável dos sistemas de água e esgotos e do meio ambiente bem como à saúde e à cidadania da população diretamente beneficiada, estimada em mais de 85 mil habitantes ou 17 mil famílias.

No Brasil, a falta de saneamento traz graves conseqüências para a qualidade de vida da população, sobretudo para aqueles segmentos mais desprotegidos de infraestrutura, residentes da área

rural, sendo as crianças as mais atingidas, podendo-se apontar a falta de saneamento como responsável pela morte por diarreia de menores de 5 anos no Brasil. (Dossiê do Saneamento – Água é Vida/2002).

A história mais recente da sociedade brasileira, contudo, registra a criação de uma agenda legal para o setor saúde e saneamento respaldada na legislação vigente e em articulação com outras políticas públicas, fazendo parte dessas, a política de saúde.

A Constituição Federal de 1988 e as Leis Orgânicas da Saúde – LOS (Lei nº 8.080/90 e nº 8.142/90) ao disporem sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, constituem o marco legal para a promoção de ações, programas e projetos no setor saúde e saneamento.

A atual Política Nacional de Saneamento coloca-se articulada às políticas de saúde, de meio ambiente, de desenvolvimento urbano e de recursos hídricos, para que, de forma articulada, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possam estabelecer as metas nacionais relativas à cobertura dos serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de níveis de tratamento de esgotos e de qualidade dos serviços no setor, entre outras proposições.

Os princípios dessa política apoiam-se nos princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, da integralidade das ações, da universalidade de acesso, da participação e controle social, em sintonia com as três esferas de governo, cujas atribuições estão assim dispostas:

Tabela 1

NÍVEL DE GOVERNO	FUNÇÕES DESEMPENHADAS
União	<ul style="list-style-type: none"> • Estimulo às iniciativas setoriais, em estados e municípios • Assistência técnica a estados e municípios • Financiamento do setor
Estado	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de ações de saneamento • Concessão de serviços • Financiamento do setor
Município	<ul style="list-style-type: none"> • Execução das ações de saneamento • Concessão de serviços • Financiamento do setor

Fonte: Ministério da Saúde. Programa Saneamento Básico.

50 ARTIGO

Sobre a situação sanitária, este mesmo documento demonstra forte necessidade de investimentos no setor, muito embora revele ter havido uma evolução no Brasil e na região Nordeste, registrando um significativo aumento no índice de atendimento de rede geral de esgoto ou pluvial. No Brasil, em

1991, este índice correspondia a 35,29% enquanto que no ano de 2000 houve um acréscimo para 47,24%. No âmbito estadual, as tabelas abaixo demonstram os dados sobre a evolução do Abastecimento de Água e Instalações Sanitárias no Piauí entre os anos de 1991 e 2000.

Tabela 2 – Abastecimento de Água – Piauí (Domicílios por Ano, Segundo Abastecimento de Água)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DOMICÍLIOS		PERCENTUAL	
	1991	2000	1991	2000
Rede geral	254.170	402.102	48,96%	60,80%
Poço ou nascente (na propriedade)	77.951	122.355	15,02%	18,50%
Outra forma	187.009	136.909	36,02%	20,70%
TOTAL	519.130	661.366	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Na área de atuação do PROSAR-PI, a população convive com diversas necessidades na área de saneamento que vão desde a falta, precariedade ou insuficiência de infraestrutura

sanitária, à falta de informação em saúde, além de encontrarem muitas dificuldades na comunidade para evitar as doenças ou promover a saúde.

Tabela 3 – Instalações Sanitárias – Piauí (Domicílios por Ano, Segundo Instalações Sanitárias)

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	DOMICÍLIOS		PERCENTUAL	
	1991	2000	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	6.870	26.479	1,32%	4,00%
Fossa séptica	112.010	232.752	21,58%	35,19%
Fossa rudimentar	93.786	111.038	18,07%	16,79%
Vala	2.544	3.268	0,49%	0,49%
Rio, lago ou mar	-	944	0,00%	0,14%
Outro escoadouro	699	2.900	0,13%	0,44%
Não sabe o tipo de escoadouro	1.296	-	0,25%	0,00%
Não tem instalação sanitária	301.925	283.985	58,16%	42,94%
TOTAL	519.130	661.336	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Em termos de Nordeste e Brasil, os índices do Piauí estão aquém das médias nacionais e regionais, correspondendo a um déficit tanto na melhoria do abastecimento de água como nas instalações sanitárias. Situação ainda mais desfavorável é observada nos municípios da área do PROSAR-PI, tomando-se como base o ano de 2000, em que se observa que o índice de

abastecimento de água através da rede de distribuição no Estado contempla 60,80% da população, enquanto que na área de atuação do Programa este índice cai para 50,41%. Outro dado é que, no Piauí, 42,94% dos domicílios não possuem qualquer tipo de instalação sanitária, número que aumenta para 55,68% na área do PROSAR-PI, como ilustrado a seguir.

Tabela 4 – Abastecimento de Água – Área do PROSAR–PI (Domicílios por Ano, Segundo Abastecimento de Água. Regionais de Saúde: Fronteiras, Oeiras, Paulistana, Picos e Valença)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA	DOMICÍLIOS		PERCENTUAL	
	1991	2000	1991	2000
Rede geral	33.686	63.737	32,93%	50,41%
Poço ou nascente (na propriedade)	17.077	21.981	16,70%	17,38%
Outra forma	51.520	40.731	50,37%	32,21%
TOTAL	102.283	126.449	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Tabela 5 – Instalações Sanitárias – Área do PROSAR–PI (Domicílios por Ano, Segundo Instalações Sanitárias. Regionais de Saúde: Fronteiras, Oeiras, Paulistana, Picos e Valença)

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	DOMICÍLIOS		PERCENTUAL	
	1991	2000	1991	2000
Rede geral de esgoto ou pluvial	4	2.217	0,004%	1,75%
Fossa séptica	13.655	19.072	13,35%	15,08%
Fossa rudimentar	13.810	32.698	13,50%	25,86%
Vala	925	873	0,90%	0,69%
Rio, lago ou mar	-	324	0,00%	0,26%
Outro escoadouro	129	863	0,13%	0,68%
Não sabe o tipo de escoadouro	135	-	0,13%	0,00%
Não tem instalação sanitária	73.625	70.402	71,98%	55,68%
TOTAL	102.283	126.449	100,00%	100,00%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Analisando o desenvolvimento do setor nos últimos anos, verifica-se que, no conjunto, o Piauí e a área do PROSAR–PI ainda se encontram com índices inferiores às médias do Nordeste e do Brasil, refletindo a necessidade e urgência de investimentos futuros para haver uma minimização dos déficits verificados. Desse modo, o incremento de ações que visem à melhoria dos sistemas de abastecimento de água e instalações sanitárias ajudam a região a melhorar os índices de desenvolvimento, refletindo numa melhoria da saúde pública.

2 FERRAMENTAS DE SENSIBILIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE: METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS NO CICLO DE UM PROGRAMA DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO RURAL

O componente social do PROSAR–PI coloca-se no contexto do desenvolvimento comunitário com dois eixos básicos de ação: Sensibilização e Mobilização Comunitária para adesão ao PROSAR–PI, para a formação e o funcionamento eficaz e sustentável de associações de usuários de água e do saneamento e a Educação Sanitária e Ambiental.

A concepção geral desse componente objetiva alcançar a participação comunitária, com vistas à formação de associações locais em cada comunidade ou à modificação das associações já existentes, e de formação de uma associação regional para os assuntos da água e do saneamento (SISAR), capaz de autogerir um sistema autossustentável de financiamento mediante pagamento de tarifa de consumo. Visa, ainda, melhorar os conhecimentos básicos dos usuários nas questões de saúde/doença relacionadas

ao saneamento e, também, sobre o uso adequado da água e da infraestrutura implantada.

Para o processo de sensibilização, mobilização e preparação das comunidades selecionadas, adotou-se metodologias e ferramentas de ação adequadas à obtenção dos resultados visados e, conseqüentemente, do objetivo do projeto.

As ferramentas consistem em:

2.1 Levantamento socioeconômico sanitário

Esta etapa consiste nos primeiros contatos da equipe técnica do Programa com a população, para identificação das condições socioeconômicas e sanitárias das comunidades pré-selecionadas e a disposição da população para a adesão ao programa, objetivando realizar o levantamento dos dados socioeconômicos e sanitários necessários.

2.2 Sensibilização das Prefeituras Municipais e Câmaras Municipais

Com esta atividade, prefeituras municipais, demais gestores e políticos locais ficam conscientes sobre os objetivos do PROSAR-PI e do SISAR, elaboram e aprovam Lei Autorizativa de Concessão dos Recursos Hídricos do Município ao PROSAR-PI.

2.3 Reunião Ampliada Local (RAL)

É uma reunião de apresentação geral do projeto, realizada em cada comunidade, que tem como objetivo a sensibilização e mobilização da comunidade para receber o PROSAR-PI e para preparar a realização do Diagnóstico Rápido Participativo – DRP.

2.4 Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)

Sua importância reside no fato de o método participativo conduzir ao conhecimento da situação real de uma comunidade onde se quer intervir, proporcionado aos homens e mulheres da comunidade e aos técnicos do projeto, a identificação e análise dos problemas locais existentes nas diversas áreas, com vistas à formulação, pela própria comunidade, do diagnóstico atual e do seu planejamento.

2.5 Reunião de retroalimentação

Trata-se da reunião comunitária ampliada na comunidade para:

- Apresentar o trabalho realizado em cada grupo focal;
- Receber as críticas e sugestões dos participantes;
- Aprovar o plano apresentado;
- Estabelecer compromissos entre a comunidade e o projeto;
- Prever as ações de seguimento.

2.6 Formação em associativismo

Consiste em um curso de associativismo que é oferecido à população em oito encontros, cada um com um subtema a ser desenvolvido, com dinâmicas e procedimentos específicos. Após a sexta reunião, a comunidade elege a diretoria da associação local dos usuários dos sistemas, em assembleia comunitária.

2.7 Educação sanitária e ambiental

Concebe-se a Educação em Saúde como disciplina de ação, como um dos mais importantes elos entre os desejos e expectativas da população por melhores condições de saneamento, de saúde e de vida. Nesta proposta, a Educação em Saúde visa trabalhar o nível de informação da população, encorajar as pessoas a tomarem suas próprias decisões individuais e coletivas, promover a adoção de padrões saudáveis de vida, despertar para o uso adequado dos equipamentos colocados à disposição da comunidade, fortalecer a consciência sanitária dos comunitários, tornando-os mais informados e seguros para alterar a realidade em que vivem, visando à melhoria das condições de saúde e do meio ambiente: *conhecimento é uma apreensão da realidade. Aprendizagem é uma modificação do conhecimento* (comitê de especialistas em Planejamento e Avaliação dos Serviços de Educação em Saúde da OMS).

Esta concepção leva em consideração a participação e a mobilização comunitária, com o intuito de fortalecer a capacidade coletiva para assumir o papel de protagonista dos seus próprios projetos, sendo necessário conhecer bem a realidade das comunidades, os problemas de saúde existentes, o conhecimento que a população detém sobre o tema e as conseqüências advindas da falta de infraestrutura, sendo esta a base para as mudanças que se quer

implementar, com vistas ao melhoramento das condições de saúde das comunidades e da sustentabilidade dos sistemas de água e esgoto.

No contexto do PROSAR-PI, para o trabalho de educação sanitária, adotou-se como referência metodológica uma abordagem adaptada das metodologias participativas usadas em programas e projetos rurais: **SARAR** (Self Esteem, Association Strenths, Resourcefulness, Action Planning and Responsibility); **PHAST** (Participatory Higiene and Sanitation Transfomation) e **DACO** – Didática de Apropriação do Conhecimento, com enfoque epistemológico de construção e apropriação do conhecimento, fundamentado no processo: ação-reflexão-ação, objetivando modificar comportamentos, hábitos e atitudes para a saúde, tomando-se como esquema básico a construção coletiva de conhecimento, a formação de hábitos de higiene e a tomada de decisão para a ação.

Os instrumentos informativos - educativos utilizados compreendem folders, cartazes, cartilhas, folhetos, entre outros, e as técnicas incluem assembleias e reuniões, visita domiciliar, sociodrama, vídeo, teatro de rua, campanhas, gincanas escolares, concurso de redação, construção de painéis temáticos, programas de rádio e outras abordagens grupais.

É preciso trabalhar com os comunitários de modo a estabelecer um diálogo acerca dos problemas de saúde vividos na comunidade para, a partir desse diálogo, identificar as possíveis soluções, sem que qualquer concepção vertical sobre o binômio “*problemas x soluções*” seja aplicada.

Este enfoque recusa outros designados pela expressa relação pedagógica ou relação “*ensinante x ensinado*”, “*ensino x aprendizagem*”, exclusiva para valorizar a relação entre a ação instrumental e a ação comunicativa, para alcançar níveis melhores de consciência sanitária dos sujeitos, efetivação de ações de caráter preventivo e a reconstrução das representações sociais acerca das doenças, das dificuldades em saúde, do universo dos vetores e do meio ambiente, de modo a potencializar os efeitos do impacto.

O componente tem por objetivo informar e educar a população para os cuidados com a saúde, com a higiene, com o saneamento e com o meio em que

vivem, visando à mudança de comportamentos e atitudes dos comunitários para a prática e aquisição de hábitos saudáveis e positivos à saúde e à preservação ambiental, priorizando os três eixos temáticos:

- Prevenção das doenças de veiculação hídrica;
- Higiene e saúde;
- Uso adequado da água e das instalações.

O enfoque desses três eixos de trabalho, além de possibilitar às comunidades a aquisição, de forma gradativa, de hábitos que lhes ofereçam proteção contra as doenças e promoção da saúde, também estimula a participação, a a mobilização e a organização comunitária, tendo como premissa “educar para a saúde e para a vida”.

3 O IMPACTO DAS METODOLOGIAS NO CICLO DO PROGRAMA NAS COMUNIDADES

O contato com as comunidades revela que 100% das comunidades selecionadas pelo PROSAR-PI já contavam com alguma alternativa de abastecimento de água implantada pelas prefeituras municipais. Algumas ainda são abastecidas por chafariz, enquanto outras contam com sistemas simplificados (SAA) e, às vezes, precário, de abastecimento de água, sendo que, em geral, as populações consomem água sem qualquer tipo de tratamento antes da distribuição final.

Também no que diz respeito ao uso inadequado da água, verifica-se haver grande desperdício de água. Sobre a infraestrutura sanitária para a destinação das águas servidas e para a destinação dos dejetos (fossas sépticas/rede coletora de esgoto) e destinação do lixo (aterro sanitário ou lixão), a situação das localidades na área do programa é ainda mais precária. Em geral, não há coleta ou destino adequado do lixo. A grande maioria da população afirma queimar o lixo, contudo constata-se haver muito lixo jogado nas ruas ou amontoados nos arredores das casas. Ademais, as escolas não são boas referências quanto à prática de hábitos de limpeza e higiene, embora os professores declarem haver orientação sobre esta matéria no conteúdo escolar (temas transversais).

A respeito da disposição das águas servidas, 100% da população despeja essas águas a céu aberto, o que contribui para a proliferação de insetos, para

o convívio conjunto de pessoas e pequenos animais criados sem qualquer controle sanitário e para o surgimento de doenças.

Devido à baixa cobertura de unidades sanitárias (banheiros) na região, a população em geral defeca a céu aberto, contaminando o solo e contribuindo para a poluição ambiental. O uso do papel higiênico é relatado pela maioria da população, sendo, contudo, 100% do papel usado, lançado a céu aberto. Sobre as principais doenças de veiculação hídrica, a população refere-se com maior ênfase às diarreias, verminoses e escabioses.

Sobre os hábitos de higiene da população, embora se verifique haver algum conhecimento da população em torno da relação entre higiene e saúde, ainda é baixo o cultivo de alguns hábitos pela população, mesmo de alguns mais simples e divulgados, como o de “lavar as mãos antes das refeições e após defecar”.

Sabe-se, contudo, que, para a aquisição de hábitos pela população, é preciso que esses sejam cultivados, repetidos insistentemente em casa, na escola e em todos os espaços sociais de convivência e permanência das pessoas, até que venham a adquirir status de “cultural” ou “costume” de um povo.

Neste sentido, as ferramentas desenvolvidas e implementadas no componente social do PROSAR-PI vêm contribuindo de forma sustentável com a melhoria das condições de saúde da população atendida, na medida em que as ações desenvolvidas vêm possibilitando aos comunitários motivação, conhecimento e condições para a participação em processos de desenvolvimento comunitário, para a organização comunitária, capacitação em associativismo e outros processos favoráveis à autonomia dos sujeitos e à construção de ambientes saudáveis.

As ações de educação em saúde ou ações educativas destinadas à prevenção da saúde desenvolvidas nas comunidades criam possibilidades às pessoas de cuidarem da sua própria saúde, prevenirem-se das doenças, preservarem o meio em que vivem e se apropriarem da sua própria existência, a partir do acesso a informações que podem mudar seus hábitos e comportamentos, passando a tomar atitudes positivas para a saúde, como a prática de hábitos de higiene corporal, higiene da casa e do

ambiente, consumo de água tratada, uso de banheiros, uso adequado da água, conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos, entre outras.

Também, toda a metodologia de ação do programa estimula a prática conjunta da comunidade, poderes públicos e organizações sociais, em prol do desenvolvimento comunitário, onde cada segmento assume suas responsabilidades como cidadãos. Cada um colabora com o que sabe fazer, fazendo a sua parte, exercitando a participação para mudar de forma consciente o que precisa ser mudado e a mobilização comunitária para atingir continuamente os resultados desejados por todos:

- Melhoria das condições de saúde da população e da expectativa de vida da população, com a diminuição das doenças;
- Melhoria do nível de informação da população sobre saúde/doença (como se prevenir das doenças, relação higiene/saúde etc.);
- Utilização adequada da água e das instalações (fechar a torneira, manter limpos os banheiros etc.), para conferir durabilidade aos sistemas de água e esgoto;
- Prática dos hábitos de higiene (lavar as mãos, tomar banho, manter limpa a casa e os utensílios domésticos etc.);
- Preservação do meio ambiente;
- Operação e administração dos sistemas;
- Construção de comunidades saudáveis no lugar onde se vive de forma sustentável;
- Conforto e bem-estar;
- Viver melhor.

Segundo alguns autores, a mudança das organizações e das pessoas dá-se de forma lenta e gradativa, a partir de etapas, fases ou estágios e mediante momentos antagônicos, às vezes, simultâneos de aceitação e resistência: ... *mudanças ocorrem, porém as coisas e as pessoas resistem a elas...*

Conclui-se serem importantes para os processos de desenvolvimento das populações, não somente os investimentos físico-financeiros, como também a definição do método a ser empregado e os instrumentos da abordagem em acordo com a situação que se quer mudar. No caso em foco, tais ferramentas vêm fazendo a diferença, de modo que as comunida-

des selecionadas pelo PROSAR–PI jamais serão as mesmas, quer pela infraestrutura implantada, quer pelos processos participativos de desenvolvimento experimentados.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito & LIMA, Rosa Maria. **Cortes de. Vulnerabilidade e desenvolvimento sustentável no semi-árido nordestino**, Anais do XII ENPSS, vol IV, Brasília 2000, ABEPSS, p. 213-220.

_____. **O coletivo Ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade**. Recife, Universitária, 1985.

ARAÚJO, Tania Barcelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000, FASE.

BRASIL, Ministério da Saúde. **1997 – O Ano da Saúde no Brasil: Ações e metas prioritárias**. República Federativa do Brasil, 1997.

BRASIL. **Jornada da 12ª conferência Nacional de Saúde nº 2**. Brasília, 2003.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Saneamento**. 3 ed. Ver. Brasília: FNS, 2004.

CAVALCANTI, Enoque Gomes. **Geo-economia do semi-árido irrigado: a experiência de Petrolina sob o enfoque da sustentabilidade do desenvolvimento**. Recife: Universitária: UFPE, 1997.

CNPQ/CHESF/Programa Xingó. (1998). **Estudo diagnóstico: aspectos da realidade sócio-educacional da área de abrangência do Programa Xingó**. Relatório Técnico, 1998.

COHASA III (Cooperación Hondureña Alemana De Seguridad Alimentaria). **Diagnostico Rural Participativo**, La Esperanza, Intibucá, 2000.

FAO. The community's toolbox. **The idea, methods and tools for Participatory Assessment, Monitoring and Evaluation in Community Forestry**, ome, 1990.

Grandstaff TB and Grandstaff SW. **Report on Rapid Rural Appraisal Activities**. KRU Ford Rural Systems Research Project. Khon Kaen, Thailand: Khon Kaen University, 1985.

Heaver, R. **Participatory Rural Appraisal: Potential Applications in Family Planning**. Health and Nutrition Programmes, 1992.

ROCHE, Chris. **Avaliação de Impacto dos Trabalhos de ONGs: aprendendo a valorizar a mudança**. Edição adaptada para o Brasil ABONG. 2 ed. São Paulo. Cortez Editora: ABONG: Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002.

VILARINHO, Lúcia da Silva. **Re-pensando a Educação em Saúde no Âmbito Hospitalar**. Tese de Mestrado em Serviço Social, PUCSP/UFPI, São Paulo/Piauí, 1999.



Arquivo CCPR

Alejo Lerzundi Silvera

Economista Agrícola. MSc. Consultor do IICA, PCT. IICA/SEPLAN. Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável

PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL – PCPR SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS – PERÍODO 2002-2007

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo descrever os resultados do Projeto de Combate à Pobreza Rural no período de 2003 a 2007, os desafios que enfrenta e as perspectivas previstas na Segunda Fase, que cobre o período de 2008 a 2010.

O documento foi elaborado tendo como referência os Relatórios de Desempenho Físico e Financeiro, Avaliação de Meio Termo e Estudos de Impacto Social e Econômico realizados pelo Projeto, no marco do compromisso contratual do Governo do Estado do Piauí com o Banco Mundial, no âmbito do Acordo de Empréstimo 4624-BR, bem como, Relatórios de Desempenho Anual, Relatórios de Supervisão do Banco Mundial, Relatórios de Auditoria e informações fornecidas pelo sistema de informações INFOPCPR (MIS).

1 ASPECTOS GERAIS

O PCPR II FASE I, inicialmente concebido em 2002, teve como foco de sua ação 221 municípios piauienses (todos os municípios do Estado, com exceção de Teresina) em duas fases, a primeira, no período de 2002-2005, e a segunda, para o período de 2006-2009. O custo total do Projeto previsto

foi de US\$ 60 milhões de dólares norte-americanos. Para a primeira fase foram destinados US\$ 30 milhões, dos quais US\$ 22,5 milhões oriundos do empréstimo e US\$ 7,5 milhões em contrapartida estadual, incluindo a contribuição dos beneficiários.

O Projeto, que concluiu a Primeira Fase em 2007, estimulou, através de financiamentos não reembolsáveis, os investimentos e empreendimentos de interesse das comunidades rurais localizadas nas áreas mais pobres do Estado. Pretendeu, com isso, contribuir para o fortalecimento do processo de organização e participação das comunidades, bem como, o aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão em nível municipal.

O Projeto foi constituído por três **componentes** que formam a base do escopo da ação institucional: i) Subprojetos Comunitários; ii) Desenvolvimento Institucional e iii) Administração, Supervisão, Monitoramento e Avaliação do Projeto.

O **objetivo** do Projeto, na Primeira Fase, foi contribuir para o alívio da pobreza rural e suas consequências, mediante: i) a provisão de investimentos comunitários orientados para a criação de infraestrutura básica e geração de emprego e renda para as camadas mais pobres do meio rural; ii) a des-

centralização da alocação de recursos e a tomada de decisões para os níveis locais, mediante o apoio aos Conselhos Municipais e às associações de beneficiários no planejamento, priorização de subprojetos, execução e manutenção de investimentos e iii) o estímulo à criação e à consolidação de organizações comunitárias – Associações e Conselhos Municipais – que poderão servir como instrumento de planejamento, de controle social, de expressão das necessidades e das capacidades das comunidades pobres para a superação das barreiras ao seu desenvolvimento econômico e social.

A **estratégia** adotada pelo Projeto propõe incentivar a participação dos seus beneficiários, as associações comunitárias, em todo o processo decisório, como também, no processo de execução e fiscalização de obras e serviços, junto aos conselhos municipais, como nexos para apoio a estas associações e como instância de representação da sociedade civil organizada nas tomadas das decisões. Adicionalmente, o Projeto para desenvolvimento destas atividades promove as parcerias e integração de políticas públicas com órgãos estaduais e federais. O eixo principal definido objetiva focalizar a sua atenção na população rural mais pobre do Estado.

2 DESEMPENHO DA IMPLANTAÇÃO DOS SUBPROJETOS COMUNITÁRIOS – PERÍODO 2002-2007

De acordo com o Manual de Operações do Projeto – MOP, os recursos para a implantação do Projeto seriam destinados diretamente às associações comunitárias para financiar a execução de subprojetos sociais, produtivos e de infraestrutura. Este componente compreende três subprogramas: PAC, FUMAC e FUMAC-P.

De acordo com dados do Sistema de Informações do PCPR (INFOPCPR), até 31 de dezembro de 2007, foram financiados um total de 1.404 subprojetos comunitários, sendo 1.173 de infraestrutura (neste item foram incluídos todos os subprojetos de parcerias indicados na Tabela 1), 134 produtivos e 97 sociais. Estes 1.404 subprojetos são superiores aos 1.296 subprojetos previstos, o que significa 11,96% a mais, derivados, em parte, dos acordos de parceria com instituições federais.

Os recursos desembolsados foram da ordem de R\$ 85.583.798,03, cifra superior em 8,47% aos R\$ 75.625.000,00 previstos (a diferença corresponde a recursos de parceria de fonte federal e estadual alavancados pelo Projeto). No que se refere ao volume de recursos investidos por tipo de subprojetos, 85,79% correspondem a subprojetos de infraestrutura, 7,15% aos produtivos e 6,95% aos sociais. Foram atendidas 107.102 famílias, superiores às 81.600 famílias previstas, o que significa um acréscimo de 7,62%. (Tabela 1).

Dentre os projetos de infraestrutura, destacam-se os subprojetos de Eletrificação Rural, que são seguidos de abastecimento de água, moradias e cisternas. Dentre os subprojetos sociais, destacam-se os subprojetos de fossas sépticas, e dentre os subprojetos produtivos, há predominância de subprojetos de apicultura, processamento de produtos agrícolas, criação de animais de pequeno porte e mecanização agrícola.

O financiamento dos projetos de infraestrutura, dentre os quais se destaca o investimento em obras de eletrificação rural, se explica pela demanda das comunidades de uma necessidade altamente sentida. Em diversas comunidades, as famílias não possuem energia em suas casas, nem dispõem sequer dos recursos para adquirir os materiais necessários para levar a energia da rede geral de distribuição até suas residências e arcar com as despesas com a energia consumida. Em muitos casos, as famílias dependem do auxílio das Prefeituras para quitar suas contas, alimentando uma dependência histórica e maléfica às conveniências político-partidárias locais. O PCPR teve, sem dúvida, grande contribuição para diminuição dessa dependência pelo volume de recursos destinados à eletrificação rural.

Em 2003, o Governo adotou uma estratégia de priorização dos investimentos em Projetos Produtivos, visando uma mudança de foco do PCPR. A estratégia teve como meta a elevação do emprego direto e o nível de renda das famílias rurais beneficiadas com investimentos do Projeto. Com este propósito foram feitos esforços para simplificar os processos de elaboração e aprovação dos subprojetos, bem como a operacionalização na sua implantação, cuidando, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade

do ponto de vista técnico, econômico, social, institucional e ambiental, por encontrar-se nos âmbitos de responsabilidade dos órgãos correspondentes, precisaram de acordos de parceria para atendimento específico, tais como as que foram estabelecidas com a Secretaria de Meio Ambiente, AGESPISA, CEPISA, EMATER, ONGs e outras prestadoras de serviços de assistência técnica.

Para otimizar os recursos existentes, foram estabelecidos acordos de parceria, principalmente, com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a FUNASA e o MDA. No período foram realizados 181 subprojetos de moradias e cisternas, beneficiando 5.879 famílias com investimentos da ordem de R\$ 17.930.157,00. Os resultados de sua efetividade se refletem na complementaridade de projetos com melhor uso dos recursos. Entendemos a necessidade de continuar trabalhando na integração de políticas públicas através de acordos de parcerias viáveis, junto à implantação de sistemas de monitoramento de forma que as responsabilidades sejam cumpridas pelas partes. Esta foi uma das propostas no PCPR que norteou suas atividades na primeira fase e espera-se que seja continuada na segunda fase, e que tenha como marco de referência as políticas do Governo Estadual, monitorado pela Secretaria do Planejamento. Em 2007, período de transição do novo Projeto, as atividades do PCPR estiveram concentradas à condução e finalização de financiamentos dos subprojetos vinculados a parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social. Foram financiados 28 subprojetos de cisternas, beneficiando 1.220 famílias e o montante foi de R\$ 1.726.741,68. (Tabela 9).

Do total de 222 municípios piauienses, foco da ação do PCPR II (excluído o de Teresina), 209 municípios receberam pelo menos um Projeto. Dos 112 municípios prioritários com o IDH abaixo de 0,590, 109 receberam pelo menos um projeto, com investimentos de, aproximadamente, 50,28% dos subprojetos (Tabela 2).

Esta informação é importante porque mostra como é difícil canalizar os recursos previstos aos municípios considerados foco, o que foi muito mais evidente quando no início e equivocadamente, os municípios foram responsabilizados pela provisão de

contrapartida, contrariando o entendimento com o Banco Mundial, segundo o qual os municípios mais pobres seriam financiados inteiramente pelo Projeto (empréstimo, contrapartida estadual e associação comunitária). Na fase final do Projeto já não existia mais essa condicionalidade. Faltam ainda a esses municípios capacidade para elaboração dos subprojetos viáveis e serviços de apoio e acompanhamento, o que, como se verá adiante, requer maior apoio da Unidade Técnica (UT). Em se tratando de subprojetos produtivos, a existência mínima destes serviços e outros arranjos são necessários para sua viabilidade, o que os municípios mais pobres não possuem. Há necessidade de o PCPR trabalhar no nivelamento de informações com as ONGs e outros prestadores de serviços técnicos vinculados, procurar maior envolvimento das prefeituras e, principalmente, promover o fortalecimento dos conselhos municipais para uma maior presença no desenvolvimento das associações comunitárias.

Na distribuição dos subprojetos por municípios houve algumas distorções, alguns receberam uma grande quantidade de subprojetos e outros receberam quase nada. Pode-se observar, tomando os extremos, que 21,90% dos municípios só receberam 4,70% de subprojetos (de um até dois subprojetos cada). Contrariamente, no outro extremo 7,37% dos municípios receberam 21,58% de subprojetos (mais de 14 subprojetos cada) (Tabela 3).

Ressalte-se, porém, que a maior quantidade de subprojetos não significa, necessariamente, maior volume de investimentos. Os 28 (13,4%) municípios com maior volume de investimentos representaram 31,39% do total de investimentos nos municípios beneficiados (209). O município beneficiado com a maior quantidade de subprojetos foi Barras (33 subprojetos), na região Norte do Estado. Por outro lado, o maior volume de recursos foi concentrado no município de São Raimundo Nonato (R\$ 2.012.162,73), na região Sudeste. Os municípios de Coronel José Dias, Caracol, Anísio de Abreu e São João do Arraial, que têm menos de 10 mil habitantes cada, ocupam de 5º a 8º lugar em investimentos, respectivamente. (Tabela 4).

A concentração de subprojetos em alguns municípios deve-se a interesses destes em facilitar a elaboração dos subprojetos viáveis e a disposição das

instituições locais nos respectivos conselhos para apoio e acompanhamento. Segundo as diretrizes do Projeto, a aprovação pela UT de financiamentos de subprojetos obedece à demanda originada nas associações comunitárias e uma certa ordem de atendimento. Associações não beneficiadas têm a ver com a falta de interesse e apoio das instituições de seu entorno. No entanto, a UT tem focado campanhas de mobilização e divulgação, prestando atenção especial a esses municípios para cumprir com a necessidade de horizontalizar seus benefícios.

Em 31 de dezembro de 2007, segundo dados do INFOPCPR (MIS), existiam em carteira na UT-PCPR um total de 3.124 propostas, das quais efetivamente 1.404 foram financiadas, enquanto, 1.720 não foram. Estas últimas, majoritariamente, foram propostas de investimentos para projetos de infraestrutura (64,30%) e subprojetos produtivos (26,63%). (Tabela 5). Os subprojetos não foram financiados, principalmente, pela falta de recursos do Projeto, mesmo que qualificados adequadamente, em muitos casos. As cifras indicam uma demanda que supera largamente a oferta dos recursos. Esta situação foi usada como argumento de peso para viabilizar a segunda Fase do Projeto.

Ressaltamos, por ter prioridade para o projeto, o atendimento de oito comunidades negras ou remanescentes de Quilombolas, localizadas em oito municípios, favorecendo 372 famílias no montante de R\$ 498.327,97, principalmente, com subprojetos de energia rural, sistemas de abastecimento de água e casa de mel de abelhas. (Tabela 6).

O PCPR, por sua abrangência, capilaridade no meio rural e uso de métodos participativos na sua forma de atuação com associações comunitárias e conselhos municipais, foi cogitado como parceiro de maior importância para articulação de atividades com programas e projetos federais e estaduais, bem como, instituições públicas gerando complementação técnica e financeira, maximizando benefícios e racionalidade na aplicação dos recursos públicos. Em mérito a esta atuação o PCPR do Piauí vem sendo nomeado, com reconhecimento do Banco Mundial, como referência para que Projetos similares considerem adotar a experiência, visando a integração de políticas públicas.

3 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

No período relatado foram realizados 558 eventos de mobilização e capacitação, através de seminários, oficinas e outros, com a participação de 19.681 técnicos, lideranças, representantes e membros de associações comunitárias. Destes, destacaram-se 154 eventos de mobilização, com a participação de 3.850 lideranças para repasse de informações com respeito ao novo Projeto e 154 eventos de capacitação e renovação dos conselhos municipais com a participação de 7.750 pessoas, para adequação das diretrizes do Projeto, devido a mudanças políticas e institucionais, que acontecem a cada quatro anos em razão das eleições estaduais e municipais. Foram realizados 30 cursos de capacitação de curta duração que favoreceram 1.386 técnicos da UT, entidades parceiras, representantes de conselhos e lideranças comunitárias. (Tabela 7).

Foram realizados 26 eventos para nivelamento sobre características e diretrizes do projeto, elaboração e avaliação de projetos produtivos, bem como sobre organização e gestão comunitária para capacitação de multiplicadores. Foram beneficiados 840 técnicos de ONGs e outras instituições parceiras em nível central e local. (Tabela 8).

De 10 a 11 de abril de 2007, após encerramento do Projeto, foi realizado em Teresina um “Seminário Interestadual de Integração, Parcerias e Perspectivas de Acesso aos Mercados” com a participação de agricultores beneficiários do PCPR, bem como, entidades públicas e privadas vinculadas aos agronegócios, tendo o apoio e participação do Banco Mundial, IICA, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, SEBRAE – PI, Grupo Claudino, Carrefour, Comercial Carvalho, Pão de Açúcar, Bompreço e outros. Teve a finalidade de analisar a situação existente e formular estratégias, junto a diferentes atores do meio rural, para a promoção de parcerias e integração de políticas, temas estes, que nortearão as atividades do PCPR II Fase II.

Os Conselhos Municipais do FUMAC materializam a presença do PCPR nos municípios e representam o foco principal da coordenação para operacionalização do Projeto no local. A partir de 2003, quando se definiu uma nova estratégia de composição e eleição dos Conselhos, em que as lideranças das

Associações e entidades da sociedade civil passaram efetivamente a escolher seus representantes, houve uma substancial mudança no perfil dos Conselhos com um grande número de líderes sindicais, de associações comunitárias e entidades da sociedade civil, sendo elevados as funções de destaque na diretoria dos Conselhos (cargos que geralmente eram ocupados por representantes da Prefeitura). Desta forma, deu-se um passo à frente no processo de democratização na escolha dos representantes e no processo de empoderamento e formação de capital social.

Tal mudança trouxe consigo um “efeito colateral” indesejável, na medida em que muitos prefeitos municipais perderam o “controle” dos Conselhos, deixaram de fornecer o apoio logístico e institucional que garantia a funcionalidade dos mesmos, o que, de certo modo, quase inviabilizou temporariamente seu funcionamento. Passado o efeito, e talvez, por causa disso, os membros dos conselhos tiveram que valer-se dos próprios meios para cumprir com seus compromissos. A segunda fase do PCPR deverá criar os mecanismos adequados para contornar o problema.

A renovação dos Conselhos, também, permitiu mudanças nos critérios de seleção, que era de um representante por cada associação comunitária, abrindo espaço para representação por região municipal que envolve várias associações. Pelo sistema anterior, muitas comunidades não eram representadas, especialmente quando os municípios tinham muitas comunidades. A partir dessa definição, cada região municipal elege seu representante em uma miniplenária conferindo maior legitimidade na medida em que permitiu que todas as regiões do município tivessem assento nos Conselhos e, por outro lado, diminuiu a excessiva interferência dos gestores locais na indicação dos conselheiros representantes das associações/comunidades.

Com relação ao FUMAC-P, foram realizados 21 subprojetos em três municípios, baseados em planos de desenvolvimento municipal, teve como finalidade promover a graduação da modalidade do FUMAC a um patamar, no qual, os municípios poderiam tomar decisões sobre tipos de subprojetos a serem financiados e alocados os recursos, baseados em tais planos municipais de desenvolvimento e práticas de trabalho

participativo. Mesmo que os resultados tivessem sido satisfatórios em termos físicos e financeiros, o FUMAC-P mostrou problemas para viabilizar o controle sobre processo licitatório e prestação de contas, bem como, na formação de capital social.

A cooptação do espaço de representação nos conselhos pelo poder municipal, como indicado acima, nos leva a reconhecer que os conselhos precisam de melhores condições institucionais e de arranjos no entorno, para melhoria da gestão e consolidação respectiva. Por esta situação e pelos próprios méritos, relatórios de supervisão demonstraram que a modalidade do FUMAC, tem-se mostrado, por enquanto, como a mais viável para a prática da gestão participativa e sustentável nos Projetos de Desenvolvimento Rural. Situação que deverá ser considerada para aprimorar as modalidades de intervenção no novo Projeto.

A modalidade do PAC foi idealizada para permitir o relacionamento direto das associações comunitárias com a UT, nos municípios sem o FUMAC, ou seja, sem conselhos municipais. Teve relevância no PAPP reformulado e no PCPR I, no PCPR II Fase II contava-se inicialmente somente 25 municípios inseridos no PAC, ao final do período eram 35 municípios, nos quais, foram implantados 180 subprojetos.

O crescimento de municípios com a modalidade do PAC não se deveu aos seus próprios méritos, mas sim à conjuntura inconveniente que gerou a desativação das modalidades do FUMAC (09) e do FUMAC-P (03). No caso do FUMAC, por desentendimentos da diretoria dos conselhos com a nova administração municipal, e de estas, com o Governo Estadual. No caso do FUMAC-P pela falta de arranjos institucionais apropriados. Na realidade, o que aconteceu foi a consolidação da tendência generalizada, da modalidade do FUMAC, como a melhor forma de intervenção, explicitamente manifestada pelos próprios usuários.

Nestes últimos anos vem se gestando no Estado uma estratégia de fortalecimento político local, no marco da reforma administrativa e das normas de gestão municipal, alguns conselhos acompanham, razoavelmente, estes processos, outros, pela falta de oportunidades, motivações para se reunirem (exem-

plo: financiamentos de novos subprojetos) e por falhas de sua própria atuação, perdem iniciativas para engajamento nas propostas de regionalização e da presença em conselhos municipais e regionais de desenvolvimento, promovidos pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e outras entidades federais.

O PCPR vem participando ativamente, junto à Secretaria do Planejamento nas atividades de integração e promoção de parcerias tais como: o Projeto Cenário Regionais do Piauí, coordenado pela Secretaria do Planejamento. Consiste numa estratégia de desenvolvimento e planejamento de médio e longo prazo, com ênfase na elaboração e implantação de planos regionais, privilegiando como instrumentos a consulta e a participação efetiva dos municípios e comunidades junto às quais se pretende atuar.

Na perspectiva do PCPR II FASE II, efetivado em 2008, novos papéis e formas de atuação são reservadas ao Projeto, aos conselhos municipais e às comunidades, neste processo, de forma que seus benefícios possam reverter para cumprimento de seus próprios objetivos.

4 ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A Unidade Técnica do PCPR está vinculada institucionalmente à Secretaria do Planejamento, cujo Secretário ordena despesas juntamente com o Diretor Executivo. Até 2002, operou uma estrutura remanescente do PCPR I, a partir de 2003, procedeu-se a uma reforma administrativa na qual a UT foi adequada à lógica proposta pelo Estado para todos os entes governamentais. Dessa forma, uma nova estrutura administrativa foi adotada, a UT-PCPR II manteve relativa autonomia gerencial em seus aspectos administrativo e financeiro.

Em outubro de 2007 a UT tinha uma organização na qual destacavam três gerências: de operações, de administração (ambos do PCPR) e outra do Projeto Crédito Fundiário. Contava-se com uma Gerência Regional de Picos e a existência de um Conselho Gestor em nível estadual para homologação dos subprojetos a serem financiados. Em dezembro de 2007 a UT tinha 84 funcionários dos quais 39 eram profissionais de nível superior, 28 técnicos de nível médio e 17 de nível administrativo. Estes números

são ligeiramente maiores do que a média histórica, devido à perspectiva de demanda do novo Projeto.

O processo administrativo e financeiro é bastante dinâmico, dada a peculiaridade de liberação dos subprojetos em parcelas, que requer agilidade nos procedimentos. O volume de processos a serem visados e liberados diariamente é considerável, fato que consome boa parte do tempo de cada um dos ordenadores.

Em 2005 foi criado o Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios – SIAFEM, que permite a centralização de informações financeiras e gerenciais melhorando, substancialmente, a capacidade de gestão das receitas e despesas do Estado. O PCPR que orçamentariamente é um programa do Governo, está inserido totalmente nas diretrizes e critérios do SIAFEM.

As tarefas de monitoramento e supervisão do Projeto incluem o estabelecimento e operação de um Sistema de Monitoramento chamado de INFOPCPR (MIS) e uma equipe de supervisão de atuação, destacada como fator para conclusão dos subprojetos, garantindo qualidade e prazos de entrega, bem como para levantamento de falhas e apontamento das inadimplências.

Foram elaborados estudos de desempenho físico e financeiro, avaliações de meio termo, além do Estudo de Avaliação de Impacto Social e Econômico, que permitiu ver com maior objetividade os benefícios do Projeto em termos de capital social. Este estudo foi de capital importância, não só para aprovação do novo projeto na sua fase II, mas também para o desenho estratégico do mesmo. (Ver em **Anexo II**, um resumo dos principais estudos de avaliação realizados no período).

A supervisão dos subprojetos, através de visitas prévias e visitas de acompanhamento durante a implantação e entrega dos subprojetos, foi de grande importância, permitindo o pagamento das parcelas vinculadas previamente ao cumprimento de fases de sua implantação, disciplinando a correta aplicação dos recursos e garantindo a qualidade em função das especificações técnicas. Adicionalmente, os relatórios de supervisão permitiram o encaminhamento à Justiça dos casos de inadimplências para processamento respectivo, visando cumprir acordos com as empreiteiras.

5 BALANÇO DA SITUAÇÃO ATUAL

Ameaças

- Grupos de poder político e econômico com grande capacidade para interferir nas decisões e atividades do Projeto;
- Ausência de prefeitos politicamente alinhados ao novo Governo, para viabilizar parcerias e financiamentos de contrapartidas para investimentos em subprojetos, com tendência a melhorar o leque de alianças e garantir a governabilidade em nível estadual e municipal;
- Falta de arranjo institucional em nível local para acompanhar as atividades de capacitação, assistência técnica e crédito de custeio. A ameaça está sendo paulatinamente superada pela implantação de políticas de descentralização, integração e planejamento regional, alentadas pelo Governo estadual, bem como parcerias do PCPR com órgãos federais e estaduais para complementação técnica e financeira;
- Baixo nível técnico e falta de serviços básicos em nível local para apoio, principalmente, à atividade produtiva. Atividades de capacitação e acordos de cooperação com o EMATER e ONGs têm amenizado o problema.

Fraquezas

- Ações centralizadas e insuficiente participação dos técnicos na tomada das decisões;
- Frágil articulação interinstitucional dos setores;
- Dificuldades em operacionalizar conceitos básicos como desenvolvimento, gestão, participação, sustentabilidade etc.;
- Atividades de capacitação pouco priorizadas para atualização e reciclagem de conhecimentos;
- Recebimento de projetos com pendências e, às vezes, sem aval dos Conselhos;
- Associações comunitárias ainda débeis para assumirem responsabilmente sua

condição de ser o centro das atividades do Projeto;

- Formação precipitada de associações e Conselhos;
- Concentração de projetos em alguns municípios;
- Alguns conselhos municipais manipulados pelas Prefeituras;
- Frota de veículos pequena e inadequada.

Oportunidades

- Governo do Estado com forte sintonia com o Governo Federal, que tem priorizado atividades de combate à pobreza;
- Governo do Estado com marcas como transparência, participação e combate à pobreza possibilitará um arranjo mais favorável para atividades do Projeto;
- Reforma administrativa e processo de planejamento regional em fase de realização pelo Governo que melhorará a gestão de pessoal e recursos;
- Existência de políticas públicas relevantes em favor de parcerias e integração, bem como, favorecimento a empreendimentos produtivos para geração de emprego e renda;
- Existência de uma situação positiva de autoestima e vocação de trabalho na população;
- Disposição positiva das ONGs para trabalhos de parceria em atividades de assistência técnica;
- Possibilidade do Ministério de Minas e Energia e outros assumirem responsabilidades no financiamento de subprojetos, como o de eletrificação, priorizando recursos do PCPR para outros empreendimentos, principalmente no campo produtivo e social;
- Início auspicioso de novas atividades como Comércio Justo e Solidário na exportação de mel, que pode tornar-se extensivo a outros produtos de competitividade reconhecida no Estado;
- Participação de capacidades técnicas e profissionais das universidades no processo decisório;

- Em geral, o desencadeamento de novas forças institucionais, técnicas e produtivas como consequência de mudanças em processo.

Forças

- Avaliação de impacto altamente favorável sobre desempenho do Projeto;
- Unidade Técnica – UT, com escritório, razoavelmente, bem equipado e com os recursos operacionais necessários;
- Equipe técnica da UT estimulada, bem estruturada, capacitada e experimentada para execução e supervisão de atividades. Precisar de reforço nas atividades de implantação de subprojetos produtivos, meio ambiente, controle interno e licitações;
- Sistema de informações na UT-SIG, reformulado e em operação;
- Máquina administrativa redimensionada, com processo de descentralização em andamento e melhor distribuição de cargos e funções;
- Parceria de trabalho estabelecida com o Ministério Público para fiscalizar a aplicação dos recursos;
- Parcerias bem sucedidas para assistência técnica aos projetos produtivos, realizadas com ONGs (CEFAS, Diocese de Oeiras, Fundação Dante Civiero) e a FETAG;
- Aproximadamente 90% dos municípios com conselhos municipais do FUMAC implantados (superando o previsto no Manual de Operações);
- Já se observa a inversão campo/cidade, principalmente junto às comunidades beneficiadas com subprojetos de infraestrutura (energia e abastecimento de água).

6 CONCLUSÕES

A seguir, as principais conclusões do Relatório de Avaliação de Impacto Econômico e Social do PCPR no Nordeste (Avaliação Quase-Experimental) realizado ao final de 2004, bem como, resultados de outros estudos realizados no período.

O PCPR esteve operando em grande escala, financiando vários tipos de projetos, e criando mecanismos institucionais com enorme capacidade para implantação de projetos comunitários de maneira eficiente e a custos relativamente mais baixos. A demanda comunitária foi se concentrando em projetos de abastecimento de água e eletricidade. Estimativas da avaliação indicam que o Projeto teve grande impacto sobre o acesso a esses serviços. Estima-se que pelo menos 59% tiveram acesso através do PCPR. Adicionalmente, o PCPR tem implantado subprojetos a custos em média 30% menores que outros programas similares do setor público. Os resultados do estudo quase-experimental, realizado para esta avaliação, indicam que os domicílios que obtiveram acesso à água e eletricidade pelo PCPR não teriam acesso a estes serviços através de outros programas.

O Projeto continua a melhorar a focalização ao longo do tempo: famílias beneficiadas mais recentemente têm nível de vida um pouco inferior do que os beneficiados há mais tempo. Assim, ao invés de o Projeto com o tempo passar a beneficiar mais as “elites locais”, uma das críticas que são feitas ao Projeto desde seu início, o PCPR está atingindo uma maior proporção de famílias mais pobres ao longo do tempo. Vários estudos sugerem que os Conselhos Municipais e sua forma de organização participativa constituem a principal razão para a contínua melhoria na focalização do Projeto.

O PCPR também adotou várias medidas para beneficiar mulheres, populações indígenas e quilombolas. Quase 30% dos beneficiários do PCPR são mulheres e elas estão cada vez mais ativas nas associações comunitárias. Todos os Estados com populações indígenas já possuem planos específicos para beneficiá-los e os quilombolas são especificamente focados pelo Projeto nos Estados onde eles existem.

A qualidade dos projetos e a satisfação dos beneficiários são altas. Mais de 90% dos beneficiários estão satisfeitos com a qualidade dos materiais de construção e com a qualidade geral dos projetos. A sustentabilidade dos projetos também é alta. Em média, 80% destes, excluindo certos tipos de projetos produtivos, estavam operando três a cinco anos após a implantação. Somente os projetos produtivos mais complexos, que dependem de mercados fora das

comunidades, têm índices baixos de sustentabilidade. Vários estudos concluíram que, para melhorar a taxa de sucesso desses projetos produtivos, o acesso a mercados deve ser reforçado e deve ser dada maior ênfase à análise prévia da viabilidade técnica, econômica e ambiental dos subprojetos.

Em relação aos efeitos do PCPR sobre a qualidade de vida, conclui-se que existem melhoras significativas na saúde, condições de moradia e acesso a serviços. O acesso a água e a eletricidade têm vários efeitos positivos sobre a saúde e sobre gastos financeiros com obtenção de água. Particularmente em relação à saúde, o estudo quase-experimental sugere que a mortalidade infantil e várias doenças comuns como, por exemplo, diarreia e verminoses são reduzidas nas comunidades beneficiadas pelo PCPR, além de se ter obtido resultados estatisticamente significativos de que o Projeto reduz a incidência de Asma, Hepatite e Doença de Chagas.

Vários estudos sugerem que o PCPR tem impacto positivo sobre a renda e acumulação de capital físico, mas os resultados não são conclusivos. Assim como os resultados do estudo quase-experimental, pois, apesar de sugerirem que o impacto do PCPR sobre o capital físico é positivo, seus resultados não são estatisticamente significativos. Será necessário investigar mais este assunto antes de chegarmos a conclusões definitivas sobre o impacto do Projeto na renda e na acumulação de capital físico, o que seria possível retornando-se à amostra investigada pela Fecamp, em 2004, para o estudo de perfil de entrada do PCPR. (BUAINAIN; FONSECA, 2005b).

O PCPR tem forte impacto positivo e sustentável sobre o capital social. Os arranjos institucionais e a transparência dos mecanismos de funcionamento do Projeto promovem o controle social do setor público e minimizam a interferência política, a corrupção e a obtenção de vantagens pelas “elites locais”. Os resultados do estudo quase-experimental indicam que o PCPR “empodera” os beneficiários e aumenta significativamente o capital social dentro das comunidades e municípios. Adicionalmente, os resultados mostram que o capital social criado continua a crescer mesmo após a implantação do projeto, assim demonstrando a sustentabilidade do impacto causado pelo PCPR.

O Projeto criou mecanismos institucionais muito abrangentes e eficazes que já estão sendo utilizados em vários Estados para canalizar financiamentos de outros programas de desenvolvimento local e comunitário. O PCPR tem o potencial para ser utilizado de maneira ainda mais abrangente e de ser integrado com as políticas públicas em níveis local, estadual e federal.

7 PERSPECTIVAS

Temos em perspectiva a execução do PCPR II FASE II, cuja efetividade será a partir de outubro de 2007. O desenho do novo Projeto tem como referência, principalmente, os ensinamentos de sua primeira fase e a estratégia de desenvolvimento rural do Governo com referência às políticas de integração e parcerias, bem como a opção pelo desenvolvimento de atividades geradoras de emprego e renda.

Neste contexto o PCPR transformou-se, de projeto caracterizado em seus inícios como de compensação social para aliviar a pobreza no meio rural, em projeto indutor do desenvolvimento. Isto pela sua abrangência que cobre praticamente todo o Estado, pelo montante dos recursos aplicados que são notoriamente muito maiores ao de outros empreendimentos e pelos seus impactos econômicos e sociais altamente satisfatórios.

Adicionalmente, o PCPR tem se convertido em indutor de uma estratégia de intervenção que hoje no Estado se encontra generalizado. Caracterizado por considerar as associações comunitárias como centro de atuação do Projeto; ter promovido a criação e consolidação dos conselhos municipais no papel de nexo e apoio às comunidades e complemento necessário à governabilidade; estar promovendo as parcerias como meio para integração de políticas públicas e privadas, vinculado a estas últimas; estar apoiando as atividades de “Comércio Justo e Solidário”; e, finalmente, desenvolvendo o conceito de agronegócios para geração de emprego e renda, para saída necessária às políticas federais atuais de compensação social tal como é o “Bolsa Família”.

Do ponto de vista operacional, para o aprofundamento das linhas estratégicas acima indicadas e aprimoramento respectivo, o novo PCPR deverá prestar especial atenção aos seguintes aspectos:

- **Fortalecimento e ampliação das parcerias e arranjos institucionais**

Através da manutenção e ampliação das parcerias e arranjos institucionais com setores governamentais e não governamentais como formas de ampliar e aperfeiçoar investimentos, dinamizar e aperfeiçoar continuamente a implantação de subprojetos e a funcionalidade dos Conselhos Municipais e Associações Comunitárias. As parcerias financeiras, por sua vez, poderão superar as limitações impostas pela não alocação de contrapartidas por muitas Prefeituras Municipais.

- **Fortalecimento e valorização dos Conselhos Municipais**

Tendo em conta a perspectiva de aperfeiçoamento das ações do PCPR, além de capacitação, se faz necessário que sejam garantidas as condições mínimas de funcionalidade aos Conselhos Municipais do FUMAC, sem o que continuarão tutelados pelo poder político local e limitados na sua ação. Para tanto, sugerimos a definição de um percentual de recursos destinados aos Conselhos sobre cada subprojeto financiado em suas áreas de atuação.

- **Descentralização de gestão e das ações**

Reforçando a descentralização gerencial e operacional da UT, a partir de uma estratégia de regionalização das ações, propiciando as condições de funcionalidade e consolidação da experiência que se iniciou na região de Picos com ampliação da estratégia para outras regiões mais distantes, particularmente o Sul do Estado.

- **Indicativo anual de investimentos**

Os Conselhos do FUMAC reivindicam, acertadamente, que a UT estabeleça um indicativo anual de investimento para regiões e municípios, fato que possibilitaria uma análise mais qualificada das propostas apre-

sentadas pelas comunidades rurais aos Conselhos, evitando, por exemplo, que se aprove um grande número de propostas que dificilmente serão financiadas na sua totalidade, dada a limitação de recursos ante a enorme demanda existente.

- **Ampliação dos investimentos em geração de trabalho e renda**

Os investimentos em projetos produtivos precisam ser ampliados na perspectiva de interferir positivamente na matriz econômica das famílias beneficiárias do Projeto em médio e longo prazo, sem o que não se altera a situação de pobreza no meio rural, considerando que, pela situação de exclusão em que se encontram, muitas famílias não dispõem dos mínimos essenciais para uma vida com dignidade, estando condenadas à dependência de programas governamentais de compensação, se não lhes for dada oportunidade de emancipação.

- **Diversificação da equipe de análise e supervisão**

Na perspectiva complementaridade e visão sistêmica se faz necessária a diversificação da equipe de análise e supervisão com agregação de profissionais da área social “atualmente não há nenhum – que possam acompanhar o processo de implantação de subprojetos desde a visita prévia até a conclusão das obras e posterior monitoramento pós-implantação. A análise dos subprojetos ainda é focada muito nos aspectos físicos e orçamentários, sem uma reflexão qualitativa do contexto social e organizacional das comunidades beneficiárias.

- **Fortalecimento da equipe técnica**

Com agregação de mais profissionais qualificados em áreas distintas, na perspectiva de ampliar e melhorar as atividades de: i) finanças, licitações e prestação de contas da UT de associações comunitárias; ii)

mobilização e capacitação, iii) viabilidade e implantação de subprojetos produtivos; iv) promoção de agronegócios; v) preservação do meio ambiente e vi) suporte aos Conselhos Municipais e Associações Comunitárias nas áreas de gestão.

- **Definição clara de competências e de procedimentos**

O regimento interno da UT precisa ser reformulado de modo a proporcionar clareza de competências das estruturas hierárquicas intermediárias (Gerências, Coordenações, Supervisões), hoje muito difusas. Do mesmo modo, urge a definição de um padrão interno de gerenciamento e procedimentos, do contrário, a exceção passa a ser a regra geral, fato que vem se verificando com mais intensidade no cadastramento de propostas de subprojetos mal elaboradas e evitadas de pendências, que entram o andamento de muitas propostas e comprometem a execução do Projeto.

- **Focalização de Investimentos**

Considerando a limitação de recursos financeiros para atender toda a demanda, haverá uma definição estratégica de investimentos em regiões e/ou segmentos produtivos na perspectiva de superação, em definitivo, das mazelas sociais que acometem grande parcela da população piauiense, particularmente, no meio rural. Sem abrir mão, contudo, do princípio de que os investimentos serão selecionados e executados pelos beneficiários.

- **Definição de estratégias e planejamento das ações**

Para um eficiente processo de gestão, faz-se necessário que seja definida e efetivada uma rotina interna e continuada de planejamento, sem o que se continuará atuando no improviso com sérios riscos de se cometer equívocos gerenciais.

REFERÊNCIAS

1. BANCO MUNDIAL – Ajuda memória. Relatórios semestrais de supervisão do Banco Mundial. Documento interno de trabalho.
2. PCPR - Manual de Operações – MOP. Acordo de empréstimo nº 4624.
3. PCPR - POA [Pesquisados os seguintes anos: 2003, 2004, 2005]. Teresina, PI. Documento interno de trabalho.
4. PCPR - Relatório de Desempenho Físico-Financeiro do Projeto de Combate à Pobreza Rural – Período 2002 - 2005 Documento interno de trabalho.
5. PCPR - Relatórios de Desempenho Físico e Financeiro. Documento interno de trabalho.
6. PCPR - Avaliação de Impacto do Projeto de Combate à Pobreza Rural - PCPR. 1993-2005. Documento interno de trabalho.
7. PCPR - Relatórios de Desempenho Anual. [Pesquisados os seguintes anos: 2003, 2004, 2005]. Documento interno de trabalho.
8. PCPR - PCPR - Relatórios de Auditoria. Documento interno de trabalho.
9. PCPR - Sistema de informações INFOPCPR (MIS). Documento interno de trabalho.
10. SEPLAN - Plano Plurianual PPA, 2004-2007. Documento interno de trabalho.
11. INSTITUTO CIVITAS - Cidadania e Políticas Públicas. Relatório de Revisão de Meio Termo e Estudo de Desempenho Físico e Financeiro. Setembro 2004. Documento interno de trabalho.

ANEXO I DADOS ESTATÍSTICOS

Tabela 1 – Subprojetos, Famílias Beneficiadas e Investimentos no Período 2002-2007

TIPO DE SUBPROJETOS	SUBPROJETOS Nº	FAMÍLIAS BENEFICIADAS Nº	INVESTIMENTOS R\$
INFRAESTRUTURA	992	72.976	55.494.349,48
1. Abastecimento de água	361	18.947	18.645.293,87
2. Pontes de concreto	6	995	218.939,03
3. Passagem molhada	4	802	173.823,10
4. Melhoria de estradas	5	356	253.650,03
5. Saneamento	4	240	403.367,76
6. Eletrificação rural	596	34.816	35.005.048,77
7. Eletrificação urbana	1	78	53.666,00
8. Mercado comunitário	9	15.020	508.328,12
9. Matadouro público	6	1.762	232.232,80
PRODUTIVOS	134	19.644	6.296.796,57
1. Processamento de produtos agrícolas	35	15.290	883.514,59
2. Pesca	3	103	210.301,06
3. Agricultura irrigada	3	412	103.861,26
4. Mecanização agrícola	17	1.221	1.003.105,60
5. Criação de animais de meio porte	3	80	165.806,46
6. Criação de animais de pequeno porte	18	546	1.049.277,42
7. Fábrica de doces	1	100	49.601,34
8. Apicultura	51	1.771	2.627.719,78
9. Horta comunitária	1	30	66.298,43
10. Projeto integrado (irrigação e criação de animais)	1	47	66.790,97
11. Projeto múltiplo	1	44	70.519,66
SOCIAIS	97	8.603	5.862.494,98
1. Construção de creche	8	663	422.848,38
2. Posto de saúde	7	855	274.556,26
3. Fossas sanitárias	80	6.717	5.131.848,23
4. Posto telefônico	1	225	16.986,99
3. Construção de lavanderia	1	143	16.255,12
PARCERIAS	181*	5.879	17.930.157,00
CAIXA/PCPR: moradias + cisternas	22	437	2.788.397,00
CAIXA/PCPR: moradias	125	1.957	12.012.000,00
MDS/PCPR: cisternas	34	3.485	3.129.760,00
TOTAL GERAL	1.404	107.102	85.583.798,03

Fonte: INFOCPR (MIS) e Setor de Convênios. * Um subprojeto tem como média 26 famílias.

Tabela 2 – Relação de Municípios por Faixa de IDH-M e Quantidade de Subprojetos

ITEM	IDH-M	Nº DE MUNICÍPIOS	%	QUANTIDADE DE PROJETOS	%
1	Até 0,549	47	22,49	259	18,45
2	0,550 a 0,580	45	21,54	274	19,51
3	0,581 a 0,590	20	9,57	173	12,32
4	0,591 a 0,630	68	32,53	443	31,52
5	0,631 a 0,684	27	12,92	221	15,75
6	0,703 a 0,711	02	1,05	34	2,56
	TOTAL	209	100,00	1404	100,00

Fonte: INFOCPR.

Tabela 3 – Distribuição de Subprojetos por Município

ITEM	QUANTIDADE DE SUBPROJETOS POR MUNICÍPIO	TOTAL DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS	% DE MUNICÍPIOS	TOTAL DE SUBPROJETOS FINANCIADOS	% SUBPROJETOS
1	Até 2 Subprojetos	44	21,90	66	4,70
2	De 3 a 4 Subprojetos	46	22,00	162	11,54
3	De 5 a 6 Subprojetos	25	12,96	138	9,83
4	De 7 a 9 Subprojetos	45	19,99	354	25,21
5	De 10 a 11 Subprojetos	18	8,61	187	13,32
6	De 12 a 14 Subprojetos	15	7,17	194	13,82
7	Mais de 14 Subprojetos	16	7,37	303	21,58
TOTAL		209	100,00	1.404	100,00

Fonte: INFOCPR.

Tabela 4 – Municípios com Maior Volume de Investimento (2002-2007)

ITEM	MUNICÍPIO	REGIÃO	POPULAÇÃO	QUANTIDADE DE PROJETOS	RECURSOS INVESTIDOS (R\$)
1	São Raimundo Nonato	Sul	29.370	24	2.012.162,73
2	Barras	Norte	42.903	33	1.748.547,02
3	Picos	Sudeste	71.825	26	1.645.614,59
4	Esperantina	Norte	35.908	24	1.300.341,01
5	Coronel José Dias	Sul	4.547	15	1.279.590,10
6	Caracol	Sul	9.395	16	1.281.008,81
7	Anísio de Abreu	Sul	7.757	17	1.091.392,49
8	São João do Arraial	Norte	7.022	13	1.069.049,50
9	Paulistana	Sudeste	17.859	19	1.067.076,15
10	Pedro II	Norte	37.580	19	1.103.529,56
11	Batalha	Norte	26.536	16	1.000.343,31
12	Canto do Buriti	Sul	18.656	15	962.808,22
13	Rio Grande do Piauí	Sul	6.376	15	957.219,00
14	Amarante	Sul	17.147	13	554.608,81
15	Piripiri	Norte	62.901	19	948.391,33
16	Padre Marcos	Sul	7.574	14	924.948,39
17	Caldeirão Grande do Piauí	Sul	5.508	12	921.897,68
18	Acauã	Sudeste	5.792	15	882.721,41
19	Ipiranga do Piauí	Sul	9.095	15	831.628,05
20	Jacobina do Piauí	Sul	5.707	12	822.633,17
21	Simplício Mendes	Sul	11.416	15	743.809,99
22	Cabeceiras do Piauí	Norte	7.574	12	741.808,80
23	Guaribas	Sul	4.576	12	698.129,13
24	Valença do Piauí	Sul	21.293	12	676.121,17
25	União	Norte	42.417	13	661.417,00
26	Elesbão Veloso	Sul	15.244	14	598.185,21
27	Luzilândia	Norte	22.888	12	598.607,25
28	Campo Grande do Piauí	Sul	5.495	14	485.880,00
TOTAL			522.818,58	456	26.868.418,88

Fonte: INFOCPR.

Tabela 5 – Subprojetos Cadastrados e Financiados (2002-2007)

SITUAÇÃO DOS SUBPROJETOS	HISTÓRICO	QUANTIDADE	%
1. Subprojetos cadastrados	Subprojetos de Infraestrutura	2.279	72,95
	Subprojetos Produtivos	592	18,95
	Subprojetos Sociais	253	8,10
Subtotal		3.124	100,00
2. Subprojetos financiados	Subprojetos de Infraestrutura	1173	83,55
	Subprojetos Produtivos	134	9,54
	Subprojetos Sociais	97	6,91
Subtotal		1.404	100,00
3. Total de subprojetos cadastrados e não financiados	Subprojetos de Infraestrutura	1.106	64,30
	Subprojetos Produtivos	458	26,63
	Subprojetos Sociais	156	9,07
Subtotal		1.720	100,00

Fonte: INFOCPR.

Tabela 6 – Investimento em Comunidades Negras ou Remanescentes de Quilombos

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	SUBPROJETO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	VALOR INVESTIDO (R\$)
1. Paulistana	Barro Vermelho	LDR	47	129.963,00
2. Redenção do Gurguéia	Brejão	LDR	55	105.155,00
3. Queimada Nova	Jacu	LDR/abastecimento água	40	39.060,52
4. Amarante	Mimbó	Sist. abastecimento água	70	40.282,20
5. Esperantina	Olho d'Água dos Pretos	LDR	62	68.617,74
6. Queimada Nova	Pitombeira	LDR	6	48.876,30
7. Isaías Coelho	São Domingos	Casa de Mel	34	44.509,00
8. Campo Largo	Vila Carolina	Ab. água, poço e chafariz	58	21.865,21
TOTAL			372	498.328,97

Fonte: Gerência de Operações UT-PCPR.

Tabela 7 – Resumo das Atividades de Capacitação Desenvolvidas no Período de 2002-2007

ITEM	HISTÓRICO	Nº DE EVENTOS	Nº DE PARTICIPANTES	PARTICIPANTES
1	Oficinas e Seminários			
	Oficinas para discussão de projetos produtivos (2003)	12	420	Representantes de associações, beneficiários de projetos e técnicos
	Oficinas para mobilização para renovação de Conselhos do FUMAC (2003)	154	3.850	Lideranças comunitárias, sindicais, políticas e população em geral
	Oficinas de capacitação para implantação do FUMAC-P de Palmeiras	10	465	Lideranças comunitárias e técnicos locais
	Seminário Internacional para Desenvolvimento Rural Sustentável	01	295	Técnicos de ONGs, OGs, Conselheiros do FUMAC, representantes estrangeiros de projetos de desenvolvimento rural, IICA e outros
	Oficinas de intercâmbios	05	150	Conselheiros do FUMAC e lideranças comunitárias
	Seminários regionais sobre financiamentos multilaterais e avaliação do PCPR	06	394	Representantes de lideranças sindicais
	Seminário estadual sobre financiamentos multilaterais e consolidação da avaliação do PCPR	01	158	Representantes de lideranças sindicais, comunitárias e políticas
	Oficinas para discussão de projetos produtivos e socializar informações sobre objetivos e estratégias do PCPR	12	420	Representantes de lideranças sindicais, comunitárias e políticas
	Mobilização de lideranças políticas, sindicais e comunitárias para renovação de Conselhos do FUMAC	154	3.850	Lideranças políticas, sindicais e comunitárias
	Oficinas para capacitação de lideranças e renovação de Conselhos do FUMAC	154	7.750	lideranças políticas, sindicais, comunitárias e sociedade civil organizada
	Seminário Interestadual de Integração, Parcerias e Perspectivas de Acesso aos Mercados	01	400	Representantes de produtores comunitários, entidades financeiras, mercados, OGs, ONGs, universidades e lideranças políticas, sindicais, comunitárias e sociedade civil organizada
	Seminários para capacitação e socialização das normas e procedimentos operacionais do PCPR/INCRA/INTERPI	02	160	Produtores rurais assentados
	Oficina para capacitação de lideranças e assinatura de convênios	05	870	Lideranças comunitárias e locais
	Oficinas para reestruturação de Conselhos do FUMAC	05	175	Técnicos e representantes de associações comunitárias e conselhos municipais
	Seminário de Avaliação da Implementação de Projetos Produtivos	03	80	Técnicos e representantes de associações comunitárias e conselhos municipais
	Imersão/ capacitação técnica	03	244	Técnicos e produtores rurais dos assentamentos do PCF
	SUBTOTAL	528	19.681	
2	Cursos de Capacitação Oferecidos			
	I Curso de Formação de Multiplicadores	01	63	Técnicos de 15 ONGs, UT-PCPR e EMATER
	Curso sobre elaboração, monitoramento e avaliação de projetos produtivos no âmbito do PCPR	01	45	Técnicos governamentais e ONGs
	II Cursos de Capacitação para Conselheiros do FUMAC	26	1.170	Conselheiros do FUMAC e lideranças comunitárias
	II Curso para Formação de Multiplicadores	01	63	Técnicos de ONGs e OGs parceiros do PCPR
	Curso de Elaboração, Monitoramento e Avaliação de Projetos Produtivos e de Infraestrutura no Âmbito do PCPR	01	45	Técnicos da UT e parceiros
	SUBTOTAL	30	1.386	
	TOTAL GERAL	558	21.067	

Fonte: INFOPCPR.

Tabela 8 – Participação de Técnicos da UT/PCPR em Eventos de Capacitação/2007

EVENTO	Nº	LOCAL	DATA
1. VI Jornada Temática do Fórum "DRS Ações de Combate à Pobreza Rural": Metodologia para Avaliação de Impactos	01	Brasília-DF	8 a 19/04
2. Visita de intercâmbio de participantes do Seminário Interestadual de Integração, Parceria e Perspectivas de Acesso aos Mercados	05	Morro do Chapéu, Cocal e Parnaíba-PI	12 e 13/04
3. Reunião do Comitê do Projeto de Apicultura do Litoral Piauiense	01	Campo Maior e Piri-piri-PI	19 e 20/04
4. Seminário de Administração Financeira e Aquisição de Bens e Serviços	02	Brasília-DF	20 a 22/05
5. Seminário de Avaliação de Impactos de Programas de Desenvolvimento promovido pelo Banco Mundial e Reunião de Diretores dos PCPRs para discussão apresentação de propostas para implementação de projetos produtivos	04	Fortaleza-CE	14 a 18/05
6. Reunião c/ Associações sobre Gestão de Projetos Financiados pela UT do PCPR		Monsenhor Gil-PI	16/07
7. Assinatura de Acordo de Empréstimo c/ diretores das UTs do PCPR e discussão da implantação de projetos produtivos	01	Recife-PE	23 a 27/07
8. Reunião com Importadores Europeus e Banco Mundial	01	João Pessoa-PB	27/11
9. II Padremarcocultura, I Seminário de Produção Orgânica da Região do Alto Médio Canindé	01	Padre Marcos-PI	24/11
10. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	01	Valença-PI	22 e 23/11
11. Encontro e Debates dos PCPRs do Nordeste e Minas Gerais	03	São Luís-MA	03 a 06/1
12. Curso: As Diretrizes do Banco Mundial Aplicáveis na Aquisição de Bens	02	Brasília-DF	31/10 a 01/11
13. II Encontro Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais	01	Barras-PI	10 e 11/08
14. Encontro de apresentação do projeto "Nossa Cabra"	01	Novo Oriente-PI	29/09
15. Curso de Contabilidade Pública e Controle Interno		Teresina-PI	06/03
16. Encontro Regional de Gestores no âmbito do PCPR	02	João Pessoa-PB	05 a 08/12

Fonte: Coordenação de Capacitação UT - PCPR II.

Tabela 9 – Financiamento de Subprojetos em 2007 – Convênios PCPR/MDS

Nº DE ORD.	Nº DO CONV.	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	ASSOCIAÇÃO	PROJETO	Nº DE FAM.	VALOR TOTAL
001	019	Acauã	Perfeição	Assoc. Desenv. Com. Rural de Perfeição	Cisternas	60	74.666,40
002	020	Acauã	Perfeição	Assoc. Desenv. Com. Rural de Perfeição	Cisternas	60	74.666,40
003	005	Alagoinha do Piauí	Amarelo Ferrado I	Assoc. Agrop. de Peq. Prod. de Amarelo Ferrado I	Cisternas	50	62.222,00
004	006	Alagoinha do Piauí	Amarelo Ferrado I	Assoc. Agrop. de Peq. Prod. de Amarelo Ferrado I	Cisternas	50	62.222,00
005	001	Anísio de Abreu	Pov. Lagoado	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais da Com. do Povoado Lagoado	Cisternas	56	69.688,64
006	017	Assunção do Piauí	Sítio Velho	Assoc. dos Moradores da Localidade Sítio Velho	Cisternas	40	48.711,20
007	018	Assunção do Piauí	Sítio Velho	Assoc. dos Moradores da Localidade Sítio Velho	Cisternas	60	73.066,80
008	004	Bom Jesus	Viana	Assoc. dos Filhos e Amigos de Bom Jesus	Cisternas	30	37.333,20
009	052	Capitão Gervásio Oliveira	Largos	Assoc. de Desenv. Comunit. da Localidade Largos	Cisternas	16	20.151,04
010	027	Campo Alegre do Fidalgo	Barreiro Fechado	Assoc. Des. Com. de Barreiro Fechado de Campo Alegre Fidalgo	Cisternas	60	74.666,40
011	009	Caracol	Lagoinha	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais da Comunidade Lagoinha	Cisternas	50	62.222,00
012	010	Caracol	Lagoinha II	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais da Comunidade Lagoinha	Cisternas	50	62.222,00
013	014	Guaribas	Brejão	Assoc. dos Apic. e Peq. Produtores da Localidade Brejão	Cisternas	50	62.222,00
014	015	Guaribas	Brejão	Assoc. dos Apic. e Peq. Produtores da Localidade Brejão	Cisternas	50	62.222,00
015	046	Inhuma	Caldeirão do Saco	Assoc. C. de Mor. das Loc. Cal. do Saco, Aceiro, Caatinga do Sítio e Ema	Cisternas	46	56.017,88
016	050	Itaueira	Lagoa dos Cavalos	Assoc. Comunit. dos Trab. Rurais de Lagoa dos Cavalos	Cisternas	73	90.844,12
017	25	Jurema	Baixa Grande	Assoc. dos Peq. Prod. Rurais do Povoado Baixa Grande	Cisternas	70	87.110,80
018	002	Nazaré do Piauí	Malhada Grande	Assoc. de Produtores Rurais de Malhada Grande	Cisternas	50	62.222,20
019	003	Nazaré do Piauí	Malhada Grande	Assoc. de Produtores Rurais de Malhada Grande	Cisternas	40	49.799,84
020	007	Paulistana	Angical de Baixo	Assoc. de Desenv. Quilombola da Com. Angical de Baixo	Cisternas	60	74.666,40
021	008	Paulistana	Angical de Baixo	Assoc. de Desenv. Quilombola da Com. Angical de Baixo	Cisternas	60	74.666,40
022	016	Pavussu	Morrinho	Assoc. dos Produtores Rurais de Morrinho	Cisternas	60	74.666,40
023	024	Picos	Chapada do Fio	Assoc. Comunit. dos Peq. Prod. Rurais de Chapada do Fio	Cisternas	70	87.110,80
024	012	Piracuruca	Barroca	Assoc. dos Moradores do Bairro Barroca	Cisternas	40	49.777,60
025	011	Piracuruca	Barroca	Assoc. dos Moradores do Bairro Barroca	Cisternas	40	49.777,60
026	026	Piracuruca	Barroca	Assoc. dos Moradores do Bairro Barroca	Cisternas	40	49.777,60
027	013	Queimada Nova	Bom Princípio	Assoc. de Desenv. Rural de Bom Princípio	Cisternas	19	23.644,36
028	060	São José do Divino	Bairro Batoque	Assoc. dos Moradores do Bairro Batoque	Cisternas	40	50.377,60
TOTAL						1220	1.726.741,68

Fonte: MIS / CCPR – UT – PCPR.

ANEXO II

RESUMO DOS ESTUDOS DE AVALIAÇÃO RELEVANTES REALIZADOS NO PCPR II FASE I

1 ESTUDO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL-PCPR. ESTADOS: CEARÁ, PIAUÍ E RIO GRANDE DO NORTE (1993-2005)

1.1 Apresentação

O estudo teve como objetivo avaliar o impacto do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) e se baseou em dois exercícios complementares: 1) uma revisão crítica da literatura sobre o PCPR, incluindo todos os estudos realizados até o início de 2006; e 2) a realização de um novo estudo que utiliza o desenho “quase-experimental” e metodologia de análise apropriada para uma avaliação rigorosa dos efeitos diretos do PCPR sobre infraestrutura e dos impactos sobre saúde, capital físico e social, aspectos estes que não haviam sido analisados rigorosamente pelos estudos anteriores. Além disso, foi desenvolvida uma análise dos problemas comuns nas avaliações de impacto e uma classificação das metodologias de avaliação, que foi utilizada para analisar a literatura disponível e classificar cada conclusão destes estudos de acordo com a metodologia utilizada. Os resultados destes três exercícios são apresentados neste relatório.

O estudo compreende três capítulos e estão organizados da seguinte maneira: O Capítulo 1 analisa os problemas comuns nas avaliações de programas com especial ênfase nos estudos de impacto. Ele foi escrito para o público leigo em assuntos relacionados a metodologias de avaliação. Nesse capítulo é desenvolvida uma classificação das metodologias, que tem a função de analisar a literatura disponível de estudos sobre o PCPR e classificar cada conclusão baseada na metodologia utilizada. O Capítulo 2 avalia a literatura existente usando a classificação das metodologias do Capí-

tulo 1 e sumariza as conclusões que são apoiadas por metodologias apropriadas. O Capítulo 3 relata sobre os resultados do estudo de impacto realizado nos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte. Nesse capítulo a metodologia utilizada é apresentada em linguagem matemática, os dados e a transformação destes são também apresentados e discutidos os resultados sobre infraestrutura, saúde e capital físico e social.

O estudo foi elaborado sob a coordenação técnica de Hans Binswanger. A equipe de pesquisadores foi composta, em ordem alfabética do sobrenome por: Fátima Amazonas, Túlio Barbosa, Alberto Costa, Naércio Menezes, Elaine Pazello e Cláudia Romano. O estudo de impacto do PCPR, apresentado no Capítulo 3, foi financiado pelas Unidades Técnicas dos Projetos de Combate à Pobreza Rural dos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, via Contrato de Cooperação Técnica com o IICA e pelo Banco Mundial. Os estudos apresentados nos Capítulos 1 e 2 foram realizados como complementos ao estudo de impacto do PCPR e foram financiados pelo Banco Mundial.

Os autores deste relatório formaram a equipe que realizou esses estudos. Os dados utilizados no estudo de impacto foram coletados pela empresa de pesquisas de opinião Sensus, em setembro e outubro de 2005. As análises foram finalizadas no final de fevereiro de 2006 e uma versão resumida destas foi incluída em um capítulo sobre avaliações do Projeto para um livro sobre o PCPR. Este relatório apresenta de forma mais completa e detalhada os resultados do estudo. A intenção dos autores foi submeter a primeira versão do relatório a revisões críticas formais e, posteriormente, a publicação dos capítulos em revistas científicas, portanto seus resultados serão validados pela comunidade científica e estarão disponíveis ao público em geral.

1.2 Principais Resultados do Estudo

O estudo indica que desde seu início o Projeto de Combate à Pobreza Rural foi objeto de vários estudos e análises críticas, literatura que é discutida em detalhe no segundo capítulo do relatório. O estudo diz que a interação dialética entre as críticas e as avaliações contribuiu gradativamente para a melhoria do desenho e da implantação do Projeto que, progressivamente, incorporou as lições aprendidas. Essa literatura foi primeiramente resumida em um relatório elaborado por Johan Van Zyl, Loretta Sonn e Alberto Costa no ano de 2000. Este relatório também incluía uma discussão sobre a situação política e econômica do Nordeste, a história dos programas precursores do PCPR e a evolução do Projeto ao longo do tempo. O relatório concluiu que o Projeto: tinha uma boa focalização; foi capaz de construir infraestrutura de boa qualidade a custos baixos e que se mantinham funcionando após longo período; aumentou significativamente o capital social comunitário e municipal; e teve um impacto positivo sobre a saúde das populações beneficiadas devido à ênfase do Projeto em subprojetos de abastecimento de água. Também demonstrou que os subprojetos produtivos, como um todo, eram menos sustentáveis do que os de infraestrutura, mas indicou que, mesmo assim, tinham uma taxa de retorno positiva. No entanto, este relatório que contém ótima análise do PCPR nunca foi submetido a uma revisão crítica formal ou publicado e, portanto, seus resultados não foram referendados e permaneceram desconhecidos. Um ponto fraco do relatório é que não há informação sobre as metodologias utilizadas nos estudos que serviram como base das análises feitas.

Uma das maiores falhas na literatura sobre o PCPR, e que persistiu até este estudo, é a ausência de avaliações de impacto rigorosas, as quais poderiam fornecer dados confiáveis sobre o impacto econômico e social do Projeto. Portanto, no começo de 2005 iniciou-se uma série de novos estudos que serviriam justamente para complementar as informações que ainda não estavam disponíveis.

Desde 1993 o Projeto de Combate à Pobreza

Rural (PCPR) financiou mais de 50 mil subprojetos comunitários em aproximadamente 37 mil comunidades pobres rurais do Nordeste, utilizando a abordagem *Community Driven Development (CDD)*, em que as próprias comunidades solicitam, administram os recursos financeiros e a execução dos subprojetos. Esta abordagem CDD representou uma mudança radical em relação aos programas de desenvolvimento rural no Nordeste, inclusive os financiados anteriormente pelo Banco Mundial.

1.3 Resultados sobre Formação de Capital Social

O Estudo Quase-Experimental leva à conclusão de que o PCPR tem efetivamente gerado capital social nas comunidades rurais nordestinas. Todos os seus resultados indicam – de forma estatisticamente significativa e com alto grau de confiabilidade – que o PCPR tem um impacto imediato e intenso sobre a formação de capital social. Esse impacto deriva tanto da formação das associações como da execução dos subprojetos, mas a implantação de seus subprojetos produz o que se pode chamar de um *efeito de euforia* ou *exuberância* das atividades coletivas que consiste na intensificação destas atividades coletivas de colaboração local, das relações de cooperação entre as comunidades (ou suas entidades representativas) e entre elas e as estruturas locais de governos, que se revelou no fato de que o capital social cresceu mais, em pouco tempo, nas comunidades do ano de 2005 do que nas comunidades do ano de 2002. Durante este período de euforia, o ritmo de crescimento do capital social se acelera, depois dele esse ritmo diminui. Todavia, o capital social gerado sob seu estímulo não declina, nem sofre retrocessos. Ele continua a crescer depois da implantação do subprojeto, embora num ritmo mais lento.

O PCPR gera ou fortalece arranjos institucionais que desfrutam de elevada confiança e credibilidade nas comunidades rurais na medida em que efetivamente contribuem para a solução de problemas locais. O fortalecimento das associações comunitárias e sua participação em conselhos municipais estão amplamente associados ao

aumento da capacidade das comunidades rurais pobres de fazerem representar seus interesses, de exercerem controle social sobre os atos dos gestores municipais e de pressioná-los a darem respostas efetivas às demandas originadas nas comunidades. O PCPR é visto como responsável por tal reputação, pois a realização de um subprojeto comunitário escolhido e implementado pelos membros de uma associação comunitária é fator indispensável à credibilidade das associações comunitárias e à construção de um sentimento de confiança, entre a população pobre, de que ela seja capaz de protagonizar soluções para suas próprias dificuldades sem continuar a depender dos favores e benesses das elites locais e regionais.

Em função disto começa a existir nestas comunidades um potencial elevado e não utilizado de capital social. Todavia, em decorrência das restrições orçamentárias do PCPR e da escassez de outras políticas públicas que adotem a abordagem da orientação pela demanda comunitária, a partir de 1993, o Nordeste rural assistiu à constituição de uma ampla gama de novas instituições sociais que estão sendo subutilizadas. Não só poucas comunidades beneficiadas pelo PCPR conseguem obter um segundo subprojeto, como também há poucas políticas públicas que tenham efetivamente endossado a abordagem da orientação da tomada de decisões pela demanda e a participação comunitária. Isto limita o impacto que a intensa formação de capital social em nível comunitário venha a ter sobre os processos de governança local e gestão municipal.

Associações comunitárias – e os conselhos municipais em que participam majoritariamente – são capazes de representar apropriadamente os interesses das populações mais pobres, implantar eficientemente ações locais, fortalecer os laços horizontais de confiança, solidariedade e cooperação entre iguais, e impulsionar uma transformação democrática das relações verticais entre comunidades rurais pobres e o Estado, tradicionalmente marcadas pela intermediação das elites locais, pela constituição de laços de dependência e subordinação, profundamente hierarquizados entre essas elites e as populações pobres e pela captura da mai-

or parcela dos benefícios oriundos de políticas públicas por essas elites em detrimento das populações pobres, é como um mecanismo vicioso de reprodução de suas condições de pobreza. Elas são, portanto, capazes de levar à formação de elevados graus de capital social. Todavia continuam a serem utilizadas aquém de suas capacidades nos processos de gestão pública e governança local e, portanto, não surpreende que a dimensão mais afetada pelo esmorecimento do ritmo de crescimento do capital social após o *efeito de euforia*, causado pela implantação dos subprojetos do PCPR, seja a da participação civil e da cidadania.

Enfim, o Estudo Quase-Experimental demonstra que, entre os informantes local e municipal, prevalece uma avaliação extremamente positiva da influência dos processos de participação comunitária e civil sobre a gestão municipal, as parcerias entre o poder público e as comunidades, a publicidade dos atos dos gestores municipais e o controle social exercido sobre os mesmos. Tais percepções não impedem, contudo, que se considerem ainda tímidas a capacidade de resposta e o interesse em responder a demandas e cobranças comunitárias pelas autoridades municipais. Elas também não impedem que se perceba que a participação política e eleitoral das associações comunitárias e de suas lideranças permaneça limitada, ou seja, subestimada. Nem impedem que, de fato, os canais legalmente constituídos para a representação política continuem largamente inacessíveis a representantes legítimos das populações e comunidades rurais mais pobres. Combinadas essas percepções e esses dados reforçam a importância dos novos arranjos institucionais estimulados pelo PCPR (e, por conseguinte, dos estímulos carreados pelo PCPR e por políticas públicas com orientação similar) para promover a legítima representação dos interesses e a efetiva participação das populações rurais pobres em processos de tomada de decisão aos níveis local e municipal. Tem sido através desses arranjos que, no Nordeste rural, essas populações pobres vêm encontrando o melhor solo para desenvolverem seu capital social, ganharem con-

fiança em suas relações com o Estado e em sua capacidade enquanto protagonistas de processos de desenvolvimento local, capturarem uma parcela mais justa dos benefícios oriundos de políticas públicas e ampliem – através de uma participação comunitária e civil mais efetiva – sua influência sobre os processos de governança e gestão municipal. Confrontando séculos de uma tradição clientelista arraigada numa sociedade marcada por profundas diferenças sociais, econômicas e políticas que se reforçam mutuamente, é evidente que esses processos ainda não se completaram, mas mesmo os mais céticos dos estudiosos que no passado se debruçaram sobre a análise do impacto do PCPR na participação popular, na formação de capital social e no resgate da cidadania, enquanto fim e enquanto meio imprescindível à redução da pobreza, não se cegaram à constatação de ser este o caminho mais promissor – talvez, o único caminho.

1.4 Conclusões sobre Questões Metodológicas e Consistência do Estudo

Este relatório confirmou as conclusões principais do estudo de Johan Van Zyl et al. (2000), o mais abrangente estudo do PCPR anterior a este. O estudo aqui apresentado mostra de maneira rigorosa que o Projeto teve impacto significativo no acesso à água e eletricidade no Nordeste, que reduziu a mortalidade infantil e a incidência de várias doenças. Também concluiu que o Projeto tem um grande e sustentável impacto no capital social comunitário, o qual não teria sido criado na ausência do PCPR e que não diminuiu depois de implantados os subprojetos.

No entanto, alguns resultados continuam inconclusivos. Os resultados sugerem que o Projeto tem um impacto positivo na acumulação de capital físico dos beneficiários, mas os efeitos não são estatisticamente significativos. Como os dados sobre o perfil de entrada utilizados no estudo foram coletados via “recall”, isto é, nas entrevistas feitas em 2005 foram feitas perguntas sobre a situação em 2002, o impacto do PCPR sobre a renda não pôde ser medido. Em vez disso, o estudo analisou o impacto no capital físico acumulado.

No entanto, aumentos na renda de famílias pobres podem ser, em grande parte consumidos ao invés de investidos, portanto uma parte importante do efeito sobre a renda não pôde ser medido através do capital. Além disso, os impactos do Projeto sobre a saúde deveriam ser analisados novamente, baseados em observações diretas, pois os resultados deste estudo, que indicam efeitos positivos sobre mortalidade infantil e algumas doenças, foram baseados nas respostas de informantes qualificados e não em observações diretas.

Portanto, ainda é necessário realizar um estudo que possa medir o impacto sobre a renda e validar os resultados sobre a saúde. Os autores sugerem que se retorne, de preferência no segundo semestre de 2006, à mesma amostra utilizada no estudo da FECAMP realizado em 2005 (BUAINAIN; FONSECA, 2005b), o qual utilizou amostra de beneficiários e controle e coletou dados detalhados domiciliares, inclusive sobre renda, do período anterior à implantação dos subprojetos. Este estudo de impacto deveria incorporar o leque de metodologias disponíveis para corrigir o viés de seleção, incluindo “propensity-score matching” e o método de diferença-em-diferenças.

2 RELATÓRIO DE DESEMPENHO FÍSICO E REVISÃO DE MEIO TERMO DO PCPR/PI

2.1 Introdução

O presente Relatório atende à demanda de Consultoria formulada pela SEPLAN/UT-PCPR II no marco do compromisso contratual do Governo do Estado do Piauí com o Banco Mundial, no âmbito do Acordo de Empréstimo 46240-BR e foi conduzido em consonância com o Termo de Referência específico.

O trabalho ocorreu no âmbito do Programa de Cooperação Técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – PCT-IICA/SEPLAN-PCPR II do Estado do Piauí e foi conduzido pelo Instituto CIVITAS – Cidadania e Políticas Públicas de Teresina-PI, organização não governamental sem fins lucrativos, sediada em Teresina- Piauí,

que, para tanto, contou com uma equipe composta por 19 profissionais (1 Coordenador Geral, 5 Consultores, 12 pesquisadores de campo e 1 funcionário administrativo).

O Relatório foi elaborado objetivando fornecer elementos para o governo estadual, UT-PCPR e Banco Mundial, que permitam a identificação de experiências bem-sucedidas e de problemas de implantação, particularmente no que se refere às operações de financiamento feitas através dos conselhos municipais, a fim de recomendar modificações necessárias na metodologia e no desenho.

Por outro lado, o Relatório procura avaliar o sucesso dos investimentos financiados através do PCPR II no que se refere ao alcance dos objetivos específicos dos subprojetos e a qualidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade dos investimentos.

Por uma definição do Termo de Referência, o Relatório para Revisão de Meio Termo – RMT abarcou, a um só tempo, três estudos distintos, o que, de certo modo, dificultou sua execução no tempo delimitado de 90 dias. No bojo do trabalho foram realizados o RMT propriamente dito com uma abordagem sobre o desempenho do Projeto, o Estudo de Desempenho Físico – EDF com uma abordagem sobre o processo de execução dos Subprojetos e Estudos de Casos que focaram em comunidades específicas e o impacto dos subprojetos em suas vidas.

O processo de elaboração do relatório envolveu toda a equipe de consultores e combinou atividades de escritório onde se procedeu à leitura e análise de documentos institucionais (Manual de Operações, PAD, PIP, Relatórios de Execução, Processos referentes a convênios, dentre outros) e se discutiram e formularam instrumentais metodológicos com atividades de campo (entrevistas, reuniões, estudo de casos e pesquisa aplicada).

O Estudo de Desempenho Físico – EDF foi realizado por amostragem estatística, nos termos do TdR, resultando numa amostra composta por 40 Subprojetos (27 do tipo Infraestrutura, 8 do tipo Social e 5 do tipo Produtivo) em 37 municípios e contou com a participação de 12 profissionais organizados em seis equipes.

Os estudos de casos tiveram por objetivo avali-

ar com um maior grau de profundidade o desempenho dos subprojetos executados pelas associações comunitárias, bem como, sua importância na vida das comunidades, ao tempo em que buscou identificar aspectos relevantes (positivos ou negativos) no processo de implantação do PCPR II, no Estado do Piauí. Foram efetivados três estudos de casos em comunidades beneficiárias de projetos do PCPR, escolhidas aleatoriamente dentre o universo de beneficiários. Os estudos foram realizados nas comunidades São Benedito, município de Cocal; Paciência, município de Coivaras e Chapada dos Nunes, município de Tanque do Piauí.

Buscando ampliar a leitura sobre o desempenho do PCPR e sobre a percepção de setores da sociedade civil sobre a importância e a operacionalização do Projeto, foram mantidos diversos contatos com instituições e/ou pessoas físicas e representantes governamentais e não governamentais.

2.2 Resultados com Relação ao Relatório para Revisão de Meio Termo

Aspectos Positivos

- Compromisso institucional demonstrado pelo corpo técnico e administrativo da UT para com o Projeto, tem sido um fator determinante para o aperfeiçoamento e êxitos que se tem alcançado na implantação do PCPR no Piauí.
- A relativa transparência nas ações e a seriedade com que vem sendo operacionalizado é um fator que tem conferido uma marca de respeito e credibilidade ao PCPR perante toda a sociedade piauiense. Comunidades rurais, lideranças municipais, políticos de situação e oposição, imprensa, organizações não governamentais e segmentos de governo, em que pesem críticas pontuais, têm o PCPR como um Projeto sério, ágil e imprescindível para o Piauí no atual contexto histórico.
- A relação entre a UT e as lideranças comunitárias no que se refere ao acesso aos

gestores pelas lideranças comunitárias evoluiu, e hoje se dá de forma democrática e respeitosa. Nas palavras do Presidente do FUMAC do município de Cocal: *Hoje o presidente da associação é recebido como outras autoridades e não mais só através de lideranças políticas. A gente não fica mais esperando para no final não ser atendido.*

- As obras estão sendo executadas, na sua grande maioria, com material e acabamento de boa qualidade e os recursos aplicados conforme as normas estabelecidas. Tal condição se deve, em grande medida, à seriedade na gestão; eficiência da equipe de supervisão e a liberação parcelada dos recursos. Por outro lado, ainda que num patamar aquém do que se poderia esperar, a participação das comunidades na fiscalização das obras também tem contribuído para que os benefícios, efetivamente, cheguem até as populações carentes do Estado.
- O PCPR tem uma capilaridade que talvez nenhum outro ente governamental consegue ter presentemente. A “marca PCPR” é muito forte de norte a sul do Estado. Nas palavras de um ex-diretor: *O PCPR investe onde ninguém antes acreditou.* Refere-se o ex-gestor aos rincões de pobreza e miséria do Estado onde, em muitos casos, as obras do PCPR são o sinal mais marcante da presença governamental.
- Os Conselhos do FUMAC, com todas as limitações, são formados com a participação das organizações sociais e comunitárias presentes nos municípios. Na composição, estão presentes os diferentes grupos sociais e o poder político local. Boa parte mantém rotina de reuniões onde discutem, analisam e aprovam projetos. Diversos Conselheiros do FUMAC são respeitados pelo nível de consciência política que adquiriram como membros dos Con-

selhos. A reformulação da metodologia de composição, por sua vez, conferiu maior autonomia à sociedade civil na escolha de seus representantes e possibilitou maior diversidade de representação.

- As parcerias com outros segmentos de governo e entidades não governamentais têm proporcionado a constituição de arranjos institucionais intersetoriais que representam um avanço na dinâmica institucional. O Programa vem sendo solicitado por outras entidades como INCRA, por exemplo, como um ente executor por excelência. Ou seja, o PCPR vem sendo demandado não apenas porque dispõe de recursos para investimento, mas, sobretudo, pela sua capacidade em operacionalizar projetos comunitários com seriedade, competência e qualidade.

Fragilidades

- Instância máxima na hierarquia institucional do PCPR-PI, o Conselho Gestor não tem cumprido sua função, é tão somente um fórum de homologação de listas de sub-projetos encaminhadas pela UT, quando, pela sua natureza, deveria estar definindo as estratégias de implantação e gestão do Projeto. Conforme constatado, em diversas situações o Conselho aprova apenas intencionalidade de Projetos quando sequer existem as propostas ou ainda quando sequer foi feita visita prévia às referidas comunidades, etapa que antecede a formalização das propostas.
- Os Conselhos Municipais ainda são institucionalidades frágeis e enfrentam grandes dificuldades para desempenharem na plenitude seu papel, qual seja, de debater e formular políticas para o combate à pobreza e o desenvolvimento rural; assessorar as associações; acompanhar e monitorar a execução dos subprojetos. As dificuldades principais situam-se no campo da vinculação político-par-

tidária; fragilidade dos canais de comunicação com a UT; carência de processos continuados de capacitação e ausência total de meios e estrutura para o seu funcionamento, o que leva a uma total e, extremamente prejudicial, dependência do poder público local. Soma-se a isso que não tem sido dada, pela UT, a devida importância aos mesmos: “*somos reconhecidos mas não somos valorizados*” foi a frase recorrente na maioria dos Conselhos trabalhados. Em muitas situações, as definições e prioridades dos Conselhos são substituídas pela costura política na gestão do Projeto, levando-os ao total descrédito perante a sociedade local e, como consequência, sua desmobilização e enfraquecimento.

- Apesar de avanços pontuais, a formação de associações comunitárias ainda ocorre de forma deturpada, frágil. Muitas são formadas tão somente para acessar recursos do PCPR e em diversas situações são controladas por uma só família e dirigidas por membros que se articulam com lideranças políticas para atender a interesses específicos que muitas vezes vão de encontro às demandas das comunidades. Tais entidades, em verdade, são meramente homologatórias, sem poder de interferência crítica, reproduzindo práticas políticas arcaicas presentes nos municípios piauienses.
- A centralização da UT em Teresina é um fator limitante para uma maior democratização do acesso, agilidade, transparência e ampliação da participação dos Conselhos Municipais e Associações Comunitárias nas discussões e decisões inerentes ao Projeto, além do que, favorece as práticas de intermediação que ainda persistem no dia-a-dia do Projeto, seja de lideranças políticas, elaboradores de projetos ou de construtores.
- A formulação dos subprojetos apresenta-

das e cadastradas na UT são, em grande número, sofríveis sobre todos os aspectos, principalmente no que se refere a falhas estruturais na sua formulação. Como em muitos casos a Diretoria Executiva tem autorizado o cadastramento, gera-se um trabalho redobrado para a equipe de análise que, em muitos casos, praticamente refaz toda a proposta. O cadastramento de subprojetos com pendências ou mal elaborados é um fator de tensão e estrangulamento operacional do Projeto que precisa ser revisto.

- Pelo limitado volume de recursos para atender a demanda existente; limitada estrutura operacional da UT, não é razoável o PCPR atuar em 221 municípios do estado. Tal situação gera uma expectativa muito grande nas comunidades quanto ao atendimento de suas demandas e, não ocorrendo, gera por sua vez, uma frustração e desmobilização social mais nociva do que se não houvesse se criado a expectativa de atendimento.
- A alocação de contrapartidas pelas Prefeituras Municipais, que no caso do PCPR-PI equivale a 17,5% do valor dos Subprojetos, vem se constituindo num ponto de estrangulamento operacional na implantação do Projeto. Muitos convênios sofrem atrasos substanciais na sua execução em decorrência da demora na alocação das contrapartidas pelas Prefeituras.
- O sistema de planejamento da UT tem sido um componente limitante a um processo eficiente de gestão. As iniciativas de planejamento institucional esbarram na definição política da Diretoria Executiva e do próprio Governo e não tem tido continuidade, gerando entraves na rotina da UT, insatisfações e frustração na equipe, além do que, torna a UT “objeto” e não “sujeito” de sua realidade. Agindo sem uma ação planejada, balizada por estratégias

claramente definidas o risco de se transformar num “balcão de negociações políticas” são consideráveis.

- Consequência direta do item anterior, os procedimentos administrativos e financeiros ainda são pontos nevrálgicos na implantação do Projeto. São comuns os atrasos na liberação das parcelas referentes aos Convênios contratados, gerando insatisfações diversas.

Recomendações

- Urge a implantação de um programa continuado de capacitação dos Conselhos Municipais, Associações Comunitárias e da equipe técnica da UT, objetivando a qualificação do capital humano e social dos atores envolvidos com as ações do Projeto. Em outra frente, se faz necessário dar continuidade à qualificação de elaboradores de Projetos, sejam eles técnicos governamentais, como o EMATER, ou técnicos de ONGs. A capacitação precisa ser definitivamente encarada pela UT como investimento e não tão somente como custo operacional.
- Manutenção e ampliação das parcerias e arranjos institucionais com setores governamentais e não governamentais como formas de ampliar e otimizar investimentos, dinamizar e aperfeiçoar continuamente a implantação de subprojetos e a funcionalidade dos Conselhos Municipais e Associações Comunitárias. As parcerias financeiras, por sua vez, poderão superar as limitações impostas pela não alocação de contrapartidas por muitas Prefeituras Municipais.
- Na perspectiva de aperfeiçoamento das ações do PCPR, além de capacitação, se faz necessário que sejam garantidas as condições mínimas de funcionalidade aos Conselhos Municipais do FUMAC, sem o que continuarão tutelados pelo poder político local e limitados na sua ação. Para

tanto, sugeriu-se a definição de um percentual de recursos destinado aos Conselhos sobre cada subprojeto financiado em suas áreas de atuação.

2.3 Resultados com Relação ao Estudo de Desempenho Físico – EDF

Aspectos Positivos

- Mais de 80% dos subprojetos concluídos e operando normalmente.
- 94% dos subprojetos estão adequadamente localizados no ambiente da comunidade.
- 91% dos subprojetos atendendo plenamente aos associados da Associação solicitante.
- 78% dos subprojetos estendem sua abrangência a outros moradores da comunidade, não associados.
- 31% dos subprojetos expandem sua cobertura a moradores de comunidades vizinhas.
- Custo médio dos subprojetos de R\$ 45.000,00, compatível com o padrão estabelecido de R\$ 75.000,00.
- Custo médio por família de R\$ 912,00 abaixo de alguns indicativos como o que se adota para subprojetos de eletrificação, que é de R\$ 1.650,00.
- Atuação criteriosa da equipe de análise resultando em revisão de orçamentos, para menor, em 65% dos casos.
- 82% dos subprojetos, com qualidade do material utilizado variando de bom a excelente.
- 81% dos subprojetos com a qualidade do acabamento das obras variando de bom a excelente.
- 87% dos subprojetos com coparticipação da comunidade no fornecimento de mão-de-obra.
- 80% dos subprojetos com funcionamento variando entre ininterrupto e raramente interrompido.

- 90% dos subprojetos resultaram em melhorias das condições de vida das famílias beneficiárias.

Aspectos Negativos, Limites e Desafios

- O processamento técnico-burocrático da UT-PCPR ainda é aparentemente lento em termos de tempo decorrido para a tramitação dos subprojetos desde a recepção da proposta, análise, aprovação até a liberação da primeira parcela dos recursos dos subprojetos que giram em torno de quatro meses, em média.
- Falta ou descumprimento de um regulamento geral ou, ainda, persistência de práticas de favorecimento no que diz respeito ao tempo de processamento técnico-burocrático interno na UT-PCPR (recepção, análise, aprovação e autorização da primeira liberação). Constatam-se processamentos permeando todo o espectro de tempo/calendário: semanal, quinzenal, mensal, trimestral, semestral e até anual! Ou seja, têm-se subprojetos que tramitam desde sua apresentação até aprovação em tempo recorde de uma semana, enquanto outros cumpriram um período de 12 meses para serem concluídos, o que, convenhamos, não há explicação plausível para tamanha diferença. Isso sem relacionar os subprojetos cuja 1ª parcela foi liberada antes mesmo da aprovação pelo Conselho Gestor.
- Subprojetos operando deficientemente (10%), não operando (5%) e até abandonados (2,5%), numa situação comprometedora dos investimentos realizados.
- Existência de subprojetos com capacidade ociosa, abaixo da capacidade instalada (8,0%).
- Disputas político-partidárias inviabilizando o correto funcionamento de subprojetos, em detrimento da necessidade e do interesse maior da população (caso de dois Postos de Saúde).
- Nível incipiente de capacitação/treinamento de pessoal local voltado à correta operação/manutenção/reparo de subprojetos.
- Baixa capacidade dos subprojetos em gerar ocupação e renda para as famílias beneficiárias;
- Fragilidade das Associações Comunitárias em assumir seu protagonismo social, o que, por sua vez, revela a secundarização por parte da UT dos processos de capacitação.
- Persistência do fator político-partidário na ação das Associações, motivando a exclusão de famílias dos benefícios de subprojetos.
- Inexistência de uma política institucional voltada para a conscientização ambiental mensurável através da adoção de medidas de proteção ao meio ambiente, pertinentes aos subprojetos.
- Aprovação de subprojeto desvinculado do contexto local (implantação de fossas sépticas em comunidade onde a água, até para consumo humano, é de difícil obtenção).
- Elevado grau de desinformação geral e específica sobre os subprojetos, demonstrando pouco envolvimento dos beneficiários nas fases de discussão e priorização de demandas que ficam na alçada das lideranças locais e suas articulações político-partidárias.
- Elevado grau de desinformação geral e específica relativa aos subprojetos, de parte dos gestores governamentais e não governamentais residentes na sede dos municípios, o que é sugestivo da existência de frágeis processos de integração e de envolvimento com as respectivas Associações, particularmente nos municípios do FUMAC.
- Apropriação/guarda/controle de objeto do subprojeto (trator agrícola) por lideranças da Associação inibindo o seu uso por parte de outros beneficiários.

2.4 Resultados dos Estudos de Caso

Aspectos positivos

- De um modo geral, o PCPR II é bastante conhecido e valorado pelas comunidades, sua marca é muito forte no imaginário das pessoas com as quais a equipe manteve contato, muito embora alguns ainda façam trocadilhos com o seu antecessor PAPP, ainda muito presente no imaginário das comunidades rurais, pelo que fez, e, pelas mazelas que o caracterizaram.
- Nas comunidades objeto desse estudo, as pessoas não se referem à obra como um feito de tal governo “*tal obra foi feita pelo governo tal*”, dizem “*tal obra foi feita, pelo PCPR, no governo tal*” fato que verificou-se com maior intensidade na Comunidade Paciência, em Coivaras. Por sua vez, essa constatação mostra a força do que chamamos “marca PCPR”, ainda mais se considerarmos que as campanhas de divulgação institucional têm sido quase inexistentes.
- Verificam-se alguns avanços na participação da comunidade no processo de discussão nos diferentes estágios do subprojeto com mais clareza na comunidade São Benedito, em Cocal.

Fragilidades

- Vale ressaltar que no Piauí a organização social ainda se encontra num patamar de organização e articulação muito aquém de outras regiões do país onde se verifica uma ação fiscalizatória, afirmativa e propositiva de grande relevância. Muito embora existam algumas organizações históricas que no passado já foram referência no processo de organização das comunidades, por razões diversas vivem hoje um processo de grande limitação financeira, esvaziamento e crise de identidade.
- Por outro lado, as agências públicas cria-

das para apoiar as comunidades rurais estão mal aparelhadas, desatualizadas e, muito pouco conseguem realizar em prol de um processo organizativo do meio rural, consequência direta de sucessivos governos que relegaram o desenvolvimento rural a um plano secundário, mesmo ante a importância desse segmento para a economia do Estado.

- Percebe-se nas comunidades de Coivaras e São Benedito que os subprojetos implantados geraram melhorias importantes na condição de vida das famílias. Água e Energia são dois serviços básicos que ainda estão longe do horizonte de muitas comunidades rurais piauienses, segmento esse onde o PCPR tem desempenhado um papel deveras importante. Já no caso de Tanque do Piauí a situação é de grande descrença e desmotivação da comunidade para com o subprojeto, a ponto de não realizar nenhum esforço para fazer que o mesmo funcione. Em Tanque do Piauí, pelos relatos de alguns moradores, o subprojeto foi implantado mais em função da vontade de um vereador local do que por uma necessidade sentida pelo coletivo da população, que não participou do processo de discussão e priorização e não vê o subprojeto como algo pertencente ao coletivo da comunidade.
- É fato que os subprojetos implantados em Paciência e São Benedito geraram melhorias substanciais na vida das comunidades, mas não foram capazes de alterar a condição de vida das famílias, na sua essência. A população, muito embora agora tenha água de boa qualidade e energia em suas casas, bens de grande importância para uma vida com um mínimo de conforto, e bases estratégicas para um processo sustentado de desenvolvimento local permanece num patamar de renda sofrível.
- Em todos os casos estudados, a Assistên-

cia Técnica foi de Empresas. Constatamos no conjunto deste trabalho que, a empresa que elabora o Projeto Técnico, acaba sendo a que executa a obra. No caso específico deste estudo, as comunidades pouco participaram do processo de discussão sobre o conteúdo das propostas dos subprojetos e sua viabilidade. O contato com as empresas foi realizado pelas lideranças da Associação que apenas comunicaram posteriormente o encaminhamento do subprojeto ao PCPR II e sua posterior aprovação.

- Os Conselhos Municipais do FUMAC de Tanque do Piauí e Cocal, em maior ou menor intensidade têm prestado apoio e assessoria às comunidades, todavia, ainda, de forma tímida e limitada. Em geral, os conselhos dependem do apoio das Prefeituras para quase tudo que fazem, desde viabilizar transporte dos conselheiros para visitas às comunidades rurais, até a reprodução de documentos, espaço de reunião, dentre outras demandas. As Prefeituras, por sua vez, concedem tal apoio quando lhes é conveniente; quando a maioria do Conselho lhe é favorável; ou ainda, quando tem interesse em alguma comunidade; não é um apoio institucionalizado, concedido indistintamente. Tal situação gera uma nefasta dependência e vinculação da maioria dos Conselhos ao poder local.
- Embora reconheçam que houve avanços, com uma relativa diminuição da interferência política de Prefeitos junto ao PCPR II, as comunidades e os conselhos apontam ainda esse componente como elemento dificultador para uma ação mais isenta do Projeto.
- A gestão (operação e a manutenção) revela-se um componente de grande fragilidade dos subprojetos e um dos principais gargalos a ser superado na ação do PCPR II, particularmente no caso dos subproje-

tos produtivos. Referido gargalo é consequência direta da fragilidade organizacional e gerencial das associações comunitárias e de um erro estratégico de gestão da UT-PCPR, que tem secundarizado, e, muito pouco investido em processos continuados de capacitação de conselhos e associações, na perspectiva de gerar competência local, ao tempo em que assegura as ferramentas para uma gestão eficiente e uma ação pró-ativa e emancipatória das comunidades.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A equipe de consultores conclui que a execução física das obras do PCPR II evoluiu substancialmente, se comparada com seus antecessores, particularmente, o PAPP. De um modo geral, as obras são executadas a contento, de acordo com o projeto técnico aprovado. Em grande parte, isso se deve ao trabalho de supervisão, que, no aspecto de fiscalização das obras físicas, evoluiu e, é um dos aspectos mais destacados como positivo na execução do Projeto.
- Por outro lado, entendemos que existem dois pontos de inflexão na operacionalização do Projeto: a) o processo inicial de discussão, priorização de demandas (desde as associações até os Conselhos do FUMAC) e b) o monitoramento pós-implantação dos subprojetos.
- Em razão da fragilidade organizacional das comunidades rurais, com raras e honrosas exceções, o que se percebe é que quem concebe as propostas de subprojetos são lideranças políticas e seus aliados nas comunidades, em geral, uma família local influente. A comunidade pouco participa das discussões, e, muito menos, decide sobre qual subprojeto é mais adequado em determinado contexto da vida comunitária, atribuição que

fica mais na alçada das lideranças. É assim, que alguns subprojetos, ao invés de beneficiarem a comunidade, acabam privilegiando algumas famílias. Em duas das três comunidades objeto deste estudo, tal fato foi claramente percebido, em que pese estarem as obras concluídas e algumas delas beneficiando a coletividade. Tal situação também foi verificada em outras circunstâncias, como na realização do Estudo de Desempenho Físico – EDF.

- A questão do monitoramento pós-implantação está relacionada com o “*Ciclo dos Subprojetos do PCPR*”. Pelo desenho atual do Projeto, o Ciclo termina com o recebimento da obra e a prestação de contas por parte da Associação. Não se previu nenhuma ação de monitoramento pós-implantação dos subprojetos, o que está gerando focos preocupantes de insucessos pós-implantação. Ou seja, em muitos casos, joga-se no colo das comunidades um subprojeto sem que lhe seja dado nenhum elemento para que possa geri-lo com eficiência, eficácia e efetividade. Tal fato revela também a fragilidade do componente Desenvolvimento Institucional, secundarizado, até então, pela UT, inobstante sua importância estratégica para o sucesso do Projeto.
- O caso de Chapada dos Nunes é emblemático. Construiu-se uma Casa de Farinha num padrão diferente daquele adotado pela comunidade desde seus mais remotos ancestrais, e, não houve a preocupação de capacitar a comunidade, quer no aspecto gerencial, quer no domínio da tecnologia de processamento da farinha e manuseio dos equipamentos. É óbvio que um subprojeto desse está fadado ao fracasso. Experiências passadas ainda ecoam nos verdadeiros “*Cemitérios de Projetos Comunitários*”, insepultos pelos quatro cantos do Esta-

do. Não é razoável, que ainda sejam repetidas falhas primárias na execução de estratégias que se pretendem promotoras de um modelo de desenvolvimento sustentado de comunidades rurais.

- Concluímos, finalmente, que é chegada a hora de um salto qualitativo na execução do PCPR II no Piauí. E esse salto está diretamente ligado ao empoderamento das comunidades rurais, suas instâncias representativas e conselhos municipais, que precisam ser estimulados a assumir seu protagonismo social. Para tanto, se requer que a UT-PCPR evolua na sua visão ainda muito influenciada pelas forças políticas e focada em números (valor investido, nº de projetos financiados, nº de famílias beneficiadas e nº de municípios atendidos) para um olhar mais sistêmico que, passa sim pelas forças políticas, pelos números, mas que requer, por outro lado, a construção de bases sólidas de organização social e gestão associativa, sem o que, os números muito pouco representarão na mudança estrutural da realidade rural do estado.
- É preciso que se entenda e internalize, definitivamente, que o bem estar e a inclusão social dependem, em grande parte, das motivações humanas; dos processos de formação e capacitação pessoal e profissional continuados; do acesso à informação e da forma como o tecido social se organiza e se articula na perspectiva de ampliar a consciência coletiva. O financiamento de subprojetos comunitários descolados dessa premissa poderá eventualmente, melhorar as condições de vida das famílias beneficiárias, todavia, não mudará o contexto mais geral da realidade rural piauiense.
- O contexto que pontifica sobre os demais é o da validade indiscutível e do valor imprescindível dos subprojetos do PCPR, como fatores geradores de benefícios e

de ativação das potencialidades adormecidas nas comunidades onde tais benefícios são implantados, variando desde a conquista de bens tangíveis e/ou mensuráveis (água potável, energia, salubridade, dentre outros) até a de valores abstratos, não mensuráveis, de ordem psicossocial (elevação da autoestima, do sentimento de cidadania etc.).

- As dificuldades, aspectos negativos em maior ou menor intensidade, existem e foram detectados e relacionados no contexto geral deste estudo, todavia, são, na maior parte, senão na totalidade, passíveis de serem minimizados, alguns quiçá erradicados em definitivo. A determinação política da UT-PCPR, Conselhos do FUMAC, gestores públicos, associações comunitárias e sociedade civil organizada é que irão determinar a velocidade e a intensidade com que isso ocorrerá.
- Por outro lado, é preciso levar em conta que a comunidade rural piauiense foi demasiadamente abandonada, por séculos. O próprio modelo brasileiro de desenvolvimento adotado desde meados da década de 30 é poderosamente urbanizante. Esvaziou de tal modo o contexto rural, que sua população perdeu até mesmo o senso de cidadania e o de merecimento. Reconhecemos, contudo, que este contexto está passando por um processo de reestruturação, de cujo processo o PCPR II – os seus subprojetos direcionados às comunidades carentes – é coparticipante e, no caso piauiense, uma das principais ferramentas.
- Não obstante as deficiências localizadas e alguns aspectos considerados problemáticos, o que prevalece ao final deste estudo é o conjunto dos aspectos positivos e alinhados – seja na sua expressão quantitativa, seja no seu significado qualitativo – levam a conclusão que o desempenho físico dos subprojetos implantados pelo

PCPR II, até então, resulta **exitoso**, revelando indicadores identificáveis com o padrão esperado pelo arcabouço normativo que o fundamenta.



Francisco Batista Pontes

Engenheiro Agrônomo, Especialista em Gestão Social.

CONSELHOS MUNICIPAIS DO FUMAC – MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL NA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DO PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL – PCPR II NO ESTADO DO PIAUÍ

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ficou estabelecida a perspectiva do controle social das Políticas Públicas no Brasil através da descentralização e da participação da sociedade civil organizada. Com essa finalidade, vários mecanismos de controle social estão disponibilizados e sendo utilizados, como Ministério Público, Tribunal de Contas, Ação Popular, Sindicatos, dentre outros não menos importantes. Com esse objetivo, os Conselhos se constituíram numa das ferramentas mais importantes, por serem mecanismos institucionalizados, assim sendo, podendo deliberar em todas as fases de implementação das políticas públicas, passando a se configurar como espaços para a articulação entre o governo e a sociedade.

Conforme o Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD), a sua estratégia de intervenção para assistência ao Brasil tem como objetivo primordial o desenvolvimento de ações que visam ao enfrentamento dos desafios

para a redução da pobreza. Com essa finalidade, e no caso específico das regiões menos desenvolvidas do Brasil como o Nordeste, está financiando o Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR II, tendo como foco principal a implementação de suas ações de forma descentralizada, sendo os Conselhos Municipais do Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC a principal ferramenta para o controle social das ações do Projeto e a busca constante pelo aprimoramento do processo participativo das comunidades potencialmente beneficiárias do referido Projeto.

No Estado do Piauí, o referido Projeto vem se desenvolvendo, e para cumprimento desse processo de descentralização já foram instalados 190 Conselhos Municipais do FUMAC e FUMAC-Piloto, que serão objeto deste estudo.

Este artigo trata da atuação e da importância dos referidos Conselhos na condução das ações do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR II. Para isto, tomaram-se como base experiências vivenciadas como membro da equipe técnica do Pro-

jeto, estudo crítico das informações disponibilizadas em documentos e relatórios produzidos pelo Banco Mundial, instituição financiadora do Projeto, e também documentos da Unidade Técnica de Coordenação do Projeto no Estado do Piauí, outros documentos disponíveis, acesso à internet e informações colhidas da equipe técnica do Projeto no Estado.

Trata-se, portanto, de um estudo cujos limites estão em poder retratar fielmente o papel desempenhado pelos Conselhos Municipais do FUMAC no Estado do Piauí, suas limitações e avanços na busca do aperfeiçoamento do processo participativo das comunidades beneficiárias e a efetividade no controle social das ações nos municípios onde estão inseridos. Registra-se como grande dificuldade a pouca produção de estudos específicos sobre a forma de atuação e desempenho dos referidos Conselhos.

Objetivando uma melhor compreensão do estudo, este foi sistematizado e estruturado contemplando inicialmente informações sobre o PCPR II, no que diz respeito a sua estrutura, operacionalização e estratégia de descentralização. Em seguida, apresenta algumas reflexões sobre os Conselhos Municipais como mecanismos de controle social, antecedendo a apresentação da realidade dos Conselhos Municipais do FUMAC quanto a estrutura, atribuições e características desses, bem como sua atuação no contexto da realidade piauiense.

Com o intuito de que este trabalho possa contribuir para o aprimoramento das ações do PCPR II, expõem-se nas considerações finais algumas ideias de natureza avaliativa e propositiva fundadas no mais elevado espírito de compromisso com uma sociedade mais democrática.

1 O PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL – PCPR II NO ESTADO DO PIAUÍ

1.1 Base Legal – Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial

O Estado do Piauí, através da Secretaria do Planejamento, contraiu o empréstimo de nº 4.624-BR com o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) no valor de US\$ 22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares), conforme acordo de empréstimo

assinado entre o Estado do Piauí e o referido Banco em 21 de março de 2002, tendo como fiador a República Federativa do Brasil. O valor total do projeto é de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares), incluindo a contrapartida do Estado e das comunidades beneficiadas, que é de US\$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil dólares).

O empréstimo tem como objetivo implementar o Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí – PCPR II (Fase I), tendo como área de atuação 221 municípios do Estado, com exceção apenas da capital Teresina, sendo que a atuação prioritária foi prevista para os 122 municípios do Estado com Índice de Desenvolvimento Humano – IDH no intervalo de 0,478 a 0,590, conforme dados do IBGE (2000), considerados os mais baixos em relação aos demais.

O período de execução do PCPR II para o Estado do Piauí, previsto inicialmente para 2002 a 2006, foi prorrogado para ter o seu término em janeiro de 2007. Tem como meta de atendimento 81.100 famílias, ou seja, 408.000 pessoas, observando que 35% desse total devam ser mulheres. Deverá atingir 221 municípios do Estado do Piauí. É recomendado que, do volume total dos recursos do Projeto, 90% (US\$ 27.000.000,00) sejam aplicados exclusivamente em financiamento de subprojetos comunitários, beneficiando um total de 1.296 associações comunitárias através de 1.320 subprojetos comunitários.

1.2 Operacionalização

O projeto é composto por três componentes básicos descritos no Manual de Operações do PCPR II, sendo: Subprojetos Comunitários, Desenvolvimento Institucional e Administração do Projeto. O primeiro componente são os subprojetos comunitários, divide-se em três linhas de ação: Programa de Apoio Comunitário – PAC, Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC e Fundo Municipal de Apoio Comunitário-Piloto – FUMAC-P.

O PAC é um programa de financiamento de subprojetos comunitários em que todo o processo é realizado pela associação/comunidade, encaminhando os subprojetos à Unidade Técnica de Coordenação do Projeto, que se responsabiliza pela análise, aprovação, liberação dos recursos e o acompanhamento e supervisão dos subprojetos. No caso do FUMAC, difere do PAC basicamente pelo fato de

que a aprovação, priorização dos subprojetos e encaminhamento à Unidade Técnica de Coordenação do Projeto são feitos através dos Conselhos Municipais do FUMAC, que também têm responsabilidades no processo de acompanhamento e supervisão dos mesmos. Em ambos os casos, os recursos dos subprojetos conveniados são transferidos diretamente para as contas das associações beneficiadas. E como última linha de ação do componente subprojetos comunitários tem-se o FUMAC-P, que é uma etapa experimental e ampliada no sentido da descentralização. Difere do FUMAC pelo fato de os recursos financeiros serem administrados diretamente pelos Conselhos Municipais do FUMAC-P, sendo manejados os recursos por meio de convênio entre a Unidade Técnica de Coordenação do Projeto e o Conselho Municipal do FUMAC-P e convênios celebrados, entre este e as associações beneficiadas.

O componente Desenvolvimento Institucional é responsável pela capacitação, treinamentos, realização de seminários e intercâmbios, assistência técnica, consultorias para as associações, Conselhos Municipais do FUMAC e FUMAC-P e técnicos envolvidos no Programa. Tem como outra responsabilidade a provisão de assistência técnica para áreas de reforma institucional, administrativa e financeira do Estado.

Por último, os componentes Administração, Supervisão, Monitoramento e Avaliação do Projeto cuidam da operacionalização da Unidade Técnica de Coordenação do Projeto, Sistema Informatizado de Monitoria, Divulgação e Informação, Supervisão do Projeto e Estudos de Avaliação de Desempenho Físico e Impacto.

A implementação do Projeto realiza-se através da Unidade Técnica de Coordenação do PCPR –

UT-PCPR, vinculada à Secretaria Estadual do Planejamento, que tem a prerrogativa para coordenar todo o processo de execução, monitoramento e avaliação das ações do Projeto ao longo da sua execução, que se iniciou no período de 2002 a 2005, concluído em janeiro de 2007, como informado anteriormente.

O Projeto tem como objetivo maior apoiar a luta na busca da redução da pobreza no Estado do Piauí, com prioridade para as famílias do meio rural, através de estímulo ao financiamento não reembolsável de subprojetos comunitários nas categorias de infraestrutura, produtivos e sociais e, principalmente, a descentralização decisória para contribuir com o fortalecimento organizacional e participação das comunidades beneficiárias em todo o processo. E para implementar ainda mais a experiência da descentralização que já vem sendo vivenciada desde 1993 com o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP reformulado, o Banco Mundial sugere na implementação dos PCPRs o fortalecimento do mecanismo dos Conselhos Municipais do FUMAC, prevendo no plano de trabalho para o exercício do PCPR II (2002 a 2006) a implementação/funcionamento de 155 Conselhos Municipais do FUMAC (acumulado) e 10 Conselhos Municipais do FUMAC-Piloto (acumulado) no Estado do Piauí, os quais constituem a base para a elaboração do presente artigo.

Até novembro de 2006, conforme dados da Unidade Técnica de Coordenação do Projeto no Estado do Piauí, já foram financiados 1.179 subprojetos comunitários como demonstrado na Tabela 1, atingindo 81,31% da meta estipulada no Plano de Implementação do Projeto e beneficiando 76.728 famílias, representando 94,50% do número estabelecido.

Tabela 1 – Subprojetos liberados por categoria/tipo

CATEGORIA/TIPO DE SUBPROJETO	NÚMERO DE SUBPROJETOS LIBERADOS	(%)	NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS	VALOR DOS RECURSOS APLICADOS (R\$1,00)
Infraestrutura	930	78,9	60.715	54.526.728,78
Produtivo	130	11,0	7.202	6.074.377,43
Social	119	10,1	8.811	8.818.766,55
TOTAL	1.179	-	76.728	69.419.872,76

Fonte: Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II no Estado do Piauí.

A implementação dos subprojetos se deu na sua quase totalidade na área de atuação dos 190 Conselhos (sendo 187 do FUMAC e 3 do FUMAC-P), os quais receberam 88,7% do total de subprojetos liberados, enquanto os 31 municípios do PAC responderam por apenas 11,3% do total de subprojetos liberados, correspondendo a 133 subprojetos, demonstrando assim a importância desses Conselhos como instrumentos de apoio à viabilização dos subprojetos para os municípios onde estão inseridos.

Com referência ao exposto, não se pode afirmar que somente o desempenho dos referidos Conselhos seja determinante para um maior ou menor número de subprojetos comunitários liberados por município, existindo outros fatores que, de forma direta ou indireta, também contribuíram para esta situação. A dificuldade na viabilização da contrapartida financeira de 17,5% ao valor total de cada subprojeto, conforme normas do PCPR II, seria também um dos fatores, assim reve-

lam componentes da equipe técnica do Projeto. A carência de pessoal técnico capacitado e disponível em nível local para o apoio, devido às tarefas viabilizadoras dos subprojetos comunitários, e a indefinição por parte da Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II de um indicativo financeiro anual para cada município, possibilitando um melhor planejamento das atividades dos Conselhos Municipais do FUMAC, também são tidos como determinantes. Registre-se, ainda, que as questões políticas locais sejam também outro fator que interfere decisivamente para a melhoria ou não do desempenho do PCPR II nos municípios, dentre outros não menos importantes.

Do total de subprojetos comunitários liberados até novembro de 2006 (1.179), foram beneficiados 205 municípios, que representam 92,76% da meta inicial de 221 municípios a serem atingidos. A Tabela 2 demonstra o número médio de subprojetos liberados por municípios.

Tabela 2 – Número médio de subprojetos liberados por município

NÚMERO DE SUBPROJETOS LIBERADOS POR MUNICÍPIO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	(%)
• Municípios beneficiados com mais de 15 subprojetos	10	4,50
• Municípios beneficiados com 11 a 15 subprojetos	17	7,66
• Municípios beneficiados com 6 a 10 subprojetos	59	26,58
• Municípios beneficiados com 2 a 5 subprojetos	88	39,64
• Municípios beneficiados com somente 1 subprojeto	31	13,96
• Municípios não beneficiados com subprojetos	17	7,66
TOTAL	222*	100,00

Fonte: Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II no Estado do Piauí.

*Acrescido de um município ao total de 221 planejados inicialmente, que teve sua emancipação após início do Projeto.

1.3 Processo de Descentralização

A partir da reformulação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, desencadeada em 1993 e também através de experiência-piloto desenvolvida entre 1985 e 1992 pelo componente de Projeto Apoio às Pequenas Comunidades Rurais – APCR, o Banco Mundial vem desenvolvendo esforços em conjunto com os Estados do Nordeste do Brasil beneficiados com Projetos de Redução da Pobreza Rural, com o propósito de implementar estratégias descentralizadas de operacionalização destes Projetos. Segundo o próprio Banco Mundial, um

dado que reforça esta tese é de que atualmente na implementação dos PCPRs, de forma descentralizada no Nordeste do Brasil, existem implantados e em funcionamento 1.505 Conselhos Municipais do FUMAC nos 1.686 municípios da citada região.

Referindo-se a esta estratégia de descentralização do Projeto recomendada pelo Banco Mundial, até novembro de 2006 o PCPR II no Estado do Piauí conta com 190 Conselhos implantados, sendo 187 do FUMAC e 3 do FUMAC-P, observando-se que a meta inicial de implantação de 155 Conselhos Municipais do FUMAC foi ultrapassada, enquanto a do

FUMAC-P não foi atingida, e os três Conselhos implantados foram retirados pela direção do Projeto, com alegação de dificuldades operacionais dos mesmos. Os Conselhos de alguma maneira estão funcionando, mesmo que de forma precária, devido ao estágio final do Projeto e também pela falta de acompanhamento e apoio por parte da própria Unidade Técnica de Coordenação do Projeto. Os mandatos

de todos os conselheiros foram prorrogados através de ato da direção do Projeto, propondo a retomada dos trabalhos, conforme normas regimentais, na segunda fase do PCPR II prevista para o início do ano de 2007. A Tabela 3 demonstra a evolução do processo de implantação dos Conselhos Municipais do FUMAC no Estado do Piauí, conforme ano/período de constituição dos mesmos.

Tabela 3 – Constituição dos Conselhos Municipais do FUMAC no Estado do Piauí conforme a data (ano/período)

PERÍODO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUMAC	NÚMERO DE CONSELHOS INSTALADOS	(%)
1997 a 2001	132	69,5
2002 (início do PCPR II)	56	29,5
2003 a 2006	02	1,0
TOTAL	190*	100,0

Fonte: Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II no Estado do Piauí.
* Inclui os três Conselhos Municipais do FUMAC-P implantados e já retirados.

2 CONSELHOS MUNICIPAIS COMO MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL

A forma de “Conselho” utilizada na gestão pública não é nova na história. Alguns pesquisadores afirmam que os Conselhos são uma invenção tão antiga quanto a própria democracia participativa. Em Portugal, entre os séculos XII e XV, foram criados “Conselhos” municipais como forma político-administrativa em relação a sua colônia. Entretanto, os Conselhos que se tornaram famosos na história foram: a Comuna de Paris, os Conselhos dos Sovietes Russos, os Conselhos Operários de Turim e alguns Conselhos na Alemanha nos anos de 1920, Conselhos na antiga Iugoslávia nos anos de 1950 e Conselhos atuais na democracia americana. (GOHN, 2003).

Ainda conforme Gohn (2003), no Brasil, a esse respeito, podem-se diferenciar três tipos de Conselhos no século XX: os criados pelo próprio poder Executivo, para medir suas relações com os movimentos populares, a exemplo dos Conselhos comunitários para atuar juntos à administração municipal no final dos anos de 1970; os populares construídos pelos setores organizados da sociedade, que foram sugeridos pelos setores da esquerda ou de oposição ao re-

gime militar e surgiram com papéis diversos, tendo como núcleo central de discussão a questão da participação popular. Dois exemplos marcantes desse tipo de conselho foram o Conselho Popular de Campinas – SP, no início de 1980, e o Conselho da Zona Leste de São Paulo, criado em 1976; e por último, os Conselhos institucionalizados, com possibilidade de participar da gestão dos negócios públicos criados por leis originárias do poder Legislativo, tendo-se, nos Conselhos previstos em lei orgânica municipal de São Paulo e nos Conselhos gestores institucionalizados setoriais, exemplos desse tipo de Conselho da época.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, adotou-se no Brasil uma perspectiva favorável à democracia representativa e participativa, incorporando na gestão das políticas públicas a participação das comunidades beneficiárias. Diversos mecanismos vêm sendo utilizados como meio de controle social, tendo como estratégia básica a fiscalização das ações de políticas públicas, mas como o papel dos Conselhos é muito amplo, visa também indicar os caminhos, propor idéias e promover a participação efetiva das comunidades nas decisões de cunho público. Existem outros mecanismos de controle social à disposição da sociedade além dos Conselhos, como

Ministério Público, Tribunal de Contas, além do monitoramento autônomo que pode ser feito através de organizações não governamentais, sindicatos e outros. Destaque-se que os Conselhos se configuram como espaços públicos para a articulação da sociedade com os governos, sendo estes mecanismos institucionalizados para possibilitar a participação em todo o processo e deliberar sobre este.

Em seu trabalho “Conselhos Além dos Limites”, Abramovay (2001) afirma que a profusão de conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático. Não há estudo sobre o tema que não enfatize a precariedade da participação social nestas novas organizações e sua tão frequente submissão a poderes locais dominantes. Mas é praticamente unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os Conselhos encerram. Se eles tendem muitas vezes a reproduzir um ambiente social avesso à ampla discussão dos assuntos públicos, não é menos certo que sua simples existência abre caminho para a entrada na vida dos indivíduos e dos grupos organizados de temas até então ausentes.

Afirma ainda o referido autor que a alocação de recursos governamentais por parte de representações que extrapolam o círculo da política profissional não tem por si só o condão de alterar o cotidiano de qualquer organização ou localidade; os conselheiros podem ser mal informados, pouco representativos, indicados pelos que controlam a vida social da organização ou localidade em questão, mal preparados para o exercício de suas funções ou, o que parece tão frequente, uma mistura de cada um destes elementos. Mas o simples fato de existirem Conselhos abre o caminho para que se amplie o círculo social em que se operam as discussões sobre o uso dos recursos públicos.

Segundo informações do Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2001), existiam, em 1999, quase 27 mil Conselhos, numa média de 4,9 por município, destacando que 99% dos municípios brasileiros têm Conselhos de saúde, 91% de educação e de assistência e ação social e 71% de crianças e adolescentes.

Em referência ao exposto, Sales (2005) afirma que no Brasil criam-se Conselhos para tudo: definição, implementação, monitoramento e avaliação de

políticas, programas e projetos. Alguns são criados a toque de caixa, apenas para atender a exigências meramente burocráticas. Em pequenos municípios é comum que as mesmas pessoas façam parte de vários Conselhos, sem conhecer seu significado, sem ter uma preparação em gestão de políticas públicas, sem serem indicadas pelas bases sociais das organizações. A esses representantes se diz que os Conselhos são muito importantes e que, pela lei, dispõem de muito poder, uma vez que, na prática, não existem os mecanismos para realizar tudo que prega o discurso conselhistas. Essa vulgarização dos Conselhos está causando um certo desengano de conselheiros e uma espécie de desmoralização dos Conselhos, situação esta que vem ocorrendo com alguns Conselhos Municipais no Estado do Piauí, conforme estudos realizados.

Acrescenta, ainda, a suposição de que a origem desses problemas e também as soluções possíveis estão no modo de organização e no modo de gestão da sociedade. Por isso, convém que os conselheiros não se limitem a lidar apenas com a legislação e o regimento interno dos Conselhos, sem se preocuparem em contribuir para o modelo de sociedade que facilite a conquista dos direitos que têm obrigação de defender e tentar consagrá-los. Por isso, os conselheiros precisam estar permanentemente informados sobre o contexto de interesses, tanto para entendê-lo, como para ter clareza a respeito de quais interesses e direitos pretendem ver concretizados e quais interesses e privilégios pretendem ver limitados.

Sales (2005) destaca ainda que é oportuno explicitar o que se entende por participação, uma vez que esta palavra foi muito utilizada indevidamente por ditaduras militares, governos populistas, tecnocratas e organizações governamentais e civis de diferentes orientações ideológicas. Participar é ter poder de definir os fins e meios de uma prática social, entretanto, não se tem no Brasil muita tradição de vivência democrática nas diferentes instâncias, e sendo assim, a participação seria mais bem traduzida como uma estratégia/pedagogia para aprender a ter poder, a se fazer levar em consideração, a fazer valer a importância econômica, política e cultural das pessoas que estejam participando de um determinado processo social. Neste sentido, participação é ir de-

finindo e redefinindo permanentemente os fins e os meios das práticas sociais que estejam sendo desenvolvidas.

Concluindo, afirma que participação é, portanto, a aprendizagem do exercício de poder em todos os momentos e lugares em que se esteja vivendo e atuando. Não sendo adequado identificar a participação simplesmente com a fala ou presença em reuniões, consultas e planejamento comunitário, votação em assembleias e outras formas usadas. Contrariamente ao que às vezes se pensa, participação é algo que está extremamente relacionado com disciplina, definição de responsabilidades e criação de mecanismos para garantir a realização das decisões tomadas.

Em relação ao exposto, em um estudo encomendado pelo Banco Mundial e realizado por Costa (2005), foi enfatizada a preocupação com as questões da participação, da descentralização dos processos de tomada de decisão e do empoderamento das comunidades rurais. Isso devido à longa tradição de dependência das populações rurais pobres em relação às elites locais, dos baixos níveis de capital cultural e de organização comunitária, da falta de uma tradição de cidadania, da desconfiança dessas populações com relação ao Estado e da conhecida habilidade das elites locais e regionais para capturarem os benefícios decorrentes dos investimentos governamentais e de ainda controlarem os arranjos institucionais.

3 OS CONSELHOS MUNICIPAIS DO FUMAC (Institucionalização, Atribuições, Participação das Mulheres, Capacitação e Regimento)

3.1 Institucionalização

Conforme o Manual de Operação do PCPR, os Conselhos Municipais do FUMAC e do FUMAC-P poderão ter sua origem em iniciativas de segmentos organizados da sociedade local, e, para tal, serão organizados nos moldes de uma associação sem fins lucrativos ou podem ser originados também através de atos do Poder Executivo municipal, com ou sem a aprovação do Legislativo municipal. Assim, é requerido ao Conselho total autonomia no exercício do seu papel, respeito às atribuições, composição, critérios e procedimentos exigidos pelo PCPR.

Quando criados através de lei municipal, como é o caso dos três Conselhos do FUMAC-Piloto dos municípios de Caxingó, Campo Grande e Palmeirais, podem ser alocados recursos de contrapartida através do orçamento municipal. Nesse caso, o Conselho goza de status legal que permite a este receber e aplicar recursos financeiros de origem pública, o que não ocorre aos demais 187 Conselhos Municipais do FUMAC existentes no Estado do Piauí, todos criados através de decreto do Poder Executivo local.

Quanto à composição dos Conselhos Municipais do FUMAC, o número de membros varia entre os municípios, mas a recomendação do Manual de Operação estabelece que os Conselhos devam contar com 9 a 15 componentes, número considerado razoável para um funcionamento eficiente e também garantir o grau necessário de representatividade. A Tabela 4 revela a situação atual dos Conselhos Municipais do FUMAC e FUMAC-P, quanto ao número de componentes.

Tabela 4 – Demonstrativo do quadro de Conselhos Municipais do FUMAC e FUMAC-P quanto ao número de componentes

NÚMERO DE COMPONENTES DOS CONSELHOS	NÚMERO DE CONSELHOS EXISTENTES	(%)
09	31	16,3
10	36	18,9
11	26	13,7
12	37	19,5
13	25	13,2
14	20	10,5
15	07	3,7
Acima de 15	08	4,2
TOTAL	190	100,0

Fonte: Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II no Estado do Piauí.

O perfil de representatividade recomendado para os membros participantes dos Conselhos Municipais do FUMAC é de no mínimo 80% de representantes dos beneficiários (associações, sindicatos de trabalhadores rurais, igrejas e outras organizações da sociedade civil) e no máximo 20% de representantes dos poderes públicos locais, que em geral faz parte a representação das Prefeituras Municipais e das Câmaras de Vereadores. No caso específico do representante do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí – EMATER, apesar de fazer parte do Conselho, não tem direito a voto, mas somente à voz, conforme determina o regimento interno dos Conselhos Municipais do FUMAC. Em alguns casos, o Ministério Público participa. Onde for necessária a ampliação do número de participantes dos poderes públicos para uma melhor representatividade das instituições públicas, isso poderá ser feito, mas estes representantes (em número acima dos 20%) não terão direito a voto.

3.2 Atribuições

Conforme o Manual de Operações do PCPR II, os Conselhos Municipais do FUMAC possuem as seguintes atribuições:

Promover a divulgação do PCPR no município; informar e esclarecer sobre diretrizes, critérios, regras e procedimentos operacionais do PCPR; prestar orientação técnica às associações para elaboração dos subprojetos; receber e analisar os subprojetos, selecionando os que estejam dentro das regras do PCPR e, através do voto de maioria de seus membros, analisar, priorizar e decidir sobre aprovação ou rejeição; enviar à UT-PCPR os subprojetos aprovados para que esta proceda a sua análise e providencie os convênios e os respectivos repasses dos recursos financeiros às associações beneficiadas.

Esses convênios são firmados diretamente entre a UT-PCPR e as associações beneficiadas, podendo existir os convênios tripartite, quando a Prefeitura Municipal faz alocação de recursos financeiros como contrapartida, mas todos os recursos são repassados diretamente da UT-PCPR para as associações beneficiadas; no caso do FUMAC-P, o Conselho elaborará inicialmente um Plano Operativo Anual – POA, que será um desdobramento do Plano

Plurianual de Investimentos, elaborado de maneira participativa, em consulta à sociedade, quando serão identificadas as necessidades de investimentos e alocados os recursos. Sendo aprovado o POA pela Unidade Técnica de Coordenação do Projeto, automaticamente estarão aprovados os subprojetos, e o Conselho Municipal do FUMAC-P firmará os convênios com as associações beneficiadas e o repasse dos recursos diretamente à associação. Para tanto, o Conselho deverá manter um sistema adequado de contabilização e controle dos recursos recebidos e aplicados; monitorar e supervisionar a implementação dos subprojetos aprovados, e acompanhados em conjunto com os comitês de acompanhamento, as obras e serviços financiados; avaliar e acompanhar junto com a UT o desempenho do FUMAC no município; prestar contas à UT do PCPR II dos recursos recebidos e aplicados.

Uma atribuição substantiva dos Conselhos Municipais do FUMAC é servir como fórum para discussão e eventuais contribuições para decisões sobre o desenvolvimento municipal sustentado. Nesse sentido, deverão implementar formas alternativas e viáveis de colaboração e participação de outros conselhos existentes nos municípios, de tal forma a se transformarem em Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentado, através dos quais a integração entre os programas e projetos setoriais possa ocorrer. A Unidade Técnica de Coordenação do Projeto deverá estimular esse tipo de desenvolvimento.

Em referência ao seu Relatório de Avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural (2006), o Banco Mundial constatou que, embora reconhecidos como de muita importância, os Conselhos Municipais do FUMAC estariam padecendo da falta de uma visão mais ampla do desenvolvimento do município e de todas as comunidades. Nesta linha, ganha força à recomendação de redução a um conselho de desenvolvimento municipal, com perfil de representação e escopo de ações ampliadas, exatamente como o que vem ocorrendo em alguns Estados na primeira fase do PCPR II, como Sergipe e Ceará, com a participação de outros Conselhos eventualmente existentes no município. É, portanto, um objetivo explícito a ser alcançado na segunda fase do PCPR II em todos os Estados, no caso do Piauí, iniciada em 2007.

Constata-se também que, no levantamento de dados de campo no Estado do Piauí, em 36% dos municípios os Conselhos Municipais do FUMAC já operam com essa concepção, envolvendo outros programas nos níveis federal, estadual e municipal, como exemplos o Programa de Crédito Fundiário e o PRONAF, com resultados bastante auspiciosos.

Sugestão mais recente e que vem sendo analisada, informa o estudo, é que organismos internacionais de cooperação como o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA defendem a necessidade de abordagem territorial com a criação de novos níveis de decisão nos âmbitos territorial, regional e estadual, reservando aos Conselhos Municipais do FUMAC somente a ação local e suas decisões referidas aos níveis mais altos.

3.3 Participação das Mulheres (Questão de Gênero)

O Banco Mundial tem destacado a importância da questão de gênero para as regiões e países onde atua, para isso, vem desenvolvendo estudos sobre o tema, e na revisão desses estudos em 2001 reconhece que a igualdade de gênero é elemento importante para o aumento do bem-estar econômico e social, como também para a redução da pobreza.

Recomenda ainda como agência para o desenvolvimento, apesar dos avanços significativos, quanto à reforma da estrutura jurídica e política ligada à igualdade de gênero, que o Brasil deverá voltar-se agora para alteração de papéis e expectativas sociais a respeito de papéis feminino e masculino, de modo que as mulheres e os homens possam usufruir de oportunidades iguais a elas e a eles oferecidas por legislação e por políticas governamentais.

Na visão do Banco, é importante que as estratégias para a redução da pobreza diminuam as barreiras e

atendam às necessidades das mulheres pobres nas diversas áreas. No caso particular das mulheres pobres da zona rural que enfrentam maiores dificuldades em relação às demais mulheres, como demonstra o estudo realizado pelo Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento – CIID/IDRC, uma amostra de mulheres da zona rural do Nordeste do Brasil indicou que essas trabalham mais horas que os homens. Portanto, são mais vulneráveis aos riscos de saúde, pois além dos afazeres domésticos elas também trabalham na lavoura, exigindo assim esforços em demasia e ainda são reconhecidas apenas como domésticas, denotando a situação de alto risco dessas mulheres.

Por essa razão, para implementação de Projetos de Combate à Pobreza Rural, no caso específico do Estado do Piauí – PCPR II, o Banco Mundial recomenda e estimula que um percentual de 35% das pessoas beneficiárias sejam mulheres, buscando assim reverter essa desigualdade de gênero existente, ainda muito forte, bem como fortalecer o processo organizacional dessas mulheres. Não foi possível obter dados precisos com relação ao alcance deste percentual em relação as 76.788 famílias já beneficiadas até o presente. As Tabelas 5 e 6 demonstram que na realidade do Estado do Piauí ainda é muito baixa a participação das mulheres na composição dos Conselhos Municipais do FUMAC e também na presidência dos mesmos, entendendo-se como razoável o estabelecimento de quotas para as mulheres na composição dos Conselhos como forma de minimizar esta desigualdade. Não diferentemente, a presidência das associações na maioria é exercida pelos homens, bastando analisar os dados da Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II demonstrando que, das 1.026 associações beneficiadas com subprojetos no período de 2002 a 2006, apenas 187 tinham mulheres na presidência, o que representa 18,2 % do total de associações beneficiadas.

Tabela 5 – Demonstrativo da presidência dos Conselhos Municipais do FUMAC no Estado do Piauí, conforme o gênero

PRESIDÊNCIA DOS CONSELHOS CONFORME O GÊNERO	NÚMERO DE CONSELHOS	(%)
• Conselhos presididos por mulheres	26	13,68
• Conselhos presididos por homens	164	86,32
TOTAL	190	100,0

Fonte: Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II no Estado do Piauí.

Tabela 6 – Demonstrativo dos Conselhos Municipais do FUMAC no Estado do Piauí, conforme a participação das mulheres na sua composição (titular)

REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS	NÚMERO DE CONSELHOS	(%)
• Conselhos que não possuem nenhuma mulher na sua composição (titular)	21	11,1
• Conselhos que possuem pelo menos uma mulher na sua composição (titular)	169	88,9
TOTAL	190	100,0

Fonte: Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II no Estado do Piauí.

3.4 Capacitação

O processo de capacitação dos Conselhos ao longo da execução do PCPR II (2002-2006) ficou restrito basicamente à realização de oficinas com duração de dois dias (16 horas/atividades), com objetivo de renovação desses Conselhos. Para o desenvolvimento deste trabalho a UT-PCPR II efetivou parcerias com diversas instituições governamentais e não governamentais que deslocaram técnicos de suas equipes para tal finalidade. Quanto às oficinas, num primeiro momento tinham como objetivo a garantia de uma maior participação dos diversos atores e a transparência em todo o processo, bem como a representatividade na composição dos Conselhos. Com essa finalidade eram feitas às mobilizações, que se consistiam na informação e preparação dos diversos segmentos do município de alguma forma envolvidos com as atividades do Projeto, momento esse no qual eram encaminhadas todas as ações formais normativas. Num segundo momento, eram realizadas as plenárias com todas as entidades e também eram eleitas (os) a (o) presidente e secretária (o) do Conselho.

Nas plenárias foram repassadas informações gerais sobre o Projeto PCPR II, esclarecimentos e discussão sobre o papel do Conselho e dos conselheiros, avaliação da atuação do Conselho, destacando pontos fortes, pontos fracos e sugestões para o seu aprimoramento, processo de composição do Conselho e, finalmente, a escolha da(o) presidente e secretária(o), com uma avaliação final do evento. Nesse período foram realizados 80 eventos com esta finalidade, envolvendo 4.190 participantes entre conselheiros, lideranças comunitárias, técnicos, dentre outros, segundo dados da UT-PCPR II. Foram também realizados 26 cursos de capacitação de conselheiros sobre procedimentos operacionais do PCPR,

envolvendo 338 conselheiros e 832 lideranças comunitárias e técnicos locais e um intercâmbio para troca de experiência, com a participação de 5 Conselhos e um total de 150 participantes entre conselheiros e lideranças comunitárias.

O resultado alcançado no processo de capacitação de Conselhos Municipais do FUMAC e também das associações comunitárias foi muito aquém das metas inicialmente planejadas no Plano de Implementação do Projeto, bem como das necessidades dos Conselhos, sendo motivo constante de reclamação, não somente destes, mas também de técnicos da própria Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II. Pôde-se observar que este componente estratégico não tem sido tratado com a importância merecida para implementação do PCPR II. Resultado direto dessa fragilidade no processo de capacitação dos Conselhos e associações é que, com raras exceções, estes continuam ainda fragilizados e desinformados dos procedimentos operacionais do Projeto, tornando-os com maior facilidade reféns dos arranjos políticos locais e mantendo-os sob tutela permanente, e ainda mais pelo agravante da perda da identidade e da postura passiva.

Na atual situação, dificilmente os Conselhos poderão adquirir postura independente e de protagonistas sociais e contribuir para o desenvolvimento local sustentável, assim revela o Relatório de Revisão de Meio Termo do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Piauí, realizado pelo Instituto Civitas (2004).

Como afirma Sales (2005), para realizar suas funções os Conselhos, de modo geral, precisam ter uma capacitação pedagógica que seja orgânica, participativa, prazerosa e alimentadora da prática. Será orgânica se levar em conta a realidade em que

os conselheiros e as pessoas com quem trabalham estão inseridas, podendo então estabelecer um intercâmbio de conhecimentos e práticas. Será participativa se forem definidos e redefinidos conjuntamente pelos participantes do processo os objetivos, metodologia e forma de gestão. A capacitação será então prazerosa, se, além de vivenciar outras dimensões, tiver o cuidado com a leveza e beleza do processo e, por último, será alimentadora de prática se as discussões e todo o processo vivenciado levarem em consideração os resultados pretendidos na atuação.

Ressalta-se que o processo de capacitação que é desenvolvido no Estado do Piauí para os Conselhos Municipais do FUMAC não vem observando procedimentos recomendados no Plano de Implementação do Projeto, concorrendo assim para a fragilidade desses, sendo este o pensamento de pessoas envolvidas neste processo, incluindo técnicos da UT- PCPR II e de avaliações realizadas.

3.5 Regimento Interno

Os Conselhos Municipais do FUMAC são regulamentados por um Regimento Interno que trata da sua finalidade, composição, competência, reuniões e sanções previstas. É aprovado em assembleia. Discorre ainda sobre o processo de renovação do mandato dos conselheiros, atribuições da (o) presidente, da (o) secretária (o) e dos conselheiros em geral.

Conforme o Regimento, o Conselho Municipal do FUMAC é uma organização sem fins lucrativos, que tem como finalidade servir de mecanismo institucional especializado para a implementação das ações do PCPR II na linha de ação do FUMAC.

4 ATUAÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DO FUMAC NO ESTADO DO PIAUÍ

Tendo como eixo estratégico principal do Projeto a descentralização das ações, essa é buscada e incentivada através da participação dos beneficiários em todo o processo decisório, que vai desde a discussão inicial sobre as demandas, a implementação dos subprojetos comunitários e gestão pelas próprias comunidades indo até ao processo avaliativo, incentivado através do aumento do número de municípios participantes do FUMAC e FUMAC-P, e consequen-

temente a diminuição dos municípios do PAC. Assim, durante a implementação do Projeto será sempre possível alterar a lista dos municípios selecionados pela ascensão PAC>FUMAC>FUMAC-P ou por desativação de municípios.

O critério básico para permanência ou ascensão de um município será seu desempenho, e adicionalmente no caso de ascensão a demonstração da existência das condições objetivas para implementação das atividades. Como critério básico para desativar as ações num município, será a constatada inviabilidade de contornar ou resolver problemas inerentes ao fraco desempenho, detectado através do baixo nível de participação das comunidades, inobservância dos critérios e diretrizes básicas do Projeto. Dado ao caráter experimental do FUMAC-P sua expansão será atentamente observada na execução do PCPR II, sendo que para um município do FUMAC ser transformado em FUMAC-P o seu desempenho será aferido pelos critérios de permanência no FUMAC. Assim serão incluídos primeiro os municípios que tiveram maior nível de participação das famílias, legitimidade das demandas, do efetivo cofinanciamento por parte das associações beneficiárias (contrapartida de 10% do valor total do subprojeto em serviços) e da participação/interesse dos poderes públicos municipais no funcionamento dos Conselhos.

Sob certas circunstâncias, um município inicialmente participante do PAC poderá ser graduado diretamente para o FUMAC-P. Neste caso a Unidade Técnica de Coordenação do Projeto deverá demonstrar que o desempenho do PAC no município superou qualitativamente e quantitativamente as metas de permanência e que exista um grande interesse dos poderes públicos locais, das comunidades do município potencialmente beneficiárias, e o interesse das organizações da sociedade civil local em assumir decisões participativas e a evidência de que o Conselho terá condições de administrar recursos financeiros do Projeto destinados ao município.

O Relatório para Revisão de Meio Termo, Instituto Civitas (2004), confirma que os Conselhos Municipais do FUMAC materializam a presença do PCPR nos municípios e representam o foco principal da operacionalização do projeto no Estado do Piauí,

não obstante os mesmos serem unânimes em reivindicar um melhor apoio da Unidade Técnica de Coordenação do Projeto para que possam desenvolver suas atribuições.

Informa, ainda, que sempre os aportes de alguns recursos para o funcionamento dos conselhos são feitos pelas Prefeituras Municipais, que sempre reivindicam para si o “controle” destes. Segundo depoimento de técnicos da própria Unidade Técnica de Coordenação do Projeto e de membros dos conselhos municipais do FUMAC, a interferência de lideranças políticas locais descaracteriza os Conselhos porque lhes tiram a autonomia e independência na sua ação.

O referido relatório também destaca que a partir de 2003 houve uma substancial mudança no perfil dos Conselhos, quando um número significativo de

representantes de sindicatos, associações e entidades da sociedade civil assumiram a presidência e secretaria do Conselho, minimizando a interferência do poder público no processo de escolha dos conselheiros. Anteriormente a esta data, basicamente todos os presidentes dos Conselhos existentes eram representantes do poder público local, mais especificamente das Prefeituras Municipais.

Por outro lado, observando a Tabela 7, vê-se que ainda é baixo o número de representantes das associações comunitárias rurais que exercem o cargo de presidente dos Conselhos, chegando a 31,05% do total. Eles são eleitos pelas próprias comunidades, configurando mesmo assim que a gestão participativa com representatividade e legitimidade é perfeitamente possível.

Tabela 7 – Demonstrativo da presidência dos Conselhos Municipais do FUMAC por instituição a que pertence/representa

INSTITUIÇÃO A QUAL O PRESIDENTE DO CONSELHO REPRESENTA/PERTENCE	NÚMERO DE CONSELHOS	(%)
• Prefeitura Municipal	80	42,10
• Associação Comunitária	59	31,05
• Sindicato dos Trabalhadores Rurais	24	12,63
• Igrejas (católica/evangélica)	16	8,42
• Câmara de Vereadores	10	5,26
• Outras (representação da sociedade civil organizada)	01	0,54
TOTAL	190	100,0

Fonte: Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II no Estado do Piauí.

Um outro avanço observado também a partir de 2003 foi a representação das associações comunitárias nos Conselhos, que deixou de ser apenas da comunidade e passou a ser de uma região do município. A regionalização dos municípios realizou-se em assembleias das entidades que compunham as plenárias de renovação dos Conselhos. A partir dessa definição, cada região elegeu uma associação comunitária para representá-la em uma miniplenária.

Conforme relato de técnicos que compõem a equipe da Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II no Estado do Piauí, essa metodologia conferiu mais legitimidade ao processo, na medida em

que permitiu que todas as associações, indistintamente, e todas as regiões tivessem possibilidade de participação e decisão na composição dos Conselhos e que nenhuma região ficasse sem representação no Conselho, fato que anteriormente ocorria com frequência. Por outro lado, destaca-se também como ponto positivo no processo a diminuição, sobremaneira, da interferência excessiva dos gestores públicos locais, principalmente na indicação de representantes das associações comunitárias para composição dos Conselhos. Essa mudança trouxe também algum efeito negativo para os Conselhos, pois algumas Prefeituras Municipais que perderam o poder

de mando e decisão na composição dos Conselhos deixaram de fornecer apoio e logística aos Conselhos anteriormente disponibilizados.

Com respeito ao apoio financeiro para a operacionalização dos Conselhos Municipais do FUMAC, a Unidade Técnica de Coordenação do Projeto, até então, não tem definida uma estratégia de garantir sua independência, mobilidade, funcionalidade e autonomia.

No Relatório Final de Avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR II (2006), realizado conjuntamente para os Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, o Banco Mundial enfatiza que a maioria dos estudos, recentemente realizados, indicam que o PCPR II tem um impacto intenso, positivo e sustentável sobre o capital social e constatam, em particular, que o tipo de arranjo institucional estabelecido pelo PCPR II estimula o controle social sobre o poder público, minimiza a interferência política e leva, por conseguinte, a uma maior responsabilidade do setor público na gestão dos recursos investidos localmente. O efeito positivo do PCPR II sobre as relações de cooperação entre comunidades rurais e destas com o setor público gerou novas formas de governança municipal, e estes processos ajudam a estabelecer mecanismos pelos quais as comunidades tenham maior participação e controle das ações do Estado, diminuindo a interferência e influência de atores políticos e da elite interessada em práticas de dependência política, e estimulam a transparência das decisões e difusão de informação.

A esse respeito, o relatório destaca, ainda, que tais procedimentos acontecem tanto em nível comunitário, através das associações comunitárias, como em nível municipal, por meio dos Conselhos Municipais do FUMAC, evidenciando ainda, com a expansão e consolidação da experiência com o mecanismo dos Conselhos Municipais do FUMAC, resultados mais auspiciosos e que relacionam o PCPR II com o incremento da participação comunitária e a formação de capital social foram identificados. Contudo, desde o final da década de 1990, e em consequência do aprofundamento das pesquisas de campo e simultaneamente à ampliação da abrangência de estratégias ainda mais descentralizadas de implementação do PCPR II, um novo

paradigma analítico vem emergindo, se consolidando e derrubando um a um seus postulados teóricos do ceticismo inicial à medida que multiplica as indicações de que a participação popular, empoderamento comunitário, representação legítima e protagonismo efetivo das comunidades rurais pobres no atendimento de suas necessidades coletivas ou, em uma palavra, capital social, vêm sendo efetivamente gerados, fortalecidos e empregados nos contextos de implantação dos subprojetos do PCPR II.

Como reflexo da generalização e consolidação da experiência com os Conselhos Municipais do FUMAC, estudo de Van Zyl, Sonn e Costa (2000), consultores contratados pelo Banco Mundial, concluíram que a formação de capital social é tão mais intensa quanto mais descentralizados e participativos são os mecanismos de implementação do PCPR II empregados. E isto ocorre na medida em que a abordagem dos Conselhos Municipais do FUMAC cria uma arena local para a tomada de decisão e alocação de recursos, que é mais transparente, democrática e imune à influência dos processos de manipulação política tradicionalmente associados ao modelo clientelista.

Um dos pontos de fragilidade dos Conselhos Municipais do FUMAC é com relação à formação, educação e capacitação, tão presente na sociedade brasileira e piauiense, especialmente no setor rural, o que se traduz em dificuldade de compreensão pela maioria dos conselheiros em relação a suas atribuições e ao papel que deve ser desempenhado pelos Conselhos Municipais do FUMAC no Estado do Piauí. Segundo dados do IBGE – PNAD 2003, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, no Brasil, é de 11,55% e no Estado do Piauí é de 28,40%, portanto ainda muito alta. Além do mais, o nível de ocupação nos afazeres diários da maioria dos conselheiros dificulta e, às vezes, até inviabiliza a participação efetiva nas atividades dos Conselhos do FUMAC.

A falta de apoio aos Conselhos Municipais do FUMAC e a sua dependência das Prefeituras Municipais, nos diversos aspectos, fazem com que estes fiquem dependentes do poder Executivo Municipal, portanto vulneráveis à ingerência desse mesmo po-

der. Assim, o processo de mobilização nos municípios decorre mais de uma ação da administração municipal do que pela iniciativa dos Conselhos Municipais do FUMAC. Por isso, mudanças na administração municipal poderão provocar descontinuidade nas ações dos Conselhos Municipais do FUMAC e até mesmo a inviabilização das atividades destes.

O aspecto que reforça mais essa dependência é a falta de logística dos Conselhos, equipamentos essenciais ao bom funcionamento, recursos financeiros e apoio técnico que quase sempre são fornecidos pelas prefeituras locais ou em raras ocasiões pela Câmara Municipal, limitando assim o desempenho e funcionamento dos Conselhos Municipais do FUMAC, que em alguns casos existem apenas como instâncias homologadoras dos interesses do poder local em detrimento do seu papel deliberativo.

As críticas geralmente feitas aos Conselhos Municipais do FUMAC residem na alegação que estes são implantados de forma apressada para atender a exigências legais do PCPR II e não pelo sentimento de participação das comunidades locais, razão pela qual a maioria das reuniões é realizada para discutir a aprovação de subprojetos comunitários com níveis de participação baixos, com algumas exceções. Mas o principal ganho do processo de descentralização e dos Conselhos parece ser o avanço da sociedade civil na conquista da cidadania, que é poder discutir os problemas coletivos do município, de forma adequada e com participação representativa. No caso dos Conselhos Municipais do FUMAC do Estado do Piauí, mesmo com alguns avanços registrados, a maioria das reuniões realizadas é somente para discutir os subprojetos que dizem respeito ao PCPR.

Um outro dado que ilustra bem as dificuldades enfrentadas pelos Conselhos Municipais do FUMAC no Estado do Piauí é a inobservância pela Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II em disponibilizar um indicativo orçamentário anual para possibilitar um trabalho planejado dos referidos Conselhos. Para se ter uma ideia, no período de execução do Projeto (2002 a 2006) foi encaminhado pelos referidos Conselhos à UT- PCPR II um total de 2.652 subprojetos, sendo aprovados apenas 1.179, representando 44,45%, e com isso gerando desgastes dos Conselhos, expectativas das comunidades frustradas,

desperdício de tempo, além de algumas despesas realizadas no processo de discussão, elaboração dos subprojetos, encaminhamento ao Conselho e após aprovação dos mesmos envio à Unidade Técnica do PCPR II. Tal fato tem causado revolta, desânimo e desconfiança, tanto nos potenciais beneficiários do Projeto como nos conselheiros como um todo.

O documento de Avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural (1993-2005) do Banco Mundial (2006) enfatiza que as regras do PCPR II – essencialmente a distribuição de seus recursos através de subprojetos aprovados pelos Conselhos Municipais do FUMAC, com forte presença de representantes das entidades comunitárias – dificultam a ação de atores políticos potencialmente interessados na reprodução de práticas de dependência política; criam incentivos a práticas de igualdade política à participação; conduzem ao empoderamento dos representantes das associações comunitárias e ao enfraquecimento dos laços de dependência pessoal com lideranças políticas cuja base de legitimidade seria o monopólio do acesso a recursos públicos; obrigam a transparência das decisões e a difusão das informações sobre o Projeto e, finalmente, estimulam um ambiente de controles mútuos, à medida que é de interesse coletivo que cada associação permaneça apta a receber novos subprojetos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o resultado dos estudos realizados, é inegável o reconhecimento da importância dos Conselhos Municipais do FUMAC como estratégia de descentralização fomentada pelo Banco Mundial, possibilitando assim o aprimoramento no controle social das ações do PCPR II no Estado do Piauí.

No entanto, faz-se necessário o aperfeiçoamento dessa ferramenta indispensável para permitir o efetivo exercício de suas atividades e também possibilitar a ampliação do universo das discussões dos Conselhos, não se atendo apenas à análise e aprovação de subprojetos comunitários, mas desenvolvendo esforços mais abrangentes que sejam determinantes para o desenvolvimento sustentável local. Nesse sentido, deverá agir de forma interativa com os demais Conselhos existentes no município, tornando-se não mais apenas uma instância burocrá-

tica para obtenção de subprojetos comunitários do PCPR II, como observado em alguns casos.

O que se pode inferir das avaliações realizadas é que, para uma boa atuação, os Conselhos Municipais do FUMAC carecem de uma logística adequada que nem sempre está ao alcance desses. Na sua maioria, os referidos Conselhos funcionam com apoio das Prefeituras Municipais que disponibilizam espaço físico, funcionários, parte de material de expediente e veículo para deslocamento, deixando-os quase sempre vulneráveis à ingerência política local. Registre-se que alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais também têm prestado apoio dentro das limitações que lhes são impostas. Considera-se oportuno e necessário que a Unidade Técnica do Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Piauí, objetivando evitar esta dependência, discuta e viabilize formas de apoiar financeiramente os Conselhos, possibilitando-lhes o desenvolvimento de suas atividades conforme previstas no regimento interno.

Considera-se também como ponto relevante para o bom desempenho dos Conselhos o processo de capacitação desenvolvido, não devendo se limitar apenas ao repasse de informações do PCPR II através de reuniões pontuais e encontros de curta duração, necessitando para o seu desenvolvimento de atividades pedagógicas que promovam o aperfeiçoamento dos conselheiros para o efetivo exercício do seu papel, levando-se em conta a desigualdade existente quanto ao nível de formação, educação e capacidade dos mesmos em entender e traduzir quais atribuições devam ser desempenhadas por eles.

Ainda mais, com base nos estudos realizados e nas informações colhidas junto à equipe técnica do Projeto, pode-se afirmar a importância dos Conselhos Municipais do FUMAC como ferramenta de Controle Social na implementação das ações do PCPR II no Estado do Piauí, não obstante ainda padeçam da falta de apoio, independência, capacitação adequada e liberdade para que possam desempenhar de forma eficiente e eficaz seu verdadeiro papel para o qual foram criados.

O planejamento das atividades dos Conselhos é de fundamental importância para o sucesso na sua relação com todos os atores sociais envolvidos em cada município. Urge que a Unidade Técnica do

PCPR II disponibilize anualmente um indicativo financeiro para cada município, conforme previsto no Manual de Operações do Projeto, permitindo, assim, que os referidos Conselhos possam realizar suas atividades de forma planejada. Portanto, não procedendo a análise e aprovação de subprojetos comunitários além das disponibilidades e possibilidades de atendimento como vêm ocorrendo durante a execução do PCPR II, o que tem desgastado e gerado desconforto para os Conselhos.

Após análise crítica dos estudos realizados e também embasados em algum conhecimento da realidade deste universo de trabalho com Conselhos, conclui-se que, não obstante a falta de apoio aos Conselhos Municipais do FUMAC, as suas fragilidades e até o próprio desconhecimento por parte da sociedade local, estes se transformaram em espaço para discussão das ações do Projeto, elemento de aproximação das famílias beneficiárias das decisões sobre esse, bem como um ambiente de discussão do Projeto onde o poder público local e a sociedade podem decidir.

Mesmo tendo-se tomado como base para o estudo toda documentação disponível, a análise crítica sobre o papel desempenhado pelos Conselhos Municipais do FUMAC no controle social das atividades do PCPR II levou em conta as condições e ambiente em que eles funcionam e atuam, para não se ter avaliações distorcidas.

Espera-se que para a próxima fase do Projeto (2007 a 2010) seja discutida e definida a estratégia de apoio aos Conselhos, objetivando o fortalecimento destes. Sugere-se que um percentual do valor total de cada subprojeto liberado seja destinado aos referidos Conselhos para que possam utilizar em despesas operacionais e acabar com a dependência das Prefeituras Municipais, o que não significa o impedimento para a busca constante do trabalho integrado com as instituições públicas locais.

Quanto à política e estratégia do Banco Mundial para a redução da pobreza nos países e regiões mais pobres, existem avaliações diferenciadas, e questionamentos são feitos quanto à sua eficácia, alguns enxergando-a apenas como política compensatória, além de observarem que o referido Banco atua de forma inflexível e burocratizada.

No caso específico do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR II para o Estado do Piauí, consideram-se alguns pontos como satisfatórios quanto aos aspectos de propiciar os benefícios às famílias mais pobres da zona rural do Estado, como possibilitar o exercício da participação coletiva e fomentar a descentralização do processo decisório através dos Conselhos Municipais do FUMAC, que são compostos por atores sociais diversos do município, assim conseguindo provocar algumas mudanças positivas na relação de forças locais no que diz respeito à implementação do Projeto.

Um outro ponto a destacar é a operacionalização do PCPR II, que poderá ser utilizada como instrumento de emancipação das famílias beneficiadas com o Programa Federal Bolsa Família, com perspectivas favoráveis à geração de emprego e renda.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além dos limites**: texto preparado para o seminário desenvolvimento local e conselhos municipais de desenvolvimento rural. Rio Grande do Sul, 2001. Disponível em: <www.fao.org/regional>. Acesso em: 6 out. 2006.
- BANCO MUNDIAL. **Combate à pobreza rural no Brasil**: uma estratégia integrada. v. 1. (resumo). dez. 2001. Disponível em: <www.bancomundial.org.br>. Acesso em: 20 dez. 2006.
- _____. **Relatório de avaliação do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR**. 1993-2005. Recife, 2006.
- _____. **Relatório final de avaliação do projeto de combate à pobreza rural nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte**. Recife, 2006.
- _____. **A questão de gênero no Brasil**. Brasília, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de artigos científicos**. São Paulo: Avercamp, 2004.
- Instituto Civitas. **Cidadania e políticas públicas**. Relatório para revisão de meio termo do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí – PCPR II, Teresina, 2004.
- LERZUNDI, Alejo et al. Experiências bem sucedidas no combate à pobreza rural no Piauí. **Carta CEPRO**, Teresina, v. 22, n. 1, jan./jun. 2003.
- _____. **Projeto de combate à pobreza rural: características e histórico de sua formação**. Carta CEPRO, Teresina, v. 21, n. 1, jan./jun. 2002.
- MANUAL de Operações do Fundo Municipal de Apoio Comu-

nitário FUMAC do PCPR II. Teresina, 2001.

MANUAL de Operações do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí, PCPR II. Teresina, 2001.

RELATÓRIO de Desempenho Físico-Financeiro do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Piauí – PCPR II (período 2002-2006). Teresina, 2006.

RELATÓRIO de Desempenho das Ações de Capacitação da Unidade Técnica de Coordenação do PCPR II (período 2002-2006). Teresina, 2006.

SALES, Ivandro da Costa. Os conselhos e a gestão democrática: armadilhas e possibilidades. In: ROCHA, Regina. **Participação social**: desafio para democracia contemporânea. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005. p. 40-52.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.



Leoni Quaresma de Melo

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí e formando do Curso de Pós-Graduação em Gestão Social com Habilitação em Docência do Ensino Superior.
E-mail: leonimelo@pcpr.pi.gov.br / leoni.melo@ig.com.br.

FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NAS COMUNIDADES PELO PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL – PCPR NO ESTADO DO PIAUÍ*

1 INTRODUÇÃO

O Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria Estadual do Planejamento – SEPLAN, Unidade Técnica do Projeto de Combate à Pobreza Rural – UT/PCPR, e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD – Banco Mundial –, na tentativa de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento local sustentável do setor rural, promoveram ajustes, no ano de 1993, no Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, denominando-o de PAPP Reformulado, que originalmente foi implementado no Estado no período de 1985 a 1992, com componentes voltados para geração de tecnologia, assistência técnica, comercialização, capacitação, tendo como segmento estratégico o Apoio às Pe-

quenas Comunidades Rurais – APCR, segmento responsável pela execução direta de eventos direcionados para treinamento e capacitação dos beneficiários. O objetivo principal era a implementação de ações de desenvolvimento sustentável no Estado com participação ativa das comunidades, tendo em vista aumentar o acesso das populações rurais mais pobres às atividades de geração de emprego e renda, assim como a provisão de serviços sociais básicos e de infraestrutura como meios para a redução da pobreza rural.

No ano de 1997 o Estado do Piauí efetivou o Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR I e em 2002 o PCPR II, que foi concluído em 31/01/2007. Neste sentido, foram financiados e implan-

* Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Gestão Social como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Social, elaborado sob a orientação da Prof^a Msc. Verulúcia Leite Nogueira.

tados, no período de 1997 a 2006, centenas de subprojetos relacionados à criação de infraestrutura, produção e desenvolvimento social em comunidades distribuídas em todos os municípios do Estado, com exceção do município da capital Teresina. Em particular, o PCPR II, ainda em execução, já financiou 1.165 subprojetos de natureza diversa, contemplando 1.012 associações em 983 comunidades e em 203 municípios, com criação de 187 Conselhos Municipais do Fundo Municipal de Apoio às Comunidades – FUMAC, principalmente aqueles com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, beneficiando 76.788 famílias de pequenos produtores rurais.

As ações do PCPR I e II implementadas através do componente subprojeto comunitário e, principalmente, aquelas direcionadas para capacitação e treinamento, além de provocarem um efeito direto sobre o bem-estar da população pobre, contribuem para a criação e fortalecimento do capital social e para impulsionar um processo de mobilização das comunidades em favor do próprio desenvolvimento. A transferência para um conselho municipal (composto por representantes do poder público local, da sociedade civil e das comunidades pobres) de decisões sobre a alocação dos recursos em cada município, bem como a transferência às organizações comunitárias na deliberação de implementar e gerir os projetos, constituem forças estimuladoras para a criação do capital social, a participação local, a transparência e eficácia das ações do Projeto.

Entendendo-se que o desenvolvimento econômico requer melhoria da qualidade de vida, é forçoso reconhecer a exigência do desenvolvimento social concomitante, para que o desenvolvimento econômico seja satisfatório. Neste contexto, o conceito de capital social tem ganhado espaço devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento. Trata-se de um novo enfoque que procura fortalecer a capacidade dos

pobres para melhorar sua situação através da associação e do desenvolvimento da confiança. Este enfoque considera que o trabalho social coletivo pode possibilitar a resolução de problemas de uma comunidade. A decisão para uma sociedade sustentável é um problema de tomada de consciência que começa na mudança interna das pessoas, no sentimento de solidariedade e no amor político pela sociedade.

O caminho para a construção do capital social passa por uma mudança radical interna, uma observação íntima da experiência das pessoas. Essa transformação pessoal traduz uma energia política completamente nova, outro tipo de poder, uma nova pessoa. Porque para mudar as normas e as instituições para construir capital social, é imprescindível que primeiro mudemos a nós mesmos. É bem verdade que o capital social está enraizado na estrutura e na cultura dos indivíduos, com a observância de comportamentos e sinergia de laços fraternos.

Esta contextualização expressa a importância do estudo da formação do capital social nas comunidades rurais com ações do PCPR no Estado do Piauí, com verificação e análise de seus efeitos e impactos na busca do sentimento do senso de solidariedade, respeito, cooperação e confiança como sendo o fundamento do chamado capital social indispensável para a construção de uma sociedade comunitária, visando sobretudo o desenvolvimento local sustentável.

A concretização deste artigo contou com uso de várias técnicas simultâneas com o objetivo de permitir uma análise mais apurada do objeto de estudo. Neste contexto se fez o uso de dados secundários como: a) Pesquisa bibliográfica que permitiu apreender as várias suposições e conhecimentos científicos que já foram sistematizados sobre o tema; b) Pesquisa documental realizada através de documentos diversos originários da Unidade Técnica do PCPR, Estudos de Caso, Estudo de Desempenho Físico do PCPR I, Relatório de Ava-

liação de Meio Termo do Projeto, Relatórios de Desempenho do Projeto, Ajuda à Memória do Banco Mundial, Estudo Quase-Experimental de Avaliação dos PCPRs; c) Pesquisa direta em sites pela INTERNET.

Neste sentido, o artigo contempla considerações teóricas sobre capital social, seguidas de informações sobre o PCPR, no que se refere ao seu formato e sua política de ação. A análise da formação do capital social é procedida em concordância com a análise do PCPR, considerada neste artigo como um forte contribuidor do fortalecimento do capital social nas comunidades pobres do Estado.

2 CAPITAL SOCIAL: CONCEITO E DIMENSÃO

Nos últimos anos o tema do capital social vem recebendo considerável atenção, particularmente entre os cientistas sociais, economistas, cientistas políticos, além de organizações públicas e privadas, visando identificar e caracterizar a confiança entre os indivíduos, no associativismo e nas redes de relações sociais, na valorização dessas relações e estruturas sociais no discurso político e na ótica econômica, bem como com a preocupação de introduzir uma dimensão normativa em sua análise.

Outras razões para este estudo são recorrentes principalmente para o reconhecimento dos recursos embutidos em estruturas e redes sociais, não contabilizados por outras formas de capital, e a valorização de sua importância para o desempenho econômico, bem como verificar a necessidade de desenvolver conceitos que reflitam a complexidade e o inter-relacionamento das várias esferas de intervenção humana.

Um dos estudos mais brilhantes e referenciados sobre o tema do capital social é de Robert Putnam, o qual popularizou o conceito e pôde reivindicar a responsabilidade por sua incorporação no discurso político dominante. A inovação no estudo de Putnam (2000) está na inclu-

são da concepção de capital social e suas implicações no desenvolvimento econômico. Na análise de caso da “Itália Moderna”, Robert Putnam desenvolve o conceito de capital, social expressando que esse compreende características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas.” (1996, pág. 7).

O capital social quando presente em uma sociedade fortalece a tomada de decisões e a execução de ações colaborativas que beneficiam toda comunidade. A definição de capital social deve centrar-se em suas fontes e não em suas consequências. A ênfase recai no capital como bem público, como valores e crenças que os cidadãos compartilham em sua convivência diária, expressando socialização e consenso normativo, favorecendo um espírito cívico expresso em uma rica vida associativa. Ou ainda, capital social “faz referência a normas, instituições e organizações que promovem: a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação.” (JOHN DURSTON, 2000:7). Nessa ótica:

“... o capital social é o conjunto de relações de confiança e cooperação, mas não necessariamente produz altos níveis de participação, nem em sociedades civis altamente democráticas, nem necessariamente resulta em aumentos de produtividade e resultado econômico para empresas ou economias.” (JOHN DURSTON, 2000:12).

Sem se reportar ao termo capital social, Granovetter (1985) acena para o potencial que essas relações têm para resolver o “dilema do prisioneiro” e promover a confiança que um terá que ter no outro – fonte de capital social que afeta os custos entre os agentes econômicos. (LAZZARINI et al., 2003).

Para o Banco Mundial, a quantidade, qualidade e persistência das interações sociais entre vizinhos, amigos e membros, assim como a habilidade do trabalho em conjunto procurando o bem comum, geram capital social. O capital social é

especialmente importante para o pobre, já que pode ser usado como substituto do capital humano e do capital físico. (WORLD BANK, <http://worldbank.org>).

Segundo a classificação destacada por Monasterio (2001), existem três modalidades de capital social:

a) “*Bonding Social Capital*” – (Laços Fortes): são os grupos homogêneos, nos quais são valorizadas as identidades dos agentes envolvidos. Essa modalidade vem do que Putnam (2000) definiu como “supercola sociológica”, que aumenta os condicionantes de lealdade criando relações baseadas na confiança; b) “*Bridging Social Capital*” – (Fluidez Social): são as ligações entre grupos sociais distintos. Segundo Putnam (2000), trata-se de um “óleo lubrificante social”, e quando essa modalidade é abundante tem-se uma sociedade fluida e integrada, nessa existe algo que une os agentes e é superior às diferenças étnicas, geográficas ou ocupacionais; c) “*Linking Social Capital*” – (Ligações Verticais): são as ligações verticais entre os pobres e as pessoas em postos de comando em organizações formais. Comunidades que têm bom estoque dessa modalidade de capital social possuem governos “permeáveis” às demandas oriundas dos extratos inferiores da pirâmide social, nos quais os países em desenvolvimento muitas vezes têm voz ativa nas decisões públicas.

Segundo o mesmo autor, a literatura relacionada a capital social e pobreza afirma que, especialmente nos países subdesenvolvidos, os pobres têm acesso a fartos estoques de *bonding social capital* pouco *bridging* e quase nenhum *linking*. Isto significa que a união entre os menos favorecidos economicamente fornece-lhes apoio mútuo, mas por outro lado dificulta a fluidez social em sentido vertical, o que facilita a inércia de políticas governamentais direcionadas para os pobres de modo geral.

De acordo com Fox (1996), um ambiente positivo seria a primeira coluna de sustentação para estimular a acumulação do capital social. Este autor concorda com Putnam ao afirmar que o legado

histórico de um povo é importante, mas discorda da afirmação de que o legado histórico é um fator determinante na criação do capital social. Outra coluna de sustentação seria a possibilidade de interação e integração entre as diversas organizações existentes, principalmente em comunidades que se encontram isoladas geograficamente. A participação de diversos setores com diversos níveis do poder (estado, comunidade, organização não governamental e bancos de desenvolvimento) na implementação de programas de desenvolvimento tem maiores chances de sucesso, criando capital social através das interações dos participantes, sendo benéfico na hora de solucionar futuros problemas.

Fukuyama (1999) considera que o Estado pode ser importante no estímulo do capital social na sociedade da seguinte forma: “a) deve estar atento para estimular alguma forma de aumentar o estoque de capital social já existente, como o apoio a programas de microcrédito, quando o índice de inadimplência é quase zero; b) realizando investimento e estimulando a educação, pois é na escola que se formam futuros líderes e cidadãos. Esse estímulo não deve parar no ensino fundamental ou secundário, mas prosseguir até o ensino superior; c) fornecendo bens públicos de forma eficiente e de qualidade, garantindo o direito à propriedade e à segurança pública eficiente; d) descentralizando de forma a permitir um fluxo mais rápido e eficiente de serviços, permitindo também uma participação da sociedade na administração pública”.

O capital social seria assim um recurso coletivo que emergiria como um resultado da interação entre atores racionais que reconheceriam a necessidade de cooperar entre si para obter benefícios mútuos. Neste caso, seria sinônimo de cooperação. Elemento essencial para a cooperação seria a existência de relações de confiança entre os membros do grupo. Ainda que todos os membros de um grupo social saibam que têm a ganhar com a cooperação, a ausência de confiança com relação ao comportamento futuro dos demais, implica resultados não coope-

rativos. Entretanto, uma vez experimentados os benefícios derivados do comportamento cooperativo, os indivíduos tendem a aumentar sua disposição de cooperar. Neste caso, o capital social é uma espécie de “recurso moral” dos grupos sociais, recursos estes cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e eles se esgotam se não forem utilizados.

As associações seriam a “fábrica” do capital social, à medida que incutiriam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público. Mesmo que seus objetivos manifestos não sejam políticos, essas podem desenvolver a autodisciplina e o espírito de colaboração (PUTNAM, 1996). Assim, um indicador básico do capital social seria a vibração da vida associativa, traduzida no número de associações existentes em uma dada sociedade.

Não se pode desvincular capital social de desenvolvimento local sustentável, um existe em função do outro. O desenvolvimento local sustentável é fundamentalmente marcado pela cultura do contexto em que se situa e é considerado como um conjunto de atividades econômicas e sociais com alto grau de interdependência com os diversos segmentos do tecido socioeconômico da sociedade nos âmbitos político, educacional, econômico, legal, ambiental, tecnológico e cultural e com agentes presentes em diferentes escalas econômicas. Vem de Amartya Sen a mais precisa – ao mesmo tempo a mais bela – definição de desenvolvimento: é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas. É esta visão do desenvolvimento que o faz exigir uma definição positiva de liberdade: liberdade não é apenas a ausência de restrições, o direito abstrato de ir, vir, comprar, vender, amar e ser amado. A liberdade e, portanto, o desenvolvimento não podem ser pensados fora das condições concretas de seu exercício. Não basta que a lei garanta certos direitos, o essencial é que os indivíduos tenham as capacidades, as qualificações, as prerrogativas de se deslocar, de participar de mercados e de estabelecer relações humanas que enriqueçam sua existência. (apud JARA, 1999).

3 O PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL NO ESTADO DO PIAUÍ

3.1 Diretriz Operacional

O PCPR é parte integrante do Programa de Redução da Pobreza Rural no Nordeste do Brasil desenvolvido pelos Governos Federal e Estadual, tendo como cofinanciador o Banco Mundial. É construído sobre mecanismos de assistência comunitária, desenvolvido e aprimorado a partir do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP Reformulado. Tem como foco de sua ação 223 municípios piauienses, com execução prevista para ocorrer em duas fases, à primeira para o período de 2002-2007, e a segunda para o período de 2007-2009.

3.2 Objetivo do PCPR

O objetivo do Projeto é contribuir para a redução da pobreza rural e suas consequências, mediante:

- a) A provisão de investimentos comunitários orientados para a criação de infraestrutura básica e geração de renda e de emprego para as camadas mais pobres do meio rural;
- b) A descentralização da alocação de recursos e tomada de decisões para os níveis locais, mediante o apoio aos Conselhos Municipais e às associações de beneficiários no planejamento, priorização de subprojetos, execução e manutenção de investimentos;
- c) O estímulo à criação e à consolidação de organizações comunitárias – Associações e Conselhos Municipais – que poderão servir como instrumento de planejamento, de controle social, de expressão das necessidades e das capacidades das comunidades pobres para a superação das barreiras ao seu desenvolvimento econômico e social, principalmente com o empoderamento das comunidades beneficiadas, visando à cria-

ção e ao fortalecimento do estoque de capital social.

O Projeto estimula, através de financiamentos não reembolsáveis, os investimentos e empreendimentos de interesse das comunidades rurais localizadas nas áreas mais pobres do Estado. Pretende, também, contribuir para o fortalecimento do processo de organização e participação das comunidades, bem como o aperfeiçoamento do processo de tomada de decisão no nível municipal.

O Projeto é constituído por três componentes que formam a base do escopo da ação institucional:

Subprojetos Comunitários, contemplando subcomponentes:

- 1 O Programa de Apoio Comunitário (PAC) – é um programa de financiamento de subprojetos comunitários (produtivos, de infraestrutura e sociais) identificados, selecionados, planejados, executados, fiscalizados e controlados pelas comunidades, cabendo à UT do Projeto de Combate à Pobreza Rural II a responsabilidade pela análise e aprovação, liberação de recursos, monitoramento, supervisão dos Conselhos e avaliação dos subprojetos apresentados pelas comunidades e a provisão de assistência técnica às Associações beneficiárias, diretamente ou através dos provedores selecionados e contratados pelas Associações beneficiárias.
- 2 O Fundo Municipal de Apoio Comunitário (FUMAC) – o FUMAC difere do PAC basicamente pelo fato de a priorização e aprovação das propostas de financiamento serem de responsabilidade dos Conselhos Municipais. Os recursos relativos aos subprojetos aprovados serão transferidos diretamente da UT para as Associações beneficiárias, através de um convênio a ser firmado

entre as duas partes (UT e a Associação beneficiária).

- 3 O Fundo Municipal de Apoio Comunitário Piloto (FUMAC-P) – o FUMAC-P difere do FUMAC pelo fato de que os recursos são administrados diretamente pelos Conselhos Municipais, ou seja, além de exercer todas as atividades de um conselho do FUMAC, os do FUMAC-P administram os fundos para o financiamento dos subprojetos aprovados. O manejo dos recursos resulta de um convênio entre a UT e o Conselho Municipal e de um conjunto de convênios entre o Conselho Municipal, as Associações beneficiárias e as Prefeituras.

Desenvolvimento Institucional – que inclui as atividades:

- 1 Capacitação básica para o estabelecimento dos Conselhos Municipais (FUMAC e FUMAC-P);
- 2 Treinamento para os Conselhos Municipais e para a UT do Projeto de Combate à Pobreza Rural II;
- 3 Provisão de assistência técnica para as Associações Comunitárias (mobilização, organização, preparação dos subprojetos, operação e manutenção dos investimentos);
- 4 Seminários para os Conselhos Municipais e associações para troca de experiências;
- 5 Provisão de assistência técnica para as áreas de reforma institucional, administrativa e financeira do Estado.

Administração, supervisão, monitoramento e avaliação do Projeto – que inclui as atividades:

- 1 Operação da UT do Projeto de Combate à Pobreza Rural e seus agentes regi-

- onais no campo relacionado com a implementação do Projeto;
- 2 Estabelecimento e operação do Sistema Informatizado de Monitoria;
 - 3 Supervisão do Projeto;
 - 4 Campanha de divulgação/informação;
 - 5 Estudos de avaliação de desempenho físico e impacto.

4 ESTOQUE DE CAPITAL SOCIAL NAS COMUNIDADES BENEFICIADAS PELO PCPR NO PIAUÍ

Na base operacional de implementação do PCPR, a categoria de capital social ocupa posição central, constituindo-se como um meio essencial ao sucesso da implementação dos subprojetos comunitários e das ações de desenvolvimento local.

A estratégia do projeto consiste na utilização do capital social existente na comunidade ou propellido pela oportunidade inédita de acesso a recursos governamentais, através de entidades representativas das localidades rurais pobres, para promover novas relações entre essas comunidades, suas populações e o Estado, identificar as prioridades comunitárias e implementar ações visando à redução da pobreza e à melhoria da qualidade de vida.

Constitui um dos objetivos centrais dessas intervenções que estimulam ou incrementam a organização da comunidade, a participação popular, a formação ou fortalecimento das entidades representativas de laços horizontais entre a população pobre (associações comunitárias), sua participação em esferas municipais de tomada de decisão e seu protagonismo na implementação de subprojetos de desenvolvimento local em um cenário histórico, social e político inicialmente desfavorável, em virtude do tradicional predomínio de relações verticais de dependência entre as camadas pobres da população e as elites econômicas que convertiam o Estado em instrumento de promoção e reprodução de seus interesses particulares em detrimento quer da construção de redes fortes de relações horizontais, quer do desenvolvimento do

sentimento de cidadania (e, por conseguinte, do exercício do controle social sobre o Estado), ou das necessidades reais da população mais pobre, e que sempre constituíram um dos elementos basilares da geração e reprodução das condições de vulnerabilidade social, pobreza e miséria extrema. (Avaliação do PCPR, Relatório Preliminar, junho de 2006).

Segundo o Estudo de Desempenho Físico do PCPR II, realizado pelo Instituto Cívitas em setembro de 2004, tendo como amostra 40 subprojetos em 37 municípios, abrangendo 38 comunidades beneficiárias, foram aplicados 159 questionários, distribuídos entre 120 famílias e 39 lideranças de associações solicitantes de subprojetos, constatou-se que 80% destes subprojetos foram concluídos e estão operando normalmente, 94% estão adequadamente localizados, 82% têm qualidade do material variando de bom a excelente, 87% possuem coparticipação da comunidade no fornecimento de mão-de-obra, 90% dos subprojetos resultaram em melhorias das condições de vida das famílias beneficiadas e 32% responderam que a própria associação teve administração direta na execução.

Verifica-se também, no citado Estudo, que 66% das associações beneficiárias após a implantação do subprojeto continuam atuando em benefício da comunidade e praticam reuniões sistemáticas com os sócios, e 39% das associações cobram taxa dos beneficiários com vistas à manutenção do subprojeto.

O considerado supra remete a se afirmar que, diante dos pressupostos conceituais e com as respectivas ações do PCPR, verifica-se a existência de um estoque de capital social naquelas comunidades. A acumulação do capital social nas comunidades pesquisadas foi avaliada através da análise dos seguintes indicadores: participação dos sócios nas tomadas de decisões, número de sócios, contrapartida da comunidade, operação e manutenção dos subprojetos, cota (taxa) mensal, fonte externa de recursos, representação em conselhos municipais, capacidade de mobilização, renovação do corpo de dirigentes das associações, promoção de eventos sociais e inclusão social.

Estudo desenvolvido pelo Banco Mundial em 1994, embora de circulação restrita, constatou que nas comunidades rurais e associações contempladas com ações do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP Reformulado, inspirador do PCPR, concebido sob a ótica das mesmas diretrizes e praticamente o mesmo desenho, já se verificava um “resíduo” na formação de capital social.

O Estudo Quase-Experimental de Avaliação dos PCPRs, inclusive no Piauí, que objetiva a aferição de impactos das ações dos PCPRs que podem ser replicados em tratamento similares, realizado em junho 2006 pelo Banco Mundial, teve como base dois exercícios complementares: a) uma revisão crítica da literatura sobre o PCPR e b) a realização de um novo estudo que utilizou desenho “Quase-Experimental” e metodologia apropriada para uma avaliação rigorosa dos efeitos diretos do PCPR sobre infraestrutura e dos impactos sobre saúde, capital físico e social.

O citado estudo confirma de maneira muito enfática o efeito positivo do PCPR na formação de capital social, quer em suas dimensões condicionantes ou *inputs* (as motivações para agir coletivamente e os arranjos institucionais que viabilizam a ação coletiva), quer em suas dimensões resultantes ou *outputs* (a participação em atividades comunitárias, a participação civil e a redefinição das relações entre comunidade e Governo ou relações de governança). Seus resultados indicam que: cresceram significativamente os níveis de confiança, solidariedade e cooperação entre os moradores de comunidades rurais pobres e outros moradores de outras comunidades, autoridades e agências governamentais; intensificou-se a participação nas associações e nas atividades comunitárias; emergiu e desenvolveu-se uma nova forma de atuação dos indivíduos – individualmente ou através de suas entidades representativas – nas esferas de governo, exercendo controle social sobre o Estado e assumindo suas responsabilidades e obrigações enquanto cidadãos.

Demonstra ainda o referido estudo que em praticamente todas as comunidades existem práti-

cas tradicionais de mutirão e de ajuda mútua em casos de doença ou outras necessidades. Em muitas delas, as comunidades se reuniam no passado para erguer capelas, e, hoje em dia, se reúnem para erguer o prédio sede da associação comunitária ou para realizar leilões ou bingos em prol de alguém que atravessa uma situação mais difícil na vida. Há, portanto, formas tradicionais de cooperação, baseadas em princípios de confiança mútua, solidariedade e reciprocidade social, operando no interior dessas comunidades rurais e construindo-lhes o sentimento e a identidade comunitária. Sintetizando em uma frase, há significativos níveis de capital social endogenamente formados.

Retrata ainda o estudo em comento que “a inserção destas comunidades no processo de organização, mobilização e ação comunitária impulsionado pelo PCPR não representa, portanto, um processo de formação de capital social a partir do nada. Depende e se ergue desses laços tradicionais de reciprocidade que fazem de um aglomerado de famílias uma comunidade. O desafio continua a ser a construção de laços de confiança entre a comunidade e o Estado, que se dispensem a intermediação dos atores políticos tradicionais e das práticas clientelistas. A consecução dos subprojetos é, neste sentido, um fator que contribui para a injeção de confiança nas relações entre comunidade e Estado. Cada projeto liberado, implantado e concluído pela comunidade continua a ser um fator de mudança na visão dessas relações. Assim, o problema básico em termos de formação de capital social continua a ser o rompimento das expectativas da comunidade de que a palavra do Estado (incorporada nas diretrizes e princípios operacionais do PCPR) realmente vale o que o Estado diz que ela vale.” (BINSWANGER, 2006).

Tarefas como as de escolher as lideranças, a participação do presidente no conselho municipal, pagamento de taxas, administração, contabilidade, por exemplo, são desenvolvidas pelos membros das associações de forma razoavelmente bem sucedida. Em muitos casos, o número de membros das associações parece estar crescendo e os membros tornando-se mais ativos, o que geralmen-

te ocorre após a aprovação/implementação de um subprojeto (“o povo acredita”). Há renovação regular no quadro de líderes das associações mas estes permaneceram tempo suficiente para adquirir experiência e para a aprendizagem das funções de liderança.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências das investigações permitem concluir que o PCPR, com suas ações de infraestrutura e mobilizadoras de empoderamento das comunidades, tem efetivamente gerado capital social nas comunidades rurais do Estado do Piauí, assegurando, portanto, o desenvolvimento local sustentável àquelas localidades pobres.

Todos os seus resultados indicam que o PCPR tem um impacto imediato e intenso sobre a formação de capital social. Este impacto deriva tanto da formação das associações como da execução e gestão dos subprojetos.

A implementação de seus subprojetos produz o que se pode chamar de um efeito de euforia ou exuberância das atividades coletivas consistindo na intensificação das atividades comuns de colaboração, em âmbito local, das relações de cooperação entre as comunidades e entre elas e as estruturas locais de governo, o que se revela no fato de que nas comunidades o crescimento do capital social a curto prazo é latente, tendo em vista, principalmente, a inserção da população pobre nas diversas instâncias de decisão e definição de políticas públicas e o “empoderamento” das entidades que a representa, principalmente a partir do advento da Constituição Federal de 1988.

O PCPR gera ou fortalece arranjos institucionais que desfrutam de elevada confiança e credibilidade nas comunidades rurais, à medida que efetivamente contribuem para a solução de problemas locais.

O fortalecimento das associações comunitárias e sua participação em conselhos municipais estão amplamente associados ao aumento da capacidade das comunidades rurais pobres de fazerem representar seus interesses, de exercerem

controle social sobre os atos dos gestores municipais e de pressioná-los a darem respostas efetivas às demandas originadas nas comunidades.

O PCPR, assim, é visto como o grande responsável, pois a realização de um subprojeto comunitário escolhido e implementado pelos membros de uma associação comunitária é fator indispensável à credibilidade das associações comunitárias e à construção de um sentimento de confiança entre a população pobre de que ela seja capaz de protagonizar soluções para suas próprias dificuldades sem continuar a depender dos favores e benesses das elites locais.

Pode-se inferir que os recursos aplicados pelo PCPR, com a ação de seus diversos componentes nas comunidades rurais dos diversos municípios do Estado do Piauí, contribuíram para a formação do capital social das associações e/ou comunidades.

Tendo em vista a necessidade de sedimentação do desenvolvimento local sustentável, torna-se recorrente que este, a estoque de capital social, seja atribuído um constante processo de fortalecimento, o qual pode efetivar-se, a partir de:

- maior reforço do processo de capacitação, com a implementação de um programa continuado de capacitação dos Conselhos Municipais, Associações Comunitárias e da equipe técnica da Unidade Técnica do PCPR, objetivando a qualificação do capital humano e social dos atores envolvidos com as ações do Projeto;
- uma efetiva valorização dos Conselhos Municipais, na perspectiva de aperfeiçoamento das ações do PCPR. Além da atividade de capacitação, se faz necessário que sejam garantidas as condições mínimas de funcionalidade aos Conselhos Municipais, sem o que continuarão tutelados pelo poder político local e limitados na sua ação;
- fortalecimento da Equipe de Capacitação, com agregação de mais profissionais qualificados em áreas distintas, na perspectiva de ampliar e melhorar o suporte aos Conselhos Municipais e Associações Comunitárias;
- promoção e organização das comunidades para garantir a decisão e gestão participativa dos

projetos, o que pode ser construído a partir de eventos de capacitação em planejamento participativo e elaboração de projetos.

REFERÊNCIAS

BINSWANGER, Hans (Coord.). **Avaliação do projeto de combate à pobreza rural – PCPR – 1993 a 2005**. Relatório preliminar, jun. 2006.

BUAINAIN, M.; FONSECA, R. (Coord.). **Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR Fase II – Projetos Renascer (PE), Produzir (BA) e São José (CE): Perfil socioeconômico da população beneficiária fase II**. Relatório de Consultoria Técnica. Unicamp. Campinas, 2005.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Projeto São José - relatório de avaliação- 1998**. Fortaleza, 1998. 74p.

CARDOSO, Evandro (Coordenador). **Estudo de desempenho físico do PCPRF II do Piauí – 2004**. Relatório Final, set. 2004.

DURSTON, John. **Qué es capital social comunitário?** Santiago de Chile: CEPAL, 2000 (Série Políticas Sociales).

FOX, J. **How does civil societ thicken?** The political construction of social paital in rural. México, set. 1996.

FUKUYAMA, F. **Social capital and civil society, 1999**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/semina/1999/fukuyana.html>.1999> Acesso em: [11 de março de 2000].

GRANOVETTER, Mark S. **Economic action and social structure**, set. 1985.

JARA, C. J. **Capital social e desenvolvimento local sustentável**. Equador: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 1999. 29p.

_____. **Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade**. Equador: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 1999.

LAZZARINI, S.; CHADDAD F. R.; NEVES, M. F. **O conceito de capital social e aplicações para o desenvolvimento e estratégia sustentável**. Disponível em: <<http://www.capitalsocial.cbj.net>>. Acesso em: [10 de agosto de 2000].

MONASTÉRIO. L.M. **Capital social e economia: antecedentes e perspectivas**. Disponível em: < <http://www.capitalsocial.cbj.net>>. Acesso em: [05 de março de 2000].

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

WORLD BANK. Conceitos disponíveis no site do Banco Mundial. Disponível em: <<http://www.Worldbank.org/poverty/s.capital>> Acesso em: 23 mar.2000.

WORLD BANK. World Bank Development Report 2000-2001. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>>. Acesso em: [22 de outubro de 2000].



Arquivo pessoal

Maria Elza Soares da Silva*



Arquivo pessoal

Cristiane Lopes Carneiro de Souza**

* Socióloga, especialista em Recursos Humanos, atualmente é consultora do Sebrae – PI.

** Eng^a Agrônoma, MSc. em produção vegetal.

TECNOLOGIA SOCIAL PAIS – PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA SUSTENTÁVEL: UMA ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO DO PIAUÍ

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) existem ainda 798 milhões de subnutridos no mundo, um “progresso decepcionante em relação à redução da fome.” (AGÊNCIA BRASIL, 2004).

Vive-se hoje uma tragédia sem precedentes na história da humanidade, com fome para grande parte da população, ao lado de enormes desperdícios de comida e de outros recursos essenciais à sustentação da vida no planeta. Os avanços tecnológicos, com potencial para resolver necessidades humanas, ao contrário, têm gerado processos de exclusão social. (ROCHA NETO, 2007).

Segundo Buarque (2001), “as tensões entre capital x trabalho deslocam-se para outras categorias – incluídos x excluídos. Tem-se um novo *apartheid* – entre os que têm acesso, e os que não”. Dessa forma, a falta de oportunidades de trabalho, sobretudo, no campo é considerada como natural pelos defen-

sores do modelo hegemônico de desenvolvimento, gerando carências para enormes contingentes humanos. O processo de exclusão social tem sido brutal e a cultura da violência está generalizada.

Somente no Brasil, no ano de 2004, cerca de 14 milhões de pessoas conviviam com a experiência de passar fome, com frequência que pode ter sido “em quase todos os dias, em alguns dias ou em um ou dois dias por semana”. (IBGE, 2006). Entretanto, “a FAO ressalta que o Brasil, especificamente, vem reduzindo o número de subnutridos desde o início da pesquisa, em 1990”. (AGÊNCIA BRASIL, 2004).

Parte do progresso na redução da fome é atribuída aos programas de transferência de renda e ao programas de combate à pobreza rural, que se intensificaram a partir de 1994. A estratégia proporcionou às famílias que vivem próximo ou abaixo da linha de pobreza o acesso a uma renda mínima para aquisição de alimentos em quantidade e qualidade e condições de convivência com o semiárido.

Há necessidade de classificar as tecnologias, com base nos seus processos específicos de socialização, sobretudo, com respeito às relações de pertinência nas diferentes comunidades, que gozam de oportunidades diferenciadas e participam de modo assimétrico na distribuição do poder social. (ROCHA NETO, 2007).

Como estratégia de enfrentamento da problemática da fome em comunidades rurais, surgem as Tecnologias Sociais –TS que são entendidas como todo produto, método, processo ou técnica desenvolvidos para combater algum problema que afete os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH,¹ levando em consideração os componentes: atender à simplicidade das áreas demandadas, envolvimento da comunidade, baixo custo, reaplicabilidade, monitoramento, avaliação e sistematização.

“É importante ressaltar que na ideia de reaplicação está implícito que ao implantar uma solução em locais diferentes daqueles em que foi desenvolvida, necessariamente, esta será recriada, agregando-se novos valores sociais e significados.” (RTS, 2007).

Existem no Brasil, especialmente na região Nordeste, diversos projetos de tecnologias sociais de estímulo ao desenvolvimento rural sustentável sendo executados por organizações governamentais e não governamentais, tais como: Projeto 1 milhão de cisternas e Projeto 1 terra e 2 águas (PIMC e P1+ 2, respectivamente – Articulação do Semiárido/ASA), Barragens subterrâneas (Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC), minifábricas de beneficiamento de caju e de mel (Sebrae), Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS/Sebrae e entidades governamentais e não governamentais), dentre outros.

No Piauí essa realidade não é diferente, inclusive além dos projetos citados, podem ser elencados, o projeto Quintais Produtivos (Centro de Ação Cultural – Cepac, financiado pela

Petrobras), aviários sustentáveis (modelo Embrapa Meio-Norte), reaplicado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural – SDR, entre outros.

A tecnologia social de Produção Agroecológica Integrada Sustentável TS-PAIS, idealizada pelo agrônomo senegalês Aly N’Diaye propõe fazer com que os produtores dependam o mínimo possível de insumos externos à sua propriedade, dedicando-se a uma produção sem o uso de agrotóxicos, propiciando alimentos saudáveis e livres de quaisquer interferências químicas. A oscilação pluviométrica anual, principal problema do(a) agricultor(a) familiar, é contornado com a utilização de sistema de irrigação localizado, de baixo custo e de alta economicidade de água, feito através de fita gotejadora com vazão de 40 l m⁻¹ h⁻¹, possibilitando a implantação do modelo em regiões do Semiárido.

Essa tecnologia pressupõe um sistema de produção que favoreça a ciclagem de biomassa, integrando a produção animal e vegetal, havendo, dessa forma, o aproveitamento total da produção de hortaliças e fruteiras. Um outro diferencial está no formato circular das áreas de produção (Figura 1) que também favorece o aproveitamento do tempo pelo(a) produtor(a), que pode supervisionar e se deslocar para realizar os tratos culturais com mais facilidade.

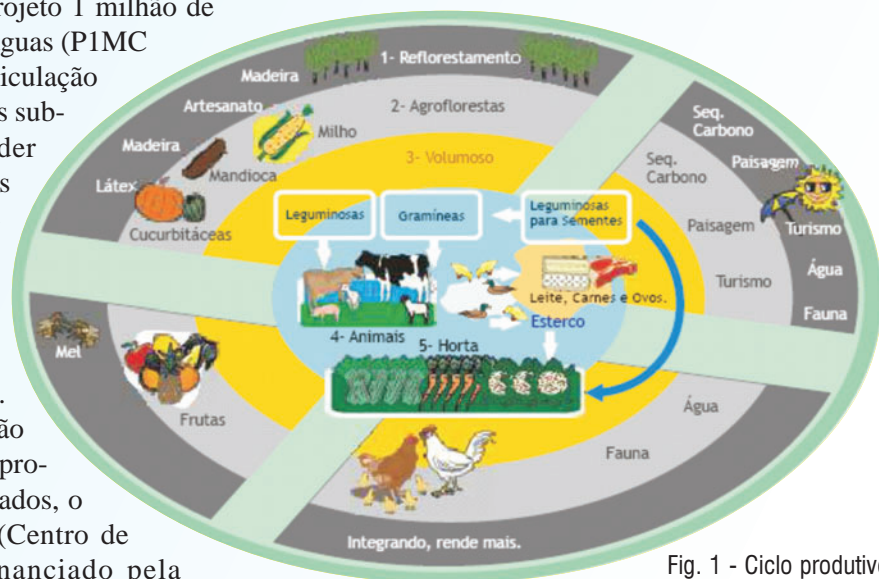


Fig. 1 - Ciclo produtivo da TS-PAIS, reaplicada no Piauí

¹ Índice que mede a qualidade de vida da população a partir da tríade do desenvolvimento humano: educação, expectativa de vida e renda.

A referida estratégia no Estado do Piauí surgiu a partir de uma parceria firmada entre Ministério da Integração Nacional – MI, Fundação Banco do Brasil – FBB, Sebrae, Prefeituras Municipais e beneficiários. Nesse processo cada parceiro teve sua importância para que os resultados tivessem êxito. Ao MI e FBB coube o repasse de recursos para a compra dos equipamentos do sistema de irrigação, às Prefeituras a responsabilidade pela logística local, aos beneficiários a construção da base para colocar a caixa d'água e ao Sebrae, além de cofinanciador, coube mobilizar, sensibilizar, selecionar e capacitar as famílias beneficiadas, bem como monitorar, avaliar e sistematizar a reaplicação da TS-PAIS.

Além da infraestrutura básica de produção as famílias selecionadas recebem continuamente capacitações nas mais diversas áreas, dentre as quais: produção agroecológica, associativismo, gerenciamento rural, planejamento de produção, liderança e acesso ao mercado. Dessa forma, a TS-PAIS catalisa o “desenvolvimento rural sustentável dentro dos aspectos econômico, ambiental, social, intelectual, ético e político”, conforme Caporal & Costabeber (2000).

Segundo Barboza (2007), a “TS-PAIS tem como pressuposto básico a racionalização de recursos e manejo ecológico da terra, todos esses fatores têm o mérito de transformar essa atividade de agricultura familiar num negócio sustentável”.

No Piauí, foram instaladas 90 unidades de produção. Os municípios de orientação piloto selecionados para a reaplicação da TS-PAIS em 2007 foram Padre Marcos e Ipiranga do Piauí, com a reaplicação de 30 unidades de produção; São João da Canabrava, com a reaplicação de 13 e Bocaina com 17. Para a seleção dos municípios consideraram-se os seguintes critérios: família beneficiária de programas de transferência de renda se encontrar em situação de vulnerabilidade nutricional, histórico de baixo índice de ocupação e geração de renda, estar ligado a atividades agrícolas, possuir uma área de fundo de quintal medindo 50m x 50m com uma fonte de água e afinidade com a produção de hortaliças, frutas, verduras e criação de pequenos animais.

A reaplicação desta tecnologia social em municípios do semiárido piauiense tem ajudado a promover uma discussão no cenário nacional quanto à necessidade de unir esforços e otimizar recursos, fazendo a convergência da TS-PAIS com outras políticas públicas de fomento ao desenvolvimento rural sustentável.

Dessa forma, esse trabalho visa apresentar os surpreendentes resultados da reaplicação da TS-PAIS no Estado do Piauí, a partir da análise dos eixos estratégicos do projeto: desenvolvimento e a integração de diferentes agentes das comunidades beneficiadas, combate ao empobrecimento nutricional e rural, e possibilitar o acesso a outra fonte de renda, minimizando a dependência das políticas públicas de transferência de renda.

2 TS-PAIS: AJUDANDO AGRICULTORES (A) FAMILIARES PIAUIENSES A REESCREVEREM SUAS HISTÓRIAS

Atualmente as 90 unidades de produção agrícola sustentável se encontram em pleno funcionamento, os(as) agricultores(as) familiares estão conscientes da necessidade de produzir, consumir e comercializar alimentos orgânicos, vivenciando um momento de transição da produção convencional para a agroecológica.

Essa singular técnica de produzir alimentos possibilitou aos(as) agricultores(as) a familiares, que antes sobreviviam a partir da produção sazonalizada e dependente das oscilações pluviométricas e de programas de transferência de renda, uma oportunidade de conviverem com os longos períodos de estiagem, obtendo uma produção de consumo contínuo e diversificado, sem que, necessariamente, passe pela privação de alimentos, condição precípua à sobrevivência humana.

As transformações sociais e econômicas dessa estratégia de inclusão socioprodutiva são muitas. Podendo ser observado a singularidade de sua intervenção em uma problemática grave do meio rural, o êxodo, sobretudo, o sazonal, aquele que ocorre em determinados períodos do ano. Na região do semiárido é comum os homens abandonarem suas famílias de abril a novembro para se dedicarem ao corte de cana-de-

açúcar no centro-oeste do Brasil. A TS-PAIS proporcionou a permanência dos mesmos que antes se aventuravam pelos caminhos da sobrevivência, preservando, assim, os laços sociais da família que antes eram desfeitos pela distância imposta.

Observa-se também nessas famílias uma nova divisão social do trabalho, no qual, de maneira espontânea, homens, mulheres, jovens e adultos participam conjuntamente dos processos de produção e comercialização. E ainda que as relações de geração (a reinserção dos(as) jovens na produção, não só como mão-de-obra, mas como sujeito pró-ativo do processo) e gênero (as mulheres se afinam com a arte de vender e os homens com a arte de produzir hortaliças) estão sendo (re) estabelecidas.

Outro fato interessante foi o quanto essa TS contribuiu para demonstrar que alguns(as) agricultores(as) familiares possuíam comportamentos verdadeiramente empreendedores, assumindo sua unidade de produção como empreendimento rural, praticando características empreendedoras incorporadas nos treinamentos ao cotidiano. Percebe-se a preocupação em determinar metas de produção em função da quantidade demandada pelos clientes, controle de compra, venda e regularidade de fornecimento além da qualidade dos produtos ofertados.

Em concordância com o estudo, Rocha Neto (2007) afirma que “as tecnologias sociais têm produzido transformações radicais na natureza e nas relações sociais. Não há possibilidade de retratá-las por si mesmas, sem considerar suas implicações em todas as dimensões das atividades humanas”.

Todos esses fatores garantem uma produção estabilizada, continuada com mercado consumidor garantido, repercutindo no aumento do poder de compra, fortalecimento dos laços familiares, melhoria da qualidade de vida e (re) conquista da identidade de agricultor e agricultora familiar, quando estes se identificam e são identificados enquanto sujeitos ativos do processo de desenvolvimento rural sustentável de seus municípios.

3 MUDANÇAS NOS HÁBITOS ALIMENTARES COM MEDIDAS SIMPLES E EFICAZES

Em relação ao eixo estratégico da TS-PAIS

que preconiza o acesso pelas famílias a alimentos em quantidade e qualidade, percebe-se que os(as) beneficiários(as) estão passando pelo processo de reeducação alimentar. Essas mudanças permeiam todo o cotidiano familiar, porque, além de produzir alimentos orgânicos e diversificados, elas são estimuladas a consumirem.

Inicialmente, observou-se que, por questões culturais e/ou econômicas, algumas famílias não consumiam determinados legumes e verduras, o que os tornavam resistentes à incorporação desses alimentos no seu cardápio diário.

Durante o processo de capacitação continuada, as famílias participaram de eventos que mostraram a importância de adotar um cardápio variado e de oficinas de preparo desses alimentos, incentivando-os a cultura do autoconsumo.

Em situação que antecede ao projeto, as famílias beneficiadas tinham uma alimentação baseada em carboidratos (arroz) e proteínas (feijão e carne vermelha, esse último, esporadicamente). As vitaminas e sais minerais eram consumidos em quantidade muito pequena e restrita. As frutas da estação (caju, manga, pequi, cajá, dentre outras) e o consumo de hortaliças eram incipiente e considerado artigo de luxo.

Atualmente, incorporou-se o consumo de frutas e hortaliças na alimentação da família. Como resultado, segundo as equipes do Programa de Saúde da Família – PSF que atendem essas comunidades, ocorreu nos últimos dois anos uma queda significativa no índice de desnutrição infantil, na quantidade de incidências de doenças como Anemia, Infecção Respiratória Aguda (IRA), Hipertensão Arterial e Diabetes, que são as doenças mais comuns do meio rural.

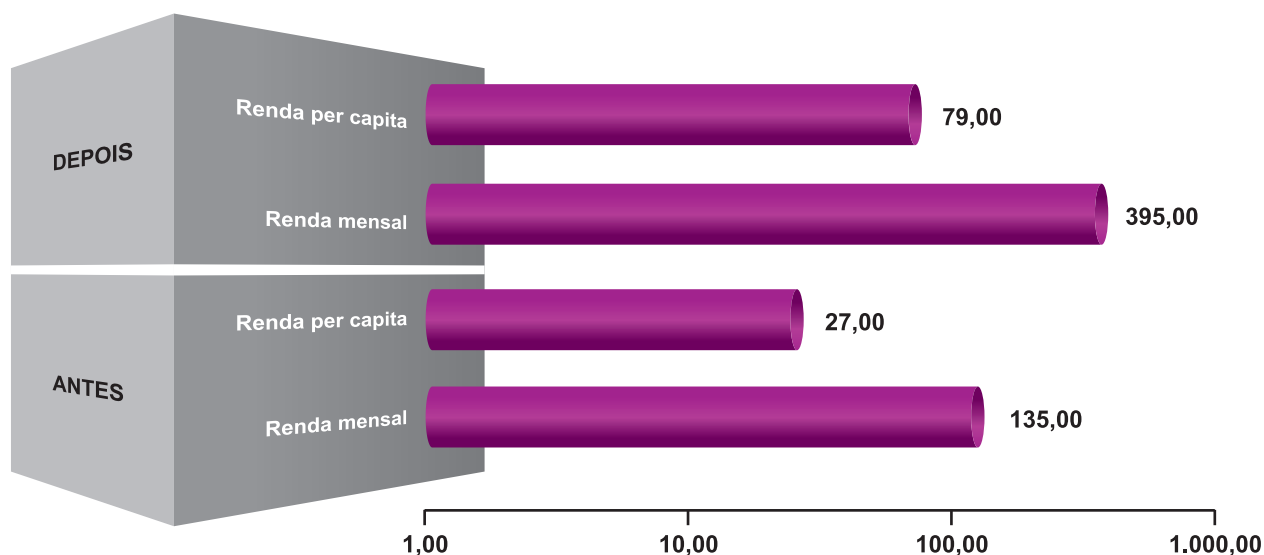
É importante ressaltar a preocupação de produzir alimentos de qualidade superior não só para comercialização, mas também para o abastecimento familiar. Além de favorecer a nutrição das famílias contempladas, a TS-PAIS contribuiu para a introdução da oferta de produtos agroecológicos e diversificados nos mercados locais, possibilitando a saúde preventiva da população dos municípios contemplados e circunvizinhos.

4 ACESSO AO MERCADO E RENDA: UM INSTRUMENTO DE EMANCIPAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS(AS) AGRICULTORES(AS) FAMILIARES

No Piauí uma unidade de produção familiar da TS-PAIS ocupa mão-de-obra de cinco pessoas da família. A renda gerada pela atividade é variável entre e dentre os municípios contemplados. Essa

variação decorre das condições edafo-climáticas de cada local, habilidade da família nessa atividade, mercado consumidor e distância dos centros consumidores. Entretanto, calcula-se que a renda média mensal declarada pelas famílias contempladas é de aproximadamente R\$400,00 (quatrocentos reais), representando um aumento real de 300% em relação à anterior. (gráfico 1).

Gráfico1 – Demonstrativo da evolução da renda mensal das famílias beneficiadas com a TS-PAIS, no município de Padre Marcos – PI, 2006-2007



Em contrassenso a esta renda declarada, observa-se um aumento considerável no poder de compra. A maioria declarou ter adquirido algum bem no período dos dois últimos anos, tais como: aparelho de DVD, geladeira, móveis, animais, bicicleta, moto, reforma da casa etc. Pode-se concluir que houve omissão nos valores reais obtidos a partir da comercialização do excedente. Uma hipótese para esse fato seria o medo de serem desligados dos programas de transferência de renda, o que se caracteriza como uma preocupação constante, externada durante as conversas informais.

Uma outra explicação para este valor médio de renda declarada seria a adoção em alguns locais de formas de comercializações alternativas entre as

famílias, como o resgate do escambo – sistema de troca de mercadorias. Um exemplo disso ocorre em Bocaina, aquelas famílias que dispõem de carne ou ovos, mas não têm verduras, trocam com aquelas que as possuem. Essa prática não deixa de ser renda, entretanto não é contabilizada como tal nos processos de avaliação familiar e institucional.

5 CONCLUSÃO

Pode-se considerar, diante da exposição supracitada, que a TS-PAIS proporcionou aos(as) agricultores(as) familiares dos municípios de Padre Marcos, Ipiranga do Piauí, São João da Canabrava e Bocaina uma alternativa viável e eficaz no combate à miséria e à exclusão social no campo, por meio da

ocupação da mão-de-obra familiar e geração de renda a partir da comercialização do excedente.

Esse processo de transição agroecológica proposto pela Tecnologia Social PAIS favoreceu a diversificação dos produtos hortifrutigranjeiros ofertados para o autoconsumo e mercados locais, contribuindo para o combate ao empobrecimento nutricional, com a incorporação de uma dieta saudável – livre de agrotóxicos – e o resgate da dignidade dos(as) agricultores(as) enquanto sujeitos com capacidade produtiva e, sobretudo, despertando-os para a necessidade do planejamento participativo na construção de comunidades rurais sustentáveis.

O processo de capacitação continuada foi preponderante para que os(as) agricultores(as) num período de dois anos despertassem sua visão empreendedora e transformassem suas propriedades num negócio familiar autossustentável, permitindo que a agricultura familiar nesses municípios seja reconhecida como alavanca do desenvolvimento rural sustentável.

É pertinente ressaltar, trata-se de uma estratégia com forte tendência à sua difusão por todo o Estado do Piauí, cujos resultados, indubitavelmente, mostraram-se como um dos caminhos viáveis para promoção da emancipação dos beneficiários dos programas de transferência de renda.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Para FAO, evolução da luta contra a fome no mundo é decepcionante.** Disponível em: <<http://www.agronline.com.br>>. Acesso em: 5 dez. 2007.

BARBOZA, C. L. Alimentação de qualidade, trabalho e cidadania para o agricultor familiar. **Revista Sebrae Agronegócio**, Brasília, DF, n. 7, dez. 2007, p.7.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004. 24p.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra domiciliar: segurança alimentar 2004.** Rio de Janeiro, 2006.p 59.

ROCHA NETO, I. **Tecnologias sociais: conceitos & perspectivas.** Disponível em: <<http://www.gestaoc.org.br>>. Acesso em: 8 dez. 2007.

RTS % **Rede de tecnologia Social.** Disponível em: <<http://www.rts.org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

Normas para Publicação de Artigos

A Carta CEPRO, publicada pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí, órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado do Piauí, publica artigos de cunho técnico-científico, em português, enfocando aspectos econômicos/sociais das realidades brasileira, nordestina e/ou piauiense.

Os artigos recebidos serão submetidos à apreciação do Conselho Editorial, e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos:

- Formato A4, espaço 1,5 cm, com margens de 3 cm, fonte times new roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 6 páginas, incluindo notas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições à que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone, especificado como nota de rodapé, utilizando asterisco(*);
- as tabelas e gráficos devem estar no formato Excel; mapas e ilustrações em imagem vetorial e citados na página do texto;
- os títulos das tabelas, gráficos, quadros e ilustrações devem conter: a variável, a localidade e o período a que se referem;
- notas de rodapé explicativas ou complementares devem ser curtas, numeradas em ordem sequencial e estar na página na qual ela é referida;
- citações, até três linhas, entre aspas, na sequência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor – data (NBR.10520 da ABNT);
- referências completas e precisas, segundo as Normas para Referências NBR 6023, da ABNT;
- a coordenação editorial poderá proceder, nos títulos e subtítulos, ajustes de acordo com a diagramação da página;
- arquivos magnéticos editados em Word, que podem ser enviados para a instituição, em disket ou Cd-Room, 4 cópias impressas em papel A4 e entregues na Divisão de Publicações da Fundação CEPRO.